



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PENTECOSTALISMO E POLÍTICA: O ENVOLVIMENTO POLÍTICO
ASSEMBLEIANO NO AMAPÁ.

Arielson Teixeira do Carmo

Macapá
2016

ARIELSON TEIXEIRA DO CARMO

**PENTECOSTALISMO E POLÍTICA: O ENVOLVIMENTO POLÍTICO
ASSEMBLEIANO NO AMAPÁ.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à coordenação do Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais como requisito obrigatório para a obtenção do diploma de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof^o. Ms. Marcos Vinícius de Freitas Reis

Macapá
2016

Primeiramente, quase que exclusivamente a minha Mãe, que sempre desejou ter um filho formado e são por ela todos os esforços. Grato por todo o amor e por sempre ter acreditado que um dia, de alguma forma, lhe traria orgulho e é isso que me motiva. *“Desafia, vai dar mó treta. Quando disser que vi Deus Ele era uma mulher preta”* (Part. Música Mãe. Emicida).

À todos os jovens negros que sonham com a realização de um Ensino Superior. Que mesmo sem muitas oportunidades continuam lutando.

Às pessoas que de alguma forma me inspiraram, apostaram e acreditaram que sonhos se tornam reais quando existem esforços reais.

AGRADECIMENTOS

Em especial aos amigos que divido sentimentos diários como alegrias, angústias, anseios e medos: Ianca Moreira, Cleiton Rocha, Anderson Igor, Acelino Luz e Juliana Rocha. Grato por serem amigos que amo, por serem tão humanos e especiais na minha vida.

À família que me acolheu, na figura de meu amigo de longas caminhadas Juvenal Nunes e sua tão benevolente mãe dona Maria Rolina que me trata sempre com respeito e carinho.

Agradeço pelas contribuições nessa jornada.

Aos meus interlocutores que mesmo com receio concederam as entrevistas e foram fundamentais para a concretização da pesquisa.

Aos professores da graduação que me inspiraram, me motivaram e sempre incentivam a ir adiante.

Ao meu orientador e amigo Prof^o. Ms. Marcos Vinícius de Freitas Reis que, antes de tudo, é um amigo ao qual tenho carinho, admiração e sou grato por todas as oportunidades, gentilezas e por sempre tratar-me com respeito e afeto.

Ao Prof^o. Dr. Ed Carlos Guimarães que sempre me inspira. Grato por ter mostrado que sonhos podem se tornar reais e que voar é possível quando se busca e acredita.

A todos os meus colegas da turma de 2012 que admiro pelas batalhas e esforços, do Grupo Pet de Ciências Sociais e os que conquistei na graduação.

E ao meu cachorro Harry, que em tempos de ausência do que, de fato, é ser humano, sempre se mostra repleto de todos os bons sentimentos.

PÁSSAROS ESTRANHOS

Somos pássaros estranhos

Voamos estranhos

Nunca em bando

Meio cambaleando

Nunca nos adaptamos ao voo reto

Coordenado e Alinhado

Desalinhados, inventamos voos...

Arielson do Carmo

RESUMO

O processo de laicização do Estado deu maior liberdade para que o indivíduo professasse sua fé e para que outros grupos pudessem surgir e se organizar. O século XX, especificamente em meados dos anos 70, é marcado pela pluralização religiosa, sobretudo com o surgimento de vertentes cristãs, período que acentuou uma maior mobilização de grupos evangélicos por legitimidade política e social. Sendo assim, Hoje os evangélicos representam uma grande parcela do eleitorado brasileiro representados pelas denominações pentecostais, neopentecostais, batistas, metodistas, presbiterianas e outras. No legislativo e no executivo a presença de evangélicos ligados à Assembleia de Deus é forte, bem como sua expressiva participação na câmara dos deputados e senado federal. No cenário Amapaense a denominação Assembleia de Deus se mobiliza politicamente para eleger seus representantes desde o início da década de 90, seguindo a mobilização evangélica a nível nacional com o *slogan* “irmão vota em irmão” que objetivava eleger políticos do segmento evangélico. Se caracterizando pela maior denominação evangélica pentecostal no Amapá (100.821 membros segundo dados do IBGE 2010) a AD se mobiliza politicamente para eleger seus pares e garantir seus interesses. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo investigar o apoio assembleiano dado para políticos do legislativo no Amapá. Desvendando como se dá a escolha do candidato e como se articula o apoio a esses parlamentares. Para melhor fundamentar a pesquisa, analisei a relação entre religião e política no Brasil, com atenção para a expansão evangélica pentecostal, em especial da Assembleia de Deus, que através da mudança de postura, proselitismo e atuação política resultou na multiplicação de espaços sociais ocupados por essa denominação na sociedade brasileira, não se diferenciando no Amapá em que mudou sua postura política na tentativa de legitimar-se socialmente e politicamente. No estado, a AD trabalha sob duas perspectivas tanto com candidaturas oficiais, como apoio político. Existe uma heterogeneidade com relação a este apoio devido às próprias fragmentações e cisões internas, fazendo com que AD não consiga sozinha eleger um candidato a partir de sua membresia. Por meio do tema em questão, os pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa concentram-se em pesquisa do tipo qualitativa, onde as técnicas empregadas são análises de conteúdo, entrevistas semiestruturadas e revisão bibliográfica que servirá como pano de fundo para a compreensão dos conceitos de secularização, liberdade religiosa e participação dos evangélicos na política partidária brasileira.

Palavras-chave: Insurgência pentecostal na política; Assembleia de Deus no Estado do Amapá; Apoio Político; Campo político-religioso Amapaense.

ABSTRACT

The secularization process of state gave greater freedom for the individual to profess their faith and that other groups could emerge and organize. The twentieth century, specifically in the mid-70s, is marked by religious pluralization, especially with the emergence of Christian spectrum, a period that emphasized greater mobilization of evangelical groups for political and social legitimacy. So Today evangelicals represent a large portion of the Brazilian electorate represented by Pentecostals, neo-Pentecostals, Baptists, Methodists, Presbyterians and others. The legislative and executive the presence of evangelicals linked to Assembly of God is strong, and its significant participation in the Chamber of Deputies and Federal Senate. In Amapaense scenario the Assembly of God denomination is mobilized politically to elect their representatives since the beginning of the 90s, following the evangelical mobilization at national level with the slogan "vote for Brother Brother" aimed elect politicians evangelical segment. It is characterized by the largest Pentecostal evangelical denomination in Amapá (100,821 members according to the IBGE 2010) AD is mobilized politically to elect their peers and ensure their interests. In this context, the present study aims to investigate the support given to political assembleiano of the legislature in Amapá. Desvendo how is the candidate of choice and how it articulates the support of these parliamentarians. To better support the research, analyzed the relationship between religion and politics in Brazil, with attention to the Pentecostal evangelical expansion, especially Assembly of God, that by changing posture, proselytism and political activity resulted in the multiplication of social spaces occupied by that name in Brazilian society, with no differences in Amapá that changed his political stance in an attempt to legitimize itself socially and politically. In the state, AD works from two perspectives both official candidates, and political support. There is a heterogeneity with respect to this support due to its own internal divisions and fragmentations, making AD can not alone elect a candidate from their membership. Through the issue at hand, the theoretical and methodological assumptions of the research focused on qualitative study, where the techniques used are analysis of content, semi-structured interviews and literature review that will serve as a backdrop for understanding the concepts of secularization, religious freedom and participation of evangelicals in Brazil partisan politics.

Keywords: pentecostal Insurgency in politics; Assembly of God in the state of Amapá; Political support; political-religious field Amapaense.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O PANORAMA RELIGIOSO AMAPAENSE (IBGE – 2000 2010)	19
1.1 Os números nacionais e os aspectos da coleta de dados.....	19
1.2 Os pentecostais da AD no Censo de 2010.....	21
1.3 O que nos informa os dados no Amapá.....	22
CAPÍTULO 2 - LAICIDADE, SECULARIZAÇÃO, LIBERDADE RELIGIOSA E A IRRUPÇÃO PENTECOSTAL NA POLÍTICA	34
2. Laicidade e Secularização.....	34
2.1 O processo histórico de laicidade e liberdade religiosa no Brasil.....	36
2.2 A irrupção pentecostal na política-partidária brasileira.....	43
2.3 A mudança de postura política dos evangélicos e participação assembleiana a partir da década de 80.....	45
CAPÍTULO 3 - HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO NORTE DO BRASIL	59
3. 1 Pentecostalismo no Brasil.....	59
3.2 A Implantação da AD no norte do País.....	64
3.3 A Implantação da AD no Amapá.....	66
CAPÍTULO 4 – A ASSEMBLEIA DE DEUS E SEU ENVOLVIMENTO POLÍTICO NO AMAPÁ	70
4.1 Os candidatos, suas trajetórias no meio evangélico, político e o apoio Assembleiano.....	70
4.2 A articulação do apoio político assembleiano no Amapá.....	79
4.3 A heterogeneidade no apoio e o voto por identificação.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	87

LISTAS DE GRÁFICOS

1. Gráfico 1 – Instituições Pentecostais 2000, 2010 (%).....27
2. Gráfico 2 – Instituições de Missão no Amapá 2000 a 2010 (%).....31

LISTAS DE TABELAS

1. Tabela 1 – Números de adeptos nos 16 Municípios (Censo IBGE 2010).....22
2. Tabela 2 – Números de Adeptos da AD nos 16 Municípios (Censo IBGE 2010).....28
3. Tabela 3 - Candidatos apoiados pela AD de 1990 - 2014.....78

INTRODUÇÃO

As mudanças no cenário religioso brasileiro se caracterizam pela queda do catolicismo e o aumento dos evangélicos, que passa dos 40 milhões no Brasil hoje. Repercutem mudanças também na conjuntura política do país. Nesse sentido, apresento os dados do IBGE que demonstram que o segmento evangélico foi o grupo religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010 chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões). No entanto, o problema não se restringe tão somente a quantificação numérica da rubrica evangélica, mas também pela forte e maciça participação na política partidária que vem passando por transformações ao longo dos anos, onde cada vez mais os evangélicos assumem cargos de prestígio na administração pública. Desta maneira, de acordo com Filho (2005), os grupos evangélicos no cenário cultural e político brasileiro é um fenômeno recente que surpreende pela linguagem difusa, pela atenção que a mídia lhe confere e pelos resultados eleitorais que conquistam.

Isto posto, a partir das leituras feitas na Iniciação Científica ofertada pelo PROBIC\UNIFAP em que pesquisei a relação entre os evangélicos e política no Amapá sob a orientação do Professor Ms. Marcos Vinicius de Freitas Reis, cujo este trabalho é uma versão estendida, suscitou-me dúvidas para entender quais as relações que a denominação pentecostal Assembleia de Deus (AD) mantém com políticos no Amapá, uma vez que, na história da política nacional, esta denominação ofereceu e oferece apoio à parlamentares, sejam eles evangélicos convertidos ou mesmo aqueles que em suas propostas políticas beneficiam a Instituição e seus membros. Além disso, dado o atual momento da política brasileira em que é possível notar uma gama de parlamentares evangélicos ocupando cargos públicos no executivo e no legislativo e alguns deles com relações diretas com as Assembleias de Deus¹, que contam com um forte aparato midiático com o intuito de salvaguardar os interesses do segmento evangélico através de projetos de leis e de discursos que defendem a “moral cristã”² e a “família tradicional”, me propus à tarefa de compreender como se estrutura esse apoio, a escolha e construção da candidatura no Estado do Amapá haja vista que a Assembleia de Deus é o segmento que mais conta com números de adeptos em todo o

¹ Demonstro aqui cargos notoriedade como do ministro do trabalho do atual Governo Temer, Ronaldo Nogueira (PTB-RS) que é pastor da Assembleia de Deus e do ministro da indústria e do comércio Marcos Pinheiro Linhares presidente do PRB e Bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus.

² Entendo aqui a moral cristã com um conjunto de normas e valores que regulam a ação dos indivíduos. Nesse sentido o meio evangélico é permeado por uma série de regras morais que determinam a forma de se comportar e agir do indivíduo na sociedade.

Estado (100.821 membros; 72% da População evangélica pentecostal)³ e no qual existem alguns parlamentares que receberam e recebem apoio desta denominação do pentecostalismo para suas candidaturas para o legislativo. Esta pesquisa tem ainda o propósito de contribuir com os poucos estudos que relacionam política e religião no Estado do Amapá e mostrar a importância para a comunidade acadêmica e a sociedade Amapaense, uma vez que na literatura acadêmica no Amapá pouco se privilegia estabelecer tais análises.

Busco dar atenção para a relação histórica entre religião e política no Brasil, com atenção para expansão evangélica, em especial da Assembleia de Deus, na qual entendo que a trajetória social e política dos evangélicos no Brasil abrem possibilidades de entender a configuração atual desses grupos no cenário Político Brasileiro e na própria sociedade. Em concordância com Leonardo Burity (2001) creio que o Brasil constitui-se hoje, em um universo instigante para investigar a relação entre religião e política (BURITY, 2001).

Atento ainda que para o entendimento desse estudo não me restrinjo apenas a uma área do conhecimento, por entender que a interdisciplinaridade é fundamental para o desenvolvimento e compreensão do mesmo, muito embora a centralidade do assunto seja na relação entre religião e política. Para fortalecer as análises propostas precisei da Sociologia, Sociologia da Religião e História. Por acreditar que uma ciência não existe independente de outras que é necessário haver um diálogo com outras áreas para a construção do saber.

Para melhor situar o leitor sobre o assunto e mostrar o porquê escolhi a Instituição Pentecostal Assembleia de Deus e suas relações com a política como instrumento de investigação, apresento os dados da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), os quais atestam que a instituição conseguiu eleger nas eleições do ano de 2014 em todo o Brasil, 24 deputados federais, dois a mais do que no pleito de 2010, e 23 deputados estaduais. O resultado poderia ser maior, porém, alguns candidatos bem votados não conseguiram se reeleger por causa da regra do coeficiente eleitoral⁴, o que fez com que outros menos votados entrassem em seus lugares⁵.

³Em 2010 com o crescimento da população de 477.032 habitantes para 669.526. Foram entrevistados pelos recenseadores do censo 139.991 cidadãos sobre a vinculação institucional, destes 100.821 se declaravam adeptos da Assembleia de Deus que se mantêm como a instituição com maior número de adeptos no Amapá.

⁴O quociente partidário define o número inicial de vagas que caberá a cada partido ou coligação que tenham alcançado o quociente eleitoral. "Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração" (Código Eleitoral, art. 107). "Estarão eleitos tantos candidatos registrados por um partido ou coligação quantos o respectivo quociente partidário indicar, na ordem da votação nominal que cada um tenha recebido" (Código Eleitoral, art. 108). Informações no Site: <http://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos-iniciados-com-a-letra-q#quociente-eleitoral>.

⁵ Informações no site: <http://www.cpadnews.com.br/universo-cristao/24595/assembleia-de-deus-elege-23-deputados-federais-.html>. Acesso em 26 de novembro de 2015.

No Amapá, por exemplo, a AD, por ser a maior instituição pentecostal do Estado ocupa um considerável espaço de representatividade no cenário social e político. Assim, os líderes buscam se articular para se manter no acirrado mercado religioso amapaense, em que as tensões maiores quando envolve legitimidade social e política ainda se dão entre os católicos e evangélicos, por serem grupos majoritários. Nesse seguimento, para se legitimar socialmente e garantir seus interesses, a instituição AD tem a preocupação em se mobilizar politicamente se valendo do discurso que somente através da política é possível garantir os interesses e direitos de seus fiéis. Além disso, visualizo mudanças na forma de proselitismo. Na tentativa de atrair adeptos, a AD possui diversos projetos sociais, sejam eles na recuperação de usuários de drogas, o envio de missionários a lugares ribeirinhos e a etnias indígenas, o auxílio às pessoas de baixa renda, que vivem em condições precárias em áreas periféricas do Estado, além de trabalhos sociais com jovens em ministérios como a UMADMA – União da Mocidade Assembleiana, programas de rádio⁶ e atrações midiáticas de grande notoriedade como shows de cantores gospel que mobilizam grande público, como a cantora Aline Barros que esteve presente em 2014 para a celebração dos 98 anos da AD a Pioneira no Amapá.

No que concerne ao projeto de mobilização social, elenco a fala do Pastor Rodrigo de Lima Junior, vice-presidente da AD a Pioneira *“Dessa forma, lembramos à sociedade que a igreja atende ao ser humano não apenas nas questões espirituais, mas também nas necessidades básicas. Em função disso, iniciamos o aniversário com esta ação social”*⁷. O pastor fez essa declaração na comemoração dos 98 anos de existência da instituição no Amapá em 2015 em que chamava atenção para as ações sociais prestadas a população amapaense que envolvia serviços médicos, exames laboratoriais, consultas odontológicas, oftalmológicas, emissão de documentos.

Sobre a atuação política, exponho a afirmação feita pelo pastor Lélis Washington Marinhos, presidente do Conselho Político Nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) em uma entrevista concedida em 2014 ao Blog da Jornalista Amapaense Alcilene Cavalcante⁸ que tratava de uma reportagem sobre apoio político a candidatos: *“Temos igrejas em 95% dos municípios e isso favorece a divulgação dos*

⁶ A Assembleia de Deus de Santana (ADSAN) tem um programa na estação (105,9 FM), que transmite cultos ao vivo e outros temas ligados ao grupo evangélico.

⁷ Entrevista concedida ao site: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/06/assembleia-de-deus-celebra-98-anos-de-criacao-no-ap-e-espera-reunir-30-mil.html>. Acesso em 30 de setembro de 2015.

⁸ As informações estão disponíveis no site <http://www.alcileneavalcante.com.br/alcilene/principais-liderancas-evangelicas-fecham-apoio-com-a-pre-candidatura-do-promotor-moises-ao-governo-do-estado>. Acesso em 30 de Setembro de 2015.

candidatos. Nosso projeto é ter deputados em cada Estado". Nesse depoimento, identifiquei que, assim como em outros Estados da Federação, existe no Amapá uma mobilização do segmento pentecostal na tarefa de eleger seus representantes políticos.

Esses dados levaram-me a pensar e indagar sobre a atuação e representação política de candidatos ligados a AD no Amapá e suas relações com a própria instituição, no qual os dados coletados em pesquisa de campo asseveram políticos ligados a AD desde o início da década de 90. Como dito, a presença dos evangélicos no campo político-religioso⁹ amapaense é muito forte, bem como sua atuação política, diversos membros ligados a denominações pentecostais ocupam cargos importantes na política ou já se candidataram para algum cargo público. Figuras importantes ligados a AD se destacaram e se destacam no campo político amapaense, dentre os quais citamos: O candidato Jefri Hippolyte¹⁰ (1994) (PSC), Valdenor Guedes¹¹ (1990) ex-deputado federal e hoje presidente do Partido Social Cristão (PSC) Amapá, Anab Monteiro¹² candidato a deputado estadual em 2014 pelo (PSC), Fátima Pelaes¹³ (PMDB) que não foi reeleita em 2014, por conta do coeficiente eleitoral, Marcos Reategui Souza¹⁴ (PSC), eleito em 2014 deputado federal, Pastor Oliveira (PRB)¹⁵ eleito em 2014 também deputado federal e Moisés Reategui de Souza (PSC)¹⁶ eleito deputado Estadual em 2014 por coeficiente eleitoral e ex-presidente da ALAP – Assembleia Legislativa de Macapá. A figura desses candidatos e o apoio assembleiano concedido as suas candidaturas serão mais bem exploradas no decorrer desta monografia.

⁹Ressalto que a noção de campo utilizada neste trabalho está pautada nas noções de Pierre Bourdieu. Para este autor, a noção de campo está definida como um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos. Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de ser e do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (CF. BOURDIEU, 1984:114).

¹⁰ Em 2006 concorreu ao cargo de Deputado Estadual não eleito pelo Partido Social Cristão (PSC). É ainda hoje assembleiano.

¹¹ Sua primeira candidatura foi em 1988 pelo Partido da Frente Liberal (PFL) ao cargo de vereador, mas não obteve êxito. Exerce atividade de pastor da Assembleia de Deus.

¹² Além de militante assembleiano, tem 42 anos, casado, possui ensino superior e é policial civil. Já disputou eleições para outros cargos, por exemplo, o de vereador em 2012. Não foi eleito.

¹³ Fátima Lúcia Pelaes, ou simplesmente Fátima Pelaes, é uma socióloga e política brasileira. Nasceu em 13 de fevereiro de 1959 (MACAPÁ-AP). É filha de Antônio Pelaes, técnico interino do CR Flamengo e filiada ao PMDB. Deputada Federal, 1991-1995, AP, PFL. Dt. Posse: 01/02/1991; Deputada Federal, 1995-1999, AP, PFL. Dt. Posse: 01/02/1995; Deputada Federal, 1999-2003, AP, PSDB. Dt. Posse: 01/02/1999; Deputada Federal, 2007-2011, AP, PMDB. Dt. Posse: 01/02/2007.

¹⁴ Marcos Jose Reategui Souza. Nasceu em 06 de outubro de 1960 no Município de Macapá/Ap. Possui ensino superior completo. Sua ocupação principal é servidor público Federal. Deputado Federal, 2015-2019, AP, PSC. Dt. Posse: 01/02/2015.

¹⁵ Veremos que mesmo esse candidato não sendo membro efetivo da Assembleia de Deus, recebeu apoio de fiéis isolados. Tem 48 anos, casado e possui apenas o ensino médio completo.

¹⁶ Natural do Amapá, nasceu na capital Macapá em 11 de janeiro de 1969. Possui nível superior completo (46 anos de idade). É filiado ao PSC – Partido Social Cristão. Foi eleito deputado estadual nas eleições de 2014.

O problema da pesquisa parte das seguintes perguntas: Quais os motivos que levam os líderes da AD a manter relações com políticos no Amapá? Como é feita a escolha do candidato da AD no Amapá? Será que o eleitorado da AD é suficiente para eleger os representantes?

O objetivo geral da pesquisa é o estudo do envolvimento político da Assembleia de Deus no Amapá e o apoio dado a candidatos para o pleito do legislativo (Deputado Estadual, Deputado Federal e Vereador).

Já os específicos são:

- Compreender a insurgência política dos pentecostais da Assembleia de Deus no cenário político Brasileiro;
- Desvelar como a AD se organiza para eleger seus representantes no campo político amapaense;

As hipóteses que nortearam a pesquisa foram as seguintes:

1 - O interesse da AD pela política é em virtude de obter benefícios para suas instituições religiosas;

2 – Os candidatos possuem relações com a AD no Amapá e sua candidatura é apoiada devido a sua trajetória e engajamento no meio e para o meio evangélico assembleiano;

3 – A AD não consegue eleger um candidato a partir de sua membresia devido às rupturas e fragmentações internas.

Por meio do tema em questão, os pressupostos teóricos metodológicos da pesquisa concentram-se na pesquisa do tipo qualitativa, onde as técnicas empregadas são análises de conteúdo e entrevistas semiestruturadas. Para esta primeira etapa, fiz visitas à Assembleia de Deus a Pioneira localizada em Macapá e a membros da Assembleia de Deus do Município de Santana (ADSAN)¹⁷ a fim de coletar dados e estabelecer contatos, bem como contatei outras pessoas do meio evangélico.

Entrevistei seis (6) interlocutores que mesmo demonstrando certa relutância e desconfiança em fornecer entrevistas, foram essenciais para o andamento e concretização desse estudo. Concentrei as entrevista no Pastor Presidente da Assembleia de Deus a Pioneira; Na ex-assessora de um candidato que é missionária e vice-presidente do Monte Sinai¹⁸ da

¹⁷Santana é o segundo município mais populoso do Amapá. Macapá e Santana totalizam 557 322 habitantes em 2014 segundos dados do IBGE.

¹⁸O Monte Sinai é o departamento feminino chamado Círculo de Oração. Que ocorrem todas as quartas-feiras no templo maior da AD do Município de Santana. No qual os membros se reúnem em oração para orar pelos enfermos e mais necessitados.

Assembleia de Deus de Santana; Um pastor da Assembleia de Deus do Ministério do Avivamento Macapá; Um fiel da Assembleia de Deus e que participou de alguns movimentos dentro da Igreja e acompanhou a escolha de candidatos; Uma fiel da AD que frequenta algumas igrejas dissidentes e um pastor do segmento batista que frequentou a Assembleia de Deus e possui conhecimento sobre as formas de apoio político da AD.

O pastor presidente da Pioneira que tem 72 anos e está a mais de 38 anos a frente dos projetos da Pioneira, um líder de mais de 200 templos em todo o Estado e mais de 30mil fiéis¹⁹ sob o seu comando, foi importante para que eu pudesse entender quais as relações políticas que ele estabeleceu, quais eram os perfis dos candidatos escolhidos e os motivos que o levaram a se mobilizar politicamente.

A interlocutora da Assembleia de Deus de Santana, de 49 anos e com vivência a mais de vinte e sete anos na AD e além de ex-assessora política, contribuiu para definir quais os candidatos que sua igreja apoiou e os motivos que levam a rompimentos com candidatos. O pastor da AD do Avivamento que está à frente de um ministério desde os anos 2000, auxiliou-me para entender que, embora ainda estejam trabalhando na candidatura oficial de um candidato, apoiam certo político por identificação, por ele fazer parte do meio assembleiano, além de relatar como ocorre a escolha do candidato.

Os dois fiéis, um do sexo masculino e outra do sexo feminino, com vivência na AD desde jovens, ambos com mais de 20 anos de trajetória, foram essenciais devido a vários fatos que presenciaram no que se refere às questões políticas envolvendo a AD, observaram o envolvimento político desde a década de 90, viram modificações, alianças e rupturas.

O pastor da Igreja Batista, de 32 anos, nascido em berço evangélico, se fez importante devido ao fato de ter sido da AD e ainda manter relações com membros da denominação. Em entrevistas, forneceu informações importantes sobre as fragmentações e dificuldades da AD em eleger a partir de sua membresia um candidato.

Sobre o método de investigação utilizei a pesquisa qualitativa que, para Minayo (2007), além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos, referentes a grupos particulares, propicia a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação. De acordo com a autora, a pesquisa qualitativa proporciona um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo (MINAYO, 2007).

¹⁹ Ressalto que esses números de fiéis são apenas da Assembleia de Deus a Pioneira.

A pesquisa qualitativa se caracteriza pela empiria e pela sistematização progressiva do conhecimento até a compreensão lógica interna do grupo ou do processo estudado (TURATO, 2005). É aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (BARDIN, 1977).

Em relação às entrevistas, utilizo a semiestruturada. De acordo com o autor Triviños (1987, p. 146), a mesma tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. O autor afirma que a entrevista semiestruturada “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Já Para Manzini (1990-1991, p. 154), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

O levantamento de dados feitos em *sites da internet*, e as próprias entrevistas se encaixam na técnica de pesquisa empregada na pesquisa qualitativa chamada de *análise de conteúdo*. Nesse caso, para Oliveira (2008) esta técnica consiste em:

O acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana seja ela verbal ou escrita, entre outros (OLIVEIRA, 2008 p.570).

Essa técnica também permitirá o enriquecimento das leituras do assunto proposto. Segundo Minayo (2007), desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/ interpretação.

Exploro ainda os escritos dos seguintes autores, que se debruçam nas relações entre política e religião no Brasil: Paul Freston, Ricardo Mariano, Maria das Dores Campos Machado, Marcos Vinícius de Freitas Reis, Cecília Mariz, Alexandre Brasil Fonseca, Antônio Flávio Pierucci, Ari Pedro Oro, Reginaldo Prandi, Leonildo Silveira Campos, dentre outros

estudiosos. A escolha desses autores para a construção metodológica da pesquisa se figura pelo fato de possuírem trabalhos na área de Religião e Política, Sociologia da Religião e estudos voltados para a historização do pentecostalismo e sua presença na política partidária brasileira. Tive a preocupação em selecionar dados relevantes sobre o tema, com o objetivo de proporcionar subsídios para desvendar os aspectos evolutivos da relação dos evangélicos na política brasileira.

Para clarificar o objetivo proposto nesta monografia dividir em quatro capítulos. No primeiro, discuto o Panorama Religioso Amapaense a partir das análises dos dados do IBGE dos anos de 2000 e 2010 com o propósito de demonstrar a situação religiosa no Amapá e o crescimento do segmento evangélico. No segundo, ocupo-me em tratar do processo de secularização, laicidade, pluralismo religioso e o envolvimento pentecostal na política nacional a fim de demonstrar o período de insurgência e das motivações da AD na política. No terceiro, por sua vez, apresento o Histórico da AD no Norte do Brasil, surgimento e atuação no Amapá. Busco recontar para o leitor o período em que o grupo pentecostal chega a solo amapaense e quais suas motivações para aportar no Amapá. No último capítulo, apresento as análises dos dados coletados, no qual apresento os candidatos que tiveram e têm relações com a AD no Amapá, além de revelar aspectos das particularidades assembleianas no que diz respeito ao envolvimento político.

CAPÍTULO 1 – O PANORAMA RELIGIOSO AMAPAENSE (IBGE - 2000 – 2010).

1. Os números nacionais e aspectos da coleta de dados.

Embora os dados do Censo de 2000 e de 2010 sobre religião já se encontrem defasados e apresentem uma série de falhas nas metodologias de coletas de dados, contudo eles se tornam ferramentas essenciais para compreender as mudanças que ocorreram nas últimas décadas no campo religioso brasileiro. Os últimos censos mostram a queda do catolicismo e o aumento dos sem religião²⁰, dos evangélicos e também a diversificação de ofertas religiosas.

O Censo de 2000 indica que os católicos, em números absolutos, saíram dos 122.365.302 adeptos que correspondiam (83,3%) e atingindo um total de 125.517.222 passando a corresponder em 2000 (73,9% da população brasileira) tendo um aumento de apenas 3.151.920 (2,5%) tendo uma queda 9.4 pontos percentuais. Os evangélicos dobraram em números, aumentando de 13.157.094 (9%) da população para 26.452.174, passando a corresponder (15,6%) da população brasileira com denominação evangélica. Em números absolutos, o aumento percentual foi de 101%. Já os sem religião atingiram a marca de 12.492.189, um acréscimo no período de (79,8%) muito abaixo da década anterior, porém significativo em números absolutos. As outras religiões também tiveram um excelente desempenho, pois subiram dos 2,8% para 3,5% da população do país.

No tocante aos dados do Censo do ano de 2010, Mariano (2013), aponta que permanecem as tendências de transformação do campo religioso brasileiro no aceleração da queda numérica do catolicismo e pela vertiginosa expansão dos pentecostais e dos sem religião²¹. Neste censo é importante falar sobre as outras religiões, os espíritas e as religiões Afro-brasileiras que cresceram de 2,5% para 5%. Observo que a presença maior no Brasil ainda é de cristãos, embora desde o final da década de 70 o Brasil demonstre certa diversidade religiosa (SOUZA, 2012).

Ao analisar os anos de 1970, 91,8% dos brasileiros se declaravam católicos, em 2010, esse número reduz para 64,6%. Quem mais cresce são os evangélicos, que, nesses

²⁰ Os sem religião podem ser caracterizados pelos ateus, agnósticos ou pessoas que acreditam em algo relacionado ao sagrado mais não possuem vínculos com instituições religiosas.

²¹ A rápida redução do peso da hegemonia católica no país decorreu diretamente, mas não exclusivamente, do crescimento acelerado de seus concorrentes religiosos, sobretudo das igrejas pentecostais, e do avanço dos *sem religião*, grupo heterogêneo composto por agnósticos, ateus e, sobretudo, por indivíduos que passaram a declarar não dispor de filiação religiosa, autoidentificação que, em sua maioria, não significa necessariamente descrença ou indiferentismo religioso (CF. MARIANO, 2013).

quarenta anos saltaram de 5,2% da população para 22,2%. Segundo o IBGE, existem 42.275.440 milhões de evangélicos para uma população brasileira de 190.755.799. O aumento desse segmento foi puxado pelos pentecostais, que se disseminaram pelo país na esteira das migrações internas (MARIANO, 2013; FAUSTINO, 2012).

Em números absolutos, este censo, pela primeira vez, mostra um declínio nos números de adeptos ao catolicismo, que totalizava a perda de 2,2 milhões de pessoas²². Esta redução percentual de católicos ocorreu em todas as regiões, mantendo-se mais elevada no Nordeste (de 79,9% para 72,2% entre 2000 e 2010) e no Sul (de 77,4% para 70,1%). A maior redução ocorreu no Norte, de 71,3% para 60,6%, ao passo que os evangélicos, nessa região, aumentaram sua representatividade de 19,8% para 28,5%. O grupo evangélico, por sua vez, foi o segmento religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010, chegou a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões)²³.

Em concordância com Mafra (2013), os dados fornecidos pelo IBGE sobre o perfil religioso do Brasil têm ajudado pesquisadores a entenderem as mutações das religiões e das religiosidades. Além disso, a coleta das informações acumula uma série histórica iniciada no século XIX, ajudando assim a compreender como que as instituições religiosas vieram se comportando ao longo dos últimos séculos. Mafra (2013) elogia o trabalho desenvolvido pelo IBGE:

Os profissionais do IBGE desenvolveram uma metodologia de ponta e de qualidade internacional. Enquanto vários institutos de estatística dos outros países tendem a apresentar uma grade fechada de alternativas religiosas para o respondente – em leques de diversidade compostos a partir de dados históricos e do reconhecimento de fluxos migratórios –, o IBGE permite que o respondente indique de forma livre o nome da religião ou culto de que faz parte. Isto, em um levantamento censitário – ainda que realizado apenas em um plano amostral –, envolve um trabalho monumental, pois o número de declarações sempre será mais amplo e surpreendente que o esperado (MAFRA, 2013, p. 24).

Embora Mafra evidencie estes aspectos positivos do Censo a autora também apresenta algumas falhas nas metodologias adotadas. Uma delas é sobre a pergunta que é feita aos entrevistados. A única questão que é colocada para os respondentes é “Qual é a sua religião ou culto?” (MARIZ, 2013). O recenseador não explica o significado da pergunta ou mesmo questiona sobre outras realidades religiosas vivenciadas pelo entrevistado, a exemplo

²² Desde a década de 1990 a CNBB preocupa-se com a perda de fiéis no Brasil. Para entender melhor as causas da perda de espaço na sociedade brasileira, encomendou alguns estudos e intensificou suas práticas proselitistas nas mídias, turismo e seus eventos de massa (ORO 1996).

²³ Em 1991, este percentual era de 9,0% e em 1980, 6,6%.

do seu duplo pertencimento, sincretismo religioso, a frequência ao templo religioso, e até mesmo outras formas de vivenciar sua relação com o sagrado. Isto é, apenas tal pergunta não consegue captar de forma mais precisa as diversas identidades religiosas brasileiras (MAFRA 2013)²⁴.

Outra falha envolvendo o IBGE é sobre a categorização adotada pelos recenseadores para definir o número de adeptos das instituições religiosas (MAFRA, 2013). Baseados nas informações obtidas pelas respostas dos entrevistados, muitos setores religiosos não possuem suas especificidades contempladas. No universo católico, por exemplo, não são inseridas as ramificações internas do catolicismo (carismáticos, tridentinos, progressistas, popular, dentre outros). Isso ocorre também no campo islâmico, que não abarca alguns grupos, e da mesma forma no campo protestante que não elenca algumas instituições religiosas (FAUSTINO, 2013).

1.1. Os pentecostais da Assembleia de Deus no Censo de 2010.

O Censo do IBGE de 2010 confirmou que de cada seis evangélicos no Brasil dez declaram-se pentecostais. Assim, dos mais de 42 milhões de brasileiros que se declaram evangélicos, 60% são pentecostais que representam, de acordo com o IBGE, 10,4% da população do Brasil. Porém, algumas mudanças com relação ao Censo de 2000 podem ser observadas, principalmente no que diz respeito à AD.

Em comparação ao ano de 2000, que apresentava 8,4 milhões de adeptos em 2010 teve um crescimento de 46% passando para mais de 12 milhões de membros. Este fato representou o aumento de 3.896.270 membros. Mantendo-se firme como a maior igreja evangélica do país, contudo, entendo que esses mais de 12 milhões de membros estão diversificados entre uma série de congregações e ministérios espalhados por todo o território brasileiro, dentre os quais, a CGADB (Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil) destaca alguns: Ministério de Belém, Madureira, Perus, Ipiranga, Santos, Bom Retiro e muitos outros espalhados por todo o Brasil.

Creio que o aumento assembleiano esteja ligado a mudança de postura que a instituição vem passando frente à modernidade e da ressignificação da doutrina ao longo dos últimos anos. Como a aproximação com as pessoas, às extensões de suas redes de

²⁴ Mafra (2013) salienta que os dados do IBGE demoraram a serem divulgados (apenas em 2012) e que os primeiros a terem acesso as informações foram os profissionais da grande imprensa e não os pesquisadores que ajudaram na tabulação dos dados. Isso demonstra falta de ética com os profissionais.

sociabilidades que buscam fiéis de outros ramos do pentecostalismo, à entrada na política partidária e um acentuado proselitismo com o envio de missionário para diversos lugares do Brasil. Vejo ainda que, embora a AD não ocupe ainda tanto espaço midiático, como a Igreja Universal do Reino de Deus - IURD, por exemplo, os líderes se valem do que posso chamar de encontro face-a-face com as pessoas, se deslocando para lugares mais isolados e periféricos do país com o intuito de evangelizar e trazer as pessoas para a igreja.

1.2. O que nos informam os dados no Amapá.

O Amapá, localizado na região Norte do país, é considerado um dos mais novos Estados do Brasil. Seu território é de 142.828, 521 km². A população, segundo dados do IBGE de 2015 é estimada em 766 679 habitantes. Possui 16 municípios, em que Macapá é a capital e se caracteriza como sendo a sede da região metropolitana e a maior cidade. Concentra 60% da população. A transformação do Território Federal em Estado foi decidida pela Assembleia Nacional Constituinte em 1988.

A partir dos dados do IBGE evidencio que o Amapá tem apresentado um grande crescimento populacional, considerando que, em meados de 1950, sua população total somava 37.477 habitantes. Passados 30 anos (1980) essa população chegava a 175.257. Na década de 1990, as pessoas que residiam no em território Amapaense somavam 289.397. Em pesquisas do IBGE realizadas no ano de 2010 constatou-se que 74,5% dos habitantes são naturais do Amapá, nascidos em qualquer um de seus dezesseis municípios, outros 25,5% não nasceram no estado, porém residem e outros 8,8% nasceram no estado, mas não moram na sua cidade natal.

Mencionados algumas características do Amapá, passarei, a seguir, para as análises dos dados referentes ao campo religioso do Estado. Pretendo traçar uma visão panorâmica das religiões professadas pelos amapaenses. A tabela 1 irá demonstrar um comparativo em números de adeptos em 2010 sobre a situação religiosa dos 16 municípios do Estado.

Tabela 1 – Números de Adeptos nos 16 Municípios (CENSO IBGE 2010).

Município	População	Católicos	Evangélicos	Sem-religião	Umbanda e Candomblé	Espíritas
Amapá	8.069	5.484	1.930	359	-	30
Calçoene	9.000	5.423	1.768	679	-	9
Cutias do Aruary	4.696	2.215	1.648	437	-	-
Ferreira Gomes	5.802	3.595	1.806	331	13	-
Itaubal	4.265	2.717	1.176	331	-	-

Laranjal do Jari	39.942	24.171	10.663	3.534	27	113
Macapá	398.204	258.936	107.101	20.811	465	2.266
Mazagão	17.032	12.564	3.756	577	-	20
Oiapoque	20.509	11.083	7.298	1.505	-	17
Pedra Branca do Amapari	10.772	5.486	2.998	2.158	-	-
Porto Grande	16.809	9.915	5.182	1.543	-	14
Pracuuba	3.793	2.269	1.365	144	-	-
Santana	101.262	63.352	31.658	3.761	49	308
Serra do Navio	4.380	2.484	1.430	234	-	4
Tartaruga lzinho	12.563	8.273	3.612	678	-	-
Vitoria do Jari	12.428	7.492	3.774	985	-	-

FONTE: IBGE – TABELA ELABORADA PELO AUTOR.

Como é possível perceber na Tabela 1, a cristandade no Amapá é bastante expressiva. O mesmo não ocorre com relação aos outros grupos religiosos que possuem maiores discrepâncias. O espiritismo, que em 2000 possuía apenas 986 fiéis, aproximadamente 0,2% da população, teve um crescimento exponencial dobrando sua representatividade, já que o Censo de 2010 aponta 2.781 espíritas no Estado, algo próximo a 0,42% da população. O número ainda é baixo se considerado a representatividade de 2% da população brasileira.

Apesar do crescimento os Espíritas não se mostram presente em todo o Amapá, estando concentrado, sobretudo, em Macapá, que reúne 2.266, aproximadamente 82% dos adeptos de todo o Estado. Dos 16 municípios, sete não possuem nenhum representante espírita, além de cidades como Serra do Navio e Calçoene que possuem respectivamente quatro e nove fiéis do seguimento religioso.

A concentração populacional na capital faz com que Macapá tenha características mais urbanas do que os outros 15 do Estado. Este quadro favorece o fortalecimento de religiões com características mais urbanas, como o espiritismo.

Referente às Testemunhas de Jeová, que não aparecem na tabela, chamo atenção para o seu crescimento no Amapá. É Possível pensar o aumento por conta do intenso proselitismo que essa instituição religiosa vem realizando nos últimos anos. Já sobre o Budismo, Islamismo, Religiões Orientais e Tradições Esotéricas, os números são bastante reduzidos e nem foram contabilizados adeptos.

Outro, porém, é o quadro das religiões de matriz africana. Essas tem uma média bem inferior à média nacional, representando apenas 0,08% do total do Estado, aproximadamente.

O contingente de 555 adeptos de religiões de matriz africana se dividem em 253 filiados à Umbanda e 302 filiados ao Candomblé. Tal qual os espíritas, a grande maioria dos filiados se encontram na capital, Macapá, cerca de 83,8% do total.

Essas religiões tiveram também considerável crescimento em relação à pesquisa anterior. A Umbanda, que em 2000 possuía 100 fiéis declarados, cerca de 0,02% em relação ao Amapá, apresentou em 2010 um número de 253 fiéis, ou seja, um crescimento absoluto de 150%, representando agora 0,04% do contingente estadual. Já o Candomblé foi a religião de matriz africana com um crescimento mais significativo. Se em 2000 a religião possuía apenas 21 praticantes declarados, em 2010 ela passou a apresentar 302, superando a Umbanda com uma representatividade de 0,06% da população amapaense.

A Umbanda é a religião de menor número de adeptos, estando presente apenas nas cidades de Laranjal do Jari e Santana, em ambas possuiu menos de 50 praticantes, além de Macapá, que agrega o maior número de devotos, 253. Apesar de um pouco mais expressivo, o Candomblé também tem pouco destaque no quadro religioso amapaense, presente apenas em Ferreira Gomes e Santana, tal qual a Umbanda com menos de 50 praticantes em cada, sua grande concentração está também na capital do Estado, um número de 261 pessoas. Acredito que existem bem mais cidadãos que frequentam as religiões de matrizes africanas e que por alguma razão omitiram no Censo, seja pelo estigma que essas religiões carregam ou pelos cidadãos possuírem duplo pertencimento e acabarem por optar por responder pertencer à religião de caráter majoritário.

Sobre as religiões de matriz afro-brasileira, nos dados nacionais, na perspectiva de Prandi (2012), o que se pode ver nos censos é uma queda do conjunto das religiões afro, sobretudo da Umbanda, mantendo-se no reduzido patamar de 0,3% da população brasileira. No entanto, ele explica que na última década, a Umbanda reagiu. Passou de 397.431 adeptos, em 2000, para 407.331, em 2010. Esclarece que o fraco crescimento observado foi insuficiente para recuperar as perdas sofridas anteriormente. Prandi (2012) informa ainda, que a perda de adeptos pode ser explicada desde o Censo de 1991 quando a Umbanda e o Candomblé passaram a contar com estatísticas separadas. O mesmo não ocorre com o Candomblé, que em 2000 contava com 139 mil adeptos e ganha um acréscimo de 28 mil adeptos em 2010, passando a 167 mil declarantes. Como indica Prandi (2012) o Censo do IBGE oferece números subestimados dos seguidores das religiões afro-brasileiras, o que se deve às circunstâncias históricas nas quais essas religiões se constituíram no Brasil e a seu caráter sincrético. Nesse sentido, é que os adeptos das religiões afro-brasileiras camuflam sua

identidade, registrando uma declaração de crença distinta, sejam na rubrica católica ou espírita.

A tabela 1 denota que o catolicismo ainda é a religião de maior representatividade no Estado. Sua proporção é similar ao quadro nacional, já que possui 65% de sua população ainda pertencente à religião. O decréscimo em relação ao censo anterior teve também grande similaridade com o quadro nacional. Em 2000, a pesquisa apontava para 346.678 católicos no Amapá (72,7%). Os municípios que compõem o Amapá guardam praticamente a mesma média percentuais de católicos, variando entre 58,7% e 64,1%. Os três municípios em que o catolicismo ainda tem a maior força dado ao seu contingente populacional são, respectivamente, a Capital Macapá, Santana e Laranjal do Jari.

O que chamo atenção nos números acima são as dificuldades que o catolicismo possui para permanecer como a maior instituição religiosa no Estado do Amapá. Institucionalmente, a Diocese de Macapá possui algumas dificuldades em manter presença no município, sobretudo nas áreas periféricas. Isto ocorre principalmente pela falta de padres e falta de planejamento estratégico de pastorais e segmentos católicos em suas atividades para atrair novos adeptos e evitar a perda de seu rebanho para outras religiões (LOBATO, 2013).

Diante da forte concorrência religiosa, os católicos amapaenses têm investido suas atividades em eventos promovidos pela Renovação Carismática Católica (RCC), expansão do sinal da Rádio São José e do sinal da programação da TV Rede Vida e TV Nazaré (com programação local) e o incentivo a práticas devocionais, a exemplo de romarias, terços, procissões, e festa de santos.

Penso que, no Estado do Amapá, a queda do catolicismo não esteja somente associada ao aumento dos evangélicos, possível também que se associe ao fato de as pessoas adotarem outro estilo de vida e não se vincularem à instituição religiosa ou frequentarem duas ou mais religiões, e até mesmo fazer parte de outro tipo de religião que não seja considerada cristã.

Tal como no caso do catolicismo, a média do público evangélico projetado a partir do Censo de 2010 guardam proporções similares as nacionais, mesmo em relação ao seu crescimento. Sua população passa de 88.559 em 2000, 18% do contingente estadual, para 187.163 fiéis evangélicos, presentes em todas as cidades do Estado com números expressivos, número que representa, aproximadamente, 28% da população.

Noto que o campo religioso amapaense se mostra diversificado, no que diz respeito às religiões. No entanto, o caráter cristão é que detém o monopólio, o que percebo no Estado é

um pluralismo cristão em que os cidadãos em sua maioria ou são católicos²⁵ ou evangélicos²⁶.

Em relação ao aumento dos Evangélicos no Amapá, os pentecostais e neopentecostais exercem forte influência. A Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus mobilizam números significativos de fiéis que frequentam os templos e investem forte no proselitismo dentro de todo o Estado. A AD é a Igreja que mais conta com números de adeptos em todo o Estado que contam com algumas outras ramificações dissidentes²⁷.

Sobre as Instituições Pentecostais, o Censo registrou em 2000 um total de 75.513 pessoas que afirmavam pertencer a essas instituições. Em 2010, por sua vez, registra um total 139.991 adeptos. No ano de 2000, a Assembleia de Deus liderava com 60.916 adeptos, seguida da Igreja Universal do Reino de Deus, com 6.319 adeptos. Os que se declararam frequentar a Igreja Quadrangular eram 3.051 e outras pentecostais ficaram entorno de 3.526 pessoas. Algumas instituições o IBGE não contabilizou dados em 2000 que se foram noticiados no censo de 2010²⁸.

Em 2010 a população do Amapá era 669.526. Assim, Foram entrevistados pelos recenseadores do Censo 139.991 cidadãos para identificar a vinculação institucional evangélica. Destes, 100.821 se declaravam adeptos da Assembleia de Deus que se mantém como a instituição com maior número de adeptos no Amapá, seguida da Universal. A Igreja Quadrangular também cresceu (6.468). Outras que não foram contabilizadas adeptos no Censo anterior como a Igreja Brasil para Cristo que somava 81 frequentadores, A Igreja Casa da Bênção 3.164, seguida da Maranata 357 e Igreja Nova Vida 205, e a expressão outros pentecostais contavam 17.603 adeptos.

O gráfico a seguir irá demonstrar em termos percentuais um comparativo das instituições entre os anos de 2000 e 2010, para melhor visualizar a configuração de vinculação institucional no Estado.

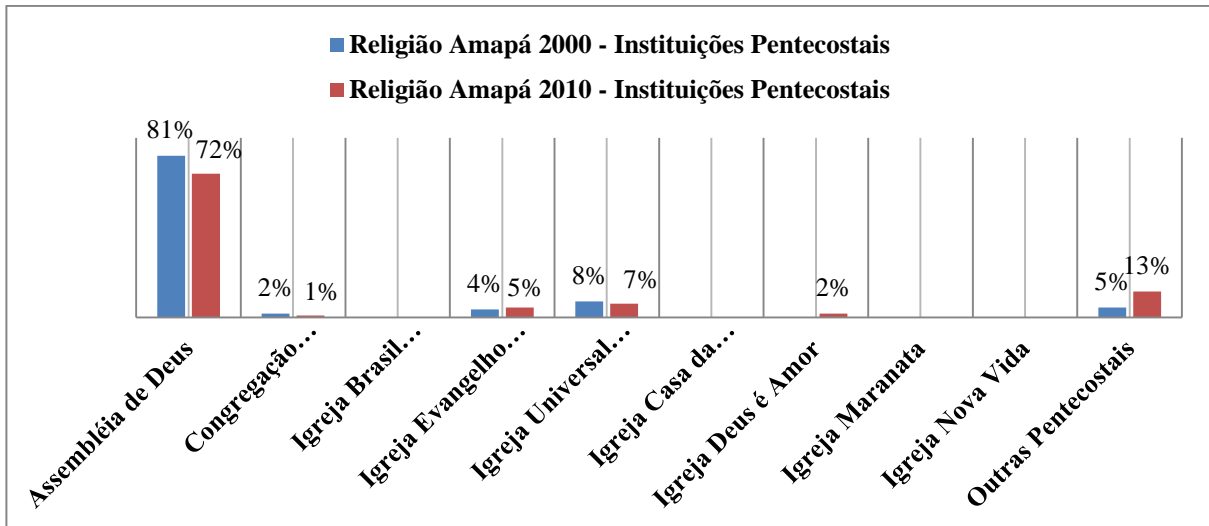
Gráfico 1 – Instituições Pentecostais 2000, 2010 (%).

²⁵Assim como no resto do país é possível notar, a partir do Censo, que houve uma queda dos números de católicos no Amapá e o aumento dos Evangélicos. Isso pode se dar pelo proselitismo, que conta com missionários que vão a todos os municípios do Estado, o alcance de programas de Rádio e Televisão de cunho Evangélico.

²⁶No Amapá, em cada município, bairros e ruas, existem diversos templos de Igrejas Evangélicas que atuam fortemente para a captação de fiéis, assim como a Igreja Católica, com suas Igrejas, diversos movimentos de expressão, como Comunidade Shalom e Renovação Carismática que atraem jovens e adultos. O Grito dos Excluídos, evento promovido por líderes das Igrejas Católicas no Estado também vem ganhando força e atraindo fiéis.

²⁷Cito outras ramificações da AD que é a CONAMAD (Convenção Nacional das Assembleias de Deus) – Ministério de Madureira, desde 1989. Há ainda vários ministérios e um grande número de igrejas independentes que usam a nomenclatura da AD, em diversas regiões do país, que atuam sem vinculação com a CGADB e CONAMAD.

²⁸Igreja Brasil Para Cristo, Igreja Casa da Bênção, Igreja Deus é Amor, Igreja Maranata e Nova Vida.



FONTE: IBGE – 2000, 2010.

No gráfico1, a queda da Congregação Cristão do Brasil também pode ser acompanhada com a queda dos números em nível nacional. No Amapá, em 2000, correspondiam a 2% da população e em 2010 sofrem a queda de 1%. A Igreja Quadrangular saltou de 4% em 2000 para 5% em 2010, crescimento que também pode ser visto na Capital Macapá, onde grupo corresponde a 5% em 2010. A Igreja Universal sofre uma queda no ano de 2010 (7%).

Sobre a Universal, os dados nacionais demonstram a queda em números de adeptos, como esclarece Mariano (2013). Uma das causas que explica a queda da IURD é a clientela flutuante que tende a ser religiosamente menos comprometidas do que os congregados da Assembleia de Deus e de outras igrejas pentecostais compostas de congregações pequenas e médias, porque nestas o controle recíproco e os laços de sociabilidade tendem a ser mais fortes do que os que vicejam nos mega templos (MARIANO 2013, p. 134).

A Igreja Deus é Amor que não apresentou dados em 2000, conta com 2% de adeptos em 2010. Outras denominações pentecostais saem dos 5% e correspondem a 13% no ano de 2010.

De acordo com o gráfico1, atento que em termos percentuais ocorreu uma queda da Assembleia de Deus no Estado que de 81% em 2000 cai para 72% em 2010. Na capital Macapá, por exemplo, que concentra a maioria da população em 2000, 77% dos habitantes se denominavam frequentadores da Assembleia de Deus, em 2010 apenas 67%. Dados que diferem dos dados nacionais que apontam um crescimento da Assembleia de Deus de 47,5% para 48,5% em 2010. Dos 42 milhões de evangélicos identificados pela pesquisa nacional, 12 milhões são fiéis da Assembleia de Deus, que registrou um aumento de quase 4 milhões de

peessoas em relação ao levantamento anterior do IBGE. Contudo, como explicar essa diminuição em termos percentuais, tendo em vista que em números de adeptos a AD cresceu?

Uma das análises que faço sobre a diminuição em termos percentuais da AD está atrelada ao fato de existir várias dissidências da “Assembleia de Deus” no Amapá²⁹. Mariano (2013) informa que a Assembleia de Deus abrange várias denominações concorrentes dotadas de histórias, lideranças e tamanhos muito distintos, sendo as maiores delas vinculadas a duas grandes convenções nacionais rivais, cujos poderes, no entanto, são relativamente limitados. Penso ainda que os entrevistados responderam que faziam parte de outras denominações pentecostais que não a Assembleia de Deus ou que o Censo não tenha apresentado certa categoria, principalmente levando em consideração que no Estado existem diversas Igreja e células que são uma ramificação da Assembleia de Deus.

Tabela 2 – Números de Adeptos da AD nos 16 Municípios (CENSO IBGE 2010).

Município	População	Assembleianos (2010)
Amapá	8.069	1.332
Calçoene	9.000	1.293
Cutias do Araguaary	4.696	1.489
Ferreira Gomes	5.802	1.259
Itaubal	4.265	528
Laranjal do Jari	39.942	5.963
Macapá	398.204	51.137
Mazagão	17.032	1.855
Oiapoque	20.509	3.435
Pedra Branca do Amapari	10.772	2.102
Porto Grande	16.809	2.641
Pracuúba	3.793	1.057
Santana	101.262	20.913
Serra do Navio	4.380	773
Tartarugalzinho	12.563	2.535
Vitória do Jari	12.428	2.509

FONTE: IBGE – TABELA ELABORADA PELO AUTOR.

Nesta tabela, apresento os dados sobre a presença da AD por números de adeptos nos 16 municípios do Estado do Amapá. É perceptível que a AD está presente em todos os municípios e isso faz parte de um projeto social e político de suas lideranças que visa

29 Umás são radicais demais. Outras criticam. Outras desapareceram. Por isso, há seis anos nós fundamos a União Fraternal das Assembleias de Deus no Amapá. Eu fui o presidente e agora é o Besalviel Rodrigues, líder da Assembleia de Deus Internacional. O objetivo é abraçar as outras igrejas que caminham por aí sozinhas. (Entrevista do pastor Oton Miranda de Alencar, presidente da Assembleia de Deus, A Pioneira, no Amapá. Concedida ao blog: <http://selesnafes.com/2015/10/entrevista-lider-da-assembleia-de-deus-fala-sobre-rachas-na-igreja-casamento-gay-e-politica/>.)

expansão e representação. Os quatro primeiros municípios tiveram aumento em relação ao ano anterior. Em 2000, no município do Amapá, a AD contava com 701 adeptos. Em 2010, com uma população com um pouco mais de oito mil habitantes, 1.332 se declararam pertencer a AD. No ano de 2010, em Calçoene, a AD ganhou um pouco mais de 400 novos adeptos. Já em Cutias, se em 2000 os que responderam serem membros da AD foi um contingente de 899 pessoas no ano de 2010 percebeu um tímido aumento (1489 adeptos). No município de Ferreira Gomes, com uma população pequena, de pouco mais de cinco mil habitantes, a AD saem dos seus 899 membros em 2000 para 1.259 adeptos em 2010.

O município de Itaubal e Mazagão foram os municípios que perderam adeptos de um ano para o outro. No ano de 2000, no Itaubal 585 pessoas afirmavam pertencer a AD já em 2010 segundo o IBGE aconteceu uma pequena redução (528 membros). No município de Mazagão, de um Censo para o outro, ocorreu à perda de 365 adeptos em 2010, em 2000 os que se declaravam Assembleianos no município eram 2.250 pessoas. Itaubal e Serra do Navio são os municípios com menor número de Assembleianos. No entanto, observo que na maioria dos municípios a AD acompanha o crescimento populacional.

Outro fato que chama atenção na tabela 2 é a presença maciça da AD nos municípios mais urbanizados e com maior número de habitantes. Neste caso, os dois maiores municípios que a AD apresenta maior número de adeptos é em Macapá na qual teve um crescimento expressivo. No ano de 2000, na capital, os assembleianos passavam dos 30 mil adeptos. Uma década depois, tiveram um crescimento de mais de 20 mil novos membros, correspondendo a 51.137 pessoas. Em Santana, a AD também se mantém como maior denominação pentecostal em 2010. Dos 101.262 habitantes entrevistados pelos recenseadores, 20.913 pessoas se declararam membros da AD, apresentando um aumento considerável em relação ao ano de 2000, em que apenas 13.198 habitantes diziam pertencer a AD.

Importante apontar que as duas maiores instituições da AD estão presentes nos dois municípios citados e que ambas possuem lideranças distintas após um rompimento nos laços que possuíam. Parece existir certa rivalidade e competição entre as instituições e seus líderes.

Com relação aos dados, percebo que a AD tem facilidade em se fortalecer e se estabilizar nos lugares mais urbanizados e com maior concentração populacional. No Amapá, a AD acompanha esse fluxo de crescimento e mudanças no cenário urbano. À medida que essas mudanças ocorrem e com eles diversos problemas surgem (como a falta de moradia, aumento da violência, insegurança e outros problemas de ordem social que atingem diretamente as subjetividades das pessoas) é que a AD demarca terreno e se vale dos valores éticos, morais, sociais e políticos para atrair novos fiéis. Destaco que estes municípios,

diferentes dos outros menores, não apresentam um catolicismo popular acentuado, como é possível ver em municípios como Mazagão³⁰, que tem uma longa tradição pautada no catolicismo tradicional³¹.

Entendo que é em meio a esses problemas é que um número cada vez maior de pessoas vislumbram os templos das igrejas pentecostais, lembro aqui da afirmação de Mariano (2005) ao compreender que:

Com o propósito de superar precárias condições de existência, organizar a vida, encontrar sentido, alento e esperança diante de situação tão desesperadora, os estratos mais simples, mais sofridos, mais escuros e menos escolarizados da população, isto é, os mais marginalizados – distantes do catolicismo oficial, alheios aos sindicatos, desconfiados dos partidos políticos e abandonados à própria sorte pelos poderes públicos –, têm optado voluntária e preferencialmente pelas igrejas pentecostais (Mariano, 2005, p. 12).

Com tais características, arrisco a concordar com Mariano (2005), que os problemas sociais enfrentados pela população mais carente, menos escolarizada e que andam desesperançados com os governantes e com suas próprias condições de vida tem optado por buscar refúgio na AD, devido a todo um discurso voltado não somente para o encontro com Deus, mas também de auxílio na vida terrena. Como Afirma a interlocutora “Márcia³²”:

A Assembleia de Deus ela... Não é só uma Igreja ela é uma instituição esta que dentro das possibilidades ela tem um trabalho social muito bonito para quem o acompanha, eu congrego na Assembleia de Deus em Santana e tenho acompanhado os trabalhos da Igreja no âmbito social, a Igreja ela é... Não só assim na área religiosa, no âmbito social o que vem ao alcance dela para ajudar, para abençoar... Ela sempre estar de braços abertos muitos trabalhos sociais a gente tem. Primeiro a gente tem um trabalho dentro das possibilidades com dependentes químicos bem poucos sabem, mais na maioria das vezes a gente leva é... Alunos como a gente chama para centro de recuperação, não são todos que recuperam, mais quando a gente vê um indivíduo desse recuperado é satisfatório é uma coisa que me realiza, ver a gente resgatar uma vida predestinada a morte de overdose então a gente consegue não é fácil é...É muito bom através da fé e também o indivíduo querendo se libertar... Querendo se libertar...

³⁰ Na localidade de Mazagão Velho ocorrem, há 239 anos, as Festividades em Louvor a São Tiago.

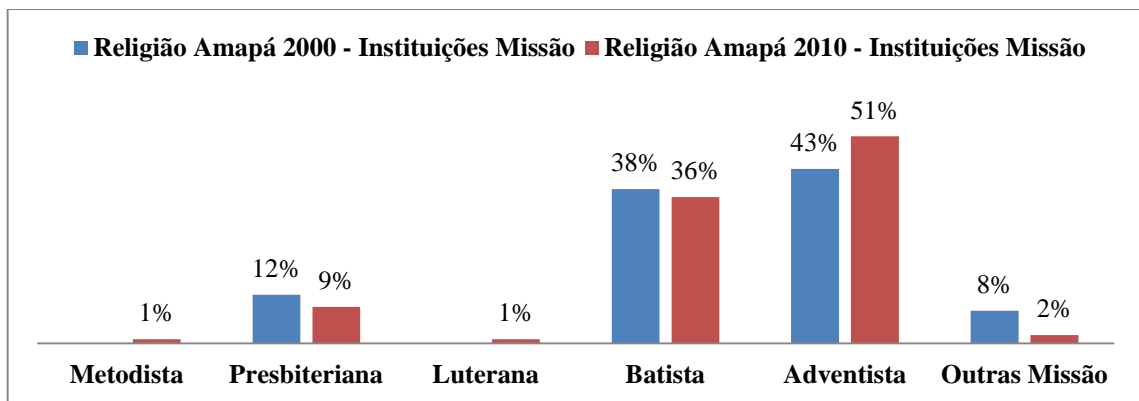
³¹ CF. Festejos do Catolicismo Tradicional no Interior do Brasil, de Marcelo Leles de Oliveira e Evanize Kelli Siviero Romarco. Em : <http://www.epublicações.uerj.br/index.php/tecap/viewFile/12051/9433>. Acesso em 20 de Agosto de 2016.

³² Utilizarei nomes fictícios para os interlocutores a fim de respeitar a vontade dos mesmos em não divulgar seus nomes.

Vejo, a partir da fala da “Márcia”, que o comprometimento social da AD é muito forte, todo o trabalho desenvolvido para as pessoas mais carentes é um meio que parece ser eficaz na conquista de novos adeptos. Esses projetos, com dependentes químicos, por exemplo, podem atrair não somente a pessoa que vem enfrentando o problema, mas toda a família e amigos.

Tendo suas sedes principais em Macapá, também é forte a presença dos Batistas e Adventistas. Isso pode explicar a disseminação dessas instituições pelos municípios do Estado, partindo do pressuposto que essas Igrejas trabalham não somente com projetos sociais, mais investem na evangelização e levam isso a outras localidades do Estado.

O gráfico 2-Instituições de Missão no Amapá 2000 a 2010 (%).



FONTE: IBGE – 2000, 2010

O gráfico 2 possibilita analisar a queda de 2% dos Batistas em termos percentuais em 2010 (36%). Os Adventistas crescem tanto em números absolutos quanto em percentagens, saem de 43% em 2000 para 51% em 2010. A queda Presbiteriana também é visível de 12% em 2000 para 9% em 2010. Nesse apanhado, faço uma analogia com os dados nacionais que comprovam que houve a queda de Igreja Evangélica de Missão Luterana em números de adeptos e da Presbiteriana. A Luterana, como informa Pierucci (2004):

Nas sociedades pós-tradicionais, et pour cause, decaem as filiações tradicionais. Nelas os indivíduos tendem a se desencaixar de seus antigos laços, por mais confortáveis que antes pudessem parecer. Desencadeia-se nelas um processo de desfiliação em que as pertencas sociais e culturais dos indivíduos, inclusive as religiosas, tornam-se opcionais e, mais que isso revisava, e os vínculos, quase só experimentais, de baixa consistência. Sofrem fatalmente com isso, claro, as religiões tradicionais (Pierucci, 2004, p. 19).

A presença maior dos luteranos é no Sul do país, devido todo um fator histórico de presença Alemã nessa região. Outro fator que posso explicar, com relação à queda da

Presbiteriana no Amapá, seja o fato dessas instituições não entrarem no processo concorrencial do mercado religioso, ficando de fora da lógica do mercado pela captação de fiéis. Essas Instituições se voltam para os tradicionalismos e comunidades isoladas, além de manter suas teologias pautadas em dogmas tradicionais, diferentes dos Batistas e Adventistas, que vêm ganhando terreno e investindo no proselitismo para a obtenção de novos adeptos.

O caso da Igreja Batista, se destaca no uso dos modernos meios de comunicação, no refinamento das técnicas de proselitismo e também no mercado gospel. Esses podem ser elementos que explicam o aumento dos números de Batistas e Adventistas no Amapá.

Através dos dados, possível a leitura que no Amapá a presença dos Evangélicos e de suas instituições é expressiva, no entanto, a presença Católica também se mostra muito influente, acirrando as disputas pelo mercado religioso entre esses grupos. O campo religioso amapaense é marcado pelo Pluralismo Cristão, em que a maioria dos habitantes ou é Católico ou Evangélico.

Apesar da diversificação das ofertas religiosas e algumas delas brigando por espaço e representatividade, como o caso dos Espíritas e das Religiões Afro-Brasileira, o caráter esmagadoramente cristão prevalece. A partir do Censo é possível falar de um forte proselitismo evangélico liderado pela Assembleia de Deus, Igrejas Batistas, Adventistas e Igreja Universal do Reino de Deus.

Ao pensar em termos políticos, os dados levam a refletir sobre a prática política partidária de representantes evangélicos no cenário político amapaense. Ao observar o crescimento do segmento, os políticos buscam aproximação com esses grupos, bem como as lideranças evangélicas, numa hábil mobilização para garantir que seus ideais e interesses sejam garantidos, alicerçados pelo apoio e profissionalização na política.

O fato da AD contabilizar maior número de adeptos, estreita laços com políticos e se utiliza de mecanismos que possibilitam maior visibilidade e representatividade no Amapá. Assim, alguns deputados federais, estaduais e vereadores possuem algum tipo de relação com grupos religiosos pentecostais. Os líderes e organizações de instituições pentecostais e neopentecostais tem se mobilizado no Amapá para eleger seus representantes³³.

³³A AD vem demonstrando, nas últimas décadas, disposição de adaptação às mudanças em processo pelo qual passa o pentecostalismo e a sociedade brasileira, não deixando fora de seu campo de atuação a política partidária.

A AD e a IURD são as instituições no Amapá que se esforçam a cada ano na tentativa de eleger seus representantes. A Assembleia de Deus se aproveita do crescimento institucional para se articular política e socialmente³⁴.

34 Nunca fui filiado a partido nenhum. Agora, eu sou mola pensante, influencio pensamentos. Eles me procuram por isso, eu sou líder. Mas eu também critico as ações de muitos. A próxima eleição é para vereador. Então resolvemos fazer uma prévia nas igrejas. A gente chama os candidatos que se encaixem com os padrões estabelecidos por nós, e vamos fazer uma consulta popular. Cada candidato escolhido irá visitar nossas 150 igrejas em Macapá e se apresentar. Depois nós iremos colocar urnas em cada uma dessas igrejas, já pedimos pro TRE, e iremos à consulta. O que tiver maior votação vai ser o representante da igreja. O momento é de conscientização. Antes, era pecado votar, crente não podia participar de política. Isso tem que acabar. Queremos seguir o exemplo de outras igrejas que adotaram essa postura e deu muito certo. (Entrevista do pastor Oton Miranda de Alencar presidente da Assembleia de Deus, A Pioneira, no Amapá. Concedida ao blog: <http://selesnafes.com/2015/10/entrevista-lider-da-assembleia-de-deus-fala-sobre-rachas-na-igreja-casamento-gay-e-politica/>).

CAPÍTULO 2 – LAICIDADE, SECULARIZAÇÃO, LIBERDADE RELIGIOSA E A IRRUPÇÃO PENTECOSTAL NA POLÍTICA.

2. Laicidade e Secularização.

No capítulo em questão, debruço-me nas análises sobre laicidade, secularização, liberdade religiosa e atuação política dos grupos religiosos no Brasil. Aqui serão apresentados e detalhados esses conceitos³⁵. Tal como entender, que processo de laicidade propicia a liberdade religiosa e contribui para que outros grupos possam ganhar visibilidade social e política, como o caso dos pentecostais. Para isso será feito um percurso histórico desses processos no Brasil.

A ideia de um mundo secularizado se fundamenta no fato de que a modernização levaria a um declínio da religião, fato que se propagaria tanto na sociedade como na mentalidade das pessoas (BERGER, 2000). Em conformidade com Fonseca (2011), a secularização dá origem a novas formas de artes e abre espaço para que o mercado e Estado passem a ocupar o lugar antes reservado ao religioso, tornando possível a compreensão e apropriação do mundo sem intermediários do sagrado.

A secularização assume diversos níveis e dimensões, podendo se referir a fenômenos socioculturais, jurídicos e políticos. Na qual exista a redução da presença e influência das organizações, crenças e práticas religiosas (MARIANO, 2011)

A noção de laicidade está ligada à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, Igreja e Estado em contextos pluralistas. A laicidade diz respeito, sobretudo e primeiramente, ao Estado. “Se mede pela existência ou não de uma dimensão religiosa da nação, pela existência ou não de uma religião de Estado, pelo lugar do ensino religioso na escola etc.” (Ternisien, 2007, *apud*, ORO 2011, p. 26-28). Por sua vez, o Estado é laico, quando independe da religião em sua estrutura social e política. Nas palavras de Mariano (2011):

A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de

³⁵Usado preferencialmente no contexto anglo saxônico, o termo “secularização” não se recobre totalmente ao de laicização, ou laicidade, usados nas línguas neolatinas. Enquanto secularização expressa a ideia de exclusão do religioso do espaço público – que se encontra, então, “secularizado” – laicidade designa a maneira pela qual o Estado se emancipa da referência religiosa. Somente a noção de “laicidade de combate” se aproximaria daquela de secularização. Porém, ambos os conceitos, secularização e laicização, compartilham a noção de autonomização das esferas sociais, sobretudo do político em relação à religião, e ambos não se confundem com ateísmo (CF. ORO, 2011, p, 224).

toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto. (MARIANO, 2011, p. 238-258).

No que tange a secularização, na perspectiva de Weber (2013) a religião deixa de influenciar diretamente em outras esferas sociais, principalmente a do direito e das leis, ocorrendo em meio à pluralização do campo religioso. Berger (1985), partindo das análises de Weber, compreende a secularização como o processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos. Para Berger (1985), existem três características básicas para o entendimento do que seria o processo secularização. A primeira, afeta a vida cultural e a ideação, resultando em declínio de conteúdos religiosos nas artes, filosofia, literatura e ciência; a segunda se debruça no fato da criação de indivíduos que encaram o mundo e suas próprias vidas sem recorrer a interpretações religiosas; e a terceira, é que apesar de ser um fenômeno global das sociedades modernas, não se dá de forma uniforme.

Berger (2000), em *A Dessecularização do Mundo: Uma Visão Global* afirma ser falsa a preposição de alguns historiadores e cientistas sociais onde afirmam que vivemos em um mundo secularizado. O autor rever sua teoria sobre a secularização e entende que o mundo de hoje, com algumas exceções, é tão religioso quanto antes. Compreendo, através de Berger (2000), que não houve o desaparecimento ou mesmo um enfraquecimento dos fenômenos religiosos; o que aconteceu, na verdade, foi uma organização das instituições religiosas frente aos novos fenômenos vivenciados pelo mundo moderno (BERGER, 2000).

A partir de Berger (2000), entendo que algumas instituições religiosas perderam o poder e influência em muitas sociedades, mas as crenças e práticas religiosas antigas ou novas permanecem na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando as grandes explosões de fervor religioso. Já não vivemos em mundo totalmente secularizado, que as práticas religiosas continuam a desempenhar papel significativo em alguns lugares do mundo. Vejo que quem perde prestígio são instituições religiosas, que não encontram mecanismos eficazes na luta contra a modernização e acabam moldando-se a elas, pois a secularização a nível societal não está vinculado à secularização em nível da consciência individual.

Para Mariz (2001), as finalidades de Berger sobre essas reflexões é mostrar que a teoria da secularização não deve ser aplicada de forma simples e mecânica, o que não quer

dizer que Peter Berger deixe de reconhecer a existência do processo de secularização. Nos argumentos de Mariz, o que Berger nega, “não é o processo de secularização em si, mas a crença de que a modernidade vá necessariamente gerar o declínio da religião como um todo em diferentes níveis, tanto no social quanto individual” (MARIZ, 2001, p, 27).

A seguir, examino o processo histórico de laicidade no Brasil e de liberdade religiosa para entendermos a trajetória de alguns grupos religiosos, dando devida atenção aos pentecostais e suas mobilizações por visibilidade política e social.

2.1.O Processo Histórico de Laicidade e Liberdade Religiosa no Brasil.

A Igreja católica se figurou muito tempo como a religião oficial e com mais adeptos no país. A legitimidade religiosa e a relação entre política e igreja no Brasil é algo que nos remete ao período de colonização, datada dos anos de 1500. Para ingressar em solo Brasileiro, no período colonial, era obrigatório ser católico (FONSECA, 2011). Azevedo (2004) esclarece que o poder estabelecido, no período colonial, promoveu um modelo de catolicismo, conhecido como Cristandade. Nele, a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural.

A igreja católica, no Brasil, exerceu por muito tempo fortes influências, assim como uma relação direta com o Estado. Durante todo o período Colonial (1500-1822) e imperial (1822-1889), o Catolicismo foi a única religião legalmente aceita, não havendo liberdade em nosso país (ORO, 2011).

O monopólio da Igreja Católica e seus mecanismos foram atuantes no Estado brasileiro no período da colonização. O Estado Português estabeleceu o Catolicismo como religião oficial, proibindo qualquer outro tipo de crença e práticas religiosas fora do seu monopólio. Isso afetava consideravelmente a ideia de cidadania na época, pois índios e escravos eram proibidos de manifestar suas práticas religiosas (GRUMAN, 2005).

No século XIX, no Brasil, não era difícil saber qual era a fé professada pelos cidadãos, pois o catolicismo se figurava como a religião oficial. Nas palavras de Gilberto Freyre (2006), ao falar da igreja católica: “cimento social” que deu unidade ao país. Neste período, informa Fonseca (2011) só era permitida a entrada de migrantes no país se houvesse a afirmação de que a religião adotada era a católica. Cidadãos de outros credos se viam obrigados a se converter ao catolicismo. Até para trabalhar em repartições públicas era preciso professar a fé católica, bem como em outras instâncias da vida social. A autonomia da Igreja Católica podia ser vista e vivenciada neste período e perpassava as instâncias sociais, vindo a ter atuação na política.

Por mais que a Constituição Imperial de 1824 tenha, de certo modo, contribuído para um direcionamento da liberdade religiosa de outros grupos, especificamente dos protestantes, não foi suficiente para enfraquecer as relações de privilégios da Igreja Católica neste período. Freston (1993) esclarece que, após 1870, as elites laicizam-se rapidamente, o governo republicano (a 7 de janeiro de 1890) separa Igreja do Estado. Porém, ressalto que, não houve rompimento definitivo das relações do Estado brasileiro com a Igreja Católica, entendo que o que ocorreu foi uma separação formal, não um rompimento³⁶.

Freston (1993) argumenta que a constituição de 1890 atende a reivindicações anticlericais, como casamento civil, cemitérios seculares e ensino público leigo. Nesta constituição, já não havia mais restrições legais para a participação política advinda da condição de protestante (FRESTON, 1993). É importante lembrar que, na história do país, os protestantes foram por muito tempo considerados grupos marginalizados³⁷. O catolicismo se viu aliado do processo de formação da república; e a união de maçons, liberais e os recém-chegados protestantes em prol da laicização do Estado foram tidos como uma “frente anticatólica” (FONSECA, 2011).

Nos estudos de Giumbelli (2002), três grupos, ou correntes de pensamento, que foram importantes para a promulgação republicana da separação Igreja-Estado. São eles: os republicanos, os positivistas e os protestantes, além dos maçons que, via de regra, estavam presentes nos três grupos mencionados. Percebo que estes grupos se aliaram tanto por certa representatividade social e política como por questões ideológicas. A separação entre Igreja e Estado marca um passo fundamental para os grupos protestantes e também para o pluralismo e liberdade religiosa no país.

No entanto, embora tivesse ocorrido essa separação, a Igreja Católica ainda possuía relações com o Estado brasileiro. Giumberli (2002) aponta que a constituição de 1891 pode ter apresentando um marco na relação entre Estado e Igreja, porém não propiciou uma ruptura. Sobre a ótica de Fonseca (2011), no que se refere a relação entre Igreja Católica e Estado brasileiro, esclarece que o catolicismo continuou influenciando a sociedade e os processos sociais, pelo fato de sua estrutura simbólica ter se mantido preservada na sociedade e nas instituições, situação que proporcionou, alguns anos depois, a formação de uma

³⁶ A proclamação republicana, contudo, não significou a perda da hegemonia católica e de sua influência na vida cultural e política brasileira [...]. Os padres passam a ter uma formação seminarística mais cuidadosa, são nomeados bispos apenas os mais dedicados e ultramontanos, trazem-se ordens religiosas europeias para administrar os santuários e demais serviços religiosos, busca-se incutir um catolicismo menos mágico e devocional e mais cristocêntrico nas camadas populares. (CF. NEGRÃO, 2008, p, 176).

³⁷ Ao chegar ao Brasil, apesar da liberdade de culto, os protestantes encontravam-se com a “alma aprisionada” (CF. FONSECA, 2011 apud RIBEIRO, 1991).

“concordata moral” entre Igreja e Estado. Na prática, era perceptível que não existia uma efetiva separação entre Igreja e Estado: o Catolicismo ainda continuava a gozar de privilégios³⁸.

Até este período, a participação dos evangélicos ainda não tinha notoriedade ou visibilidade, haja vista que a Igreja Católica ainda exercia forte influência nas relações com o Estado (sem falar, no fato, de que os adeptos do catolicismo ainda eram maiores que os protestantes). O levantamento realizado em 1890 demonstra que 98,9% da população era católica, ao passo que 1% era protestante e outros 0,1 % professavam outras religiões.

Em números, os protestantes compunham 143 mil pessoas (FONSECA, 2011). Freston (1993), afirma que a presença protestante na política nacional é, portanto, quase nula na primeira república. Isso se dava pelas poucas candidaturas e representações da ala protestante. Até este momento, a Igreja católica ainda exercia autonomia política e social no Estado Brasileiro, de sorte que, apesar da separação republicana, “a Igreja ainda ocupava espaços consideráveis nas áreas da saúde, educação, lazer e cultura” (MICELLI, 1988; MARIANO 2001, *apud*, ORO 2011, p. 146).

A abertura para o pluralismo religioso no Brasil no século XIX se dá de forma tímida e foi motivada por motivos econômicos (MAINWARING, 1989). O intenso fluxo migratório ocorrido nesse período é importante para entender esse processo, pois os recém-chegados protestantes se mobilizavam pela defesa da liberdade religiosa.

Negrão (2008) explica que, a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, fugindo das tropas napoleônicas, e da abertura dos portos ao comércio com os ingleses, foi fator que permitiu que o monarca D. João VI consentisse que os cultos protestante fosse realizado em terras brasileiras, desde que não em templos e desde que não houvesse proselitismo a favor dele e contra a religião oficial³⁹.

O imigrante, sem dúvida, foi importante para a consolidação de uma *diversidade religiosa* no Brasil. Nele abriu-se caminho em direção ao dito Estado laico e à separação

³⁸ Isto não significou, entretanto, a retirada de certos privilégios da Igreja Católica. Assim, a pressão católica na Assembleia Constituinte de 1890 conseguiu impedir a aprovação da lei da mão-morta, pela qual se pretendia esbulhar os bens materiais da Igreja. Igualmente, as ordens e congregações religiosas continuaram atuando, algumas subvenções ainda permaneceram e em certas localidades do território nacional a obtenção de documentos continuou a passar através dos religiosos (CF. FONSECA, 2002).

³⁹ Uma importante figura representante do protestantismo no Brasil neste período foi o missionário Robert Kalley que logo estabeleceu uma aproximação com o Império, a fim de divulgar e praticar suas ações missionárias. Este missionário teve sua notoriedade histórica, quando em sua casa começa a realizar encontros e reuniões para pregar a doutrina. Isso novamente parece ter incitado os ânimos dos católicos, que começaram uma série de perseguições e proibições de culto aos protestantes. O missionário recorreu à justiça para voltar a realizar seus cultos e ameaçava ir embora do país e revelar lá fora que no Brasil não existia liberdade de culto (CF. FONSECA, 2011).

formal entre Igreja e Estado, os quais forneceram as mínimas condições necessárias para a convivência das diferentes religiões (FONSECA, 2011).

Mariano (2011) indica que, além da Igreja Católica continuar a gozar de privilégios, ela manteve ainda ações discriminatórias estatais e religiosas às demais crenças, práticas e organizações mágico-religiosas, sobretudo às do gradiente espírita. Não existia, por parte do governo, uma ação eficaz no quesito liberdade religiosa. Mas a discriminação não se restringiu de modo algum à atuação de agentes e instituições estatais. Agentes públicos e privados, cada qual à sua maneira, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros⁴⁰ (MARIANO, 2011).

A Era Vargas (1930-1945), período em que vigorou o Estado Novo no Brasil, marca a aproximação entre Estado e Igreja Católica, que volta a gozar de privilégios. O Brasil presenciava a ascensão de um Estado autoritário e de uma Igreja que finalmente recuperava acesso íntimo ao poder após 40 anos de uma República laica com ares positivistas (FONSECA, 2011). Sob estas circunstâncias, foi a Constituição de 1934 responsável pelo elo entre a Igreja Católica e o Estado Brasileiro. Nas investigações de Fonseca (2011):

[...] três concessões caracterizavam a união: 1) Proibição do divórcio e o reconhecimento do casamento religioso pela lei civil; 2) Permissão do ensino religioso nas escolas públicas; 3) Possibilidades do Estado financiar escolas, seminários, hospitais ou qualquer outra instituição pertencente à Igreja que tratasse do “interesse coletivo”. (FONSECA, 2011, p. 81).

Compreendo que estas concessões serviam como alicerce para a manutenção do catolicismo enquanto religião majoritária. Onde se utilizava de um aparato ideológico e dominante na sociedade daquela época. A Igreja Católica dificultaria a expansão de correntes religiosas até o fim da década de 50, para as outras religiões, como o Espiritismo e, sobretudo, as religiões Afro-brasileiras, o período do Estado Novo foi marcado por repressões policiais e mesmo por invasões aos terreiros⁴¹ (ORO, 2011).

Um caso que destaco do Estado Novo, em 1939, e o Departamento de Defesa da Fé, responsável por uma política de oposição ao protestantismo (MARIANO, 2011). Enfatizo que

⁴⁰ As religiões de matriz africanas são as que mais sofreram e sofrem discriminação até hoje por parte não só de católicos, como de evangélicos. Estes últimos têm as religiões Afros como um mal a ser combatido. Como o caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que ataca em seus cultos, programas de rádios e televisão, o comportamento religioso das denominações Umbanda e Candomblé.

⁴¹ Norton Correa destaca que “a repressão policial, especialmente na segunda metade dos anos 1930, foi muito intensa, em Salvador” (CORREA, 1998, p. 30). O mesmo ocorreu no Rio de Janeiro. Dizia-se, em ambos os Estados, que os terreiros acobertavam comunistas, justificando, assim, a sua invasão pela polícia (MAGGIE, 1992). No Rio Grande do Sul, a intensidade persecutória foi tanta que “estabeleceu um *antes* e um *depois* na história desta repressão” (CORREA, 1998, p. 207). Por isso, neste Estado, permanece até hoje na memória dos filiados aos terreiros “a lembrança do tempo em que a repressão policial entrava a cavalo em terreiros dos seguidores dos cultos de Umbanda e de Nação” (AVANCINI, 2008, p. 139). (CF. ORO, 2011, p. 26).

o aumento de adeptos de protestante no país, nesse período, segundo dados do IBGE, revela que em 1940, os evangélicos correspondiam a 2,6% da população. Em 1950, tiveram um crescimento para 3,4%.

Além da invasão protestante, a modernização acentuou o número de adeptos da umbanda, nas classes populares, e de espíritas, na classe média (FONSECA, 2011). Se vendo pressionada, a Igreja Católica cria órgãos de defesa da fé e da moralidade católica, a exemplo do Secretariado Nacional para a Defesa da Fé e da Moralidade (MAINWARING, 1989).

Ainda por longos anos a Igreja Católica contou com a benevolência do Estado em prol de seus interesses. Como demonstra Oro (2011), a Igreja Católica, mais do que outras igrejas, como as evangélicas, continuaram a receber certas benesses na forma de auxílios e cooperações de várias ordens, inclusive financeiras, como, a isenção de impostos.

Demais a mais, embora o dispositivo legal de separação entre Igreja e Estado, que vigora há mais de um século e que se reafirma no art. 19, inciso I, da Constituição de 1988. Em 2009, foi possível notar mais uma situação de tratamento preferencial do Estado em relação à Igreja Católica (ORO, 2011). Refiro-me aqui ao acordo bilateral firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, em 2008, durante audiência oficial na biblioteca do Vaticano, entre o papa Bento XVI e o presidente Lula, e aprovado na Câmara dos Deputados, em 26 de agosto de 2009, e no Senado Federal, em 8 de outubro de 2009 (GIUMBELLI, 2011). Dentre os assuntos desse documento estavam:

[...] representação diplomática; personalidade jurídica das instituições eclesiais; integração ao patrimônio histórico, artístico e cultural; proteção de lugares de culto; assistência espiritual em prisões e outras instituições de internato (exceto Forças Armadas, cujo regime já é objeto de outro Acordo); reconhecimento de títulos acadêmicos; instituições de ensino e seminários; ensino religioso em escolas públicas; efeitos civis do casamento religioso; segredo do ofício sacerdotal; imunidade tributária; situação trabalhista de sacerdotes e religiosos; concessão de visto para estrangeiros. (GIUMBELLI, 2011, p, 119).

Asseguro que esse acordo sofreu duras críticas da sociedade, tendo em vista que ele viola a constituição que veda o Estado de possuir relações de dependência com cultos religiosos ou igrejas. Esses fatos históricos suscitam dúvidas sobre a eficiência da Constituição e da própria laicidade brasileira, julgando que ela não se apresenta de forma real e prática no Brasil. Lugar onde a Igreja Católica sempre gozou de privilégios e onde, hoje, nos dias atuais, grupos pentecostais exercem influências significativas nas tomadas de decisões políticas no país. Nesses aspectos, concordo com Oro (2011), que a pretensa neutralidade do

Estado em relação à religião, subentendida na noção de separação entre o poder temporal e o espiritual, constitui mais um ideal do que uma realidade.

A secularização na política marca o surgimento do Estado Moderno e é responsável pela separação entre Estado e Igreja. O Estado passa a garantir o livre exercício dos grupos religiosos, garantindo, no plano jurídico, tratamento isonômico. Isso implica dizer, que o indivíduo passa a ter o direito de construir sua identidade religiosa como bem entender. Fato que permite entender o que se chama de *sincretismo religioso no Brasil* (GRUMAM, 2005). Alexandre Brasil Fonseca indica, que “somente nos últimos anos do século XX temos uma situação mais próxima de efetiva liberdade individual para as escolhas religiosas” (Fonseca, 2002, p. 70).

No entanto, forço o leitor a pensar, até que ponto, existe liberdade religiosa no Brasil e para quais grupos? Destaco como já foi dito, que as religiões de matriz africanas, ainda hoje, são alvos de preconceitos e de estigmas sociais pejorativos sobre suas práticas e cultos⁴².

Embora a laicidade no Brasil esteja em processo de construção, cito o pentecostalismo e o aumento de seus adeptos como fundamentais para consolidar o pluralismo religioso no país. Rompendo, em certa medida, com monopólio da Igreja Católica e defendendo o princípio da liberdade religiosa e de culto, elementos essenciais do pluralismo. Seu proselitismo exclusivista foi a principal responsável por estabelecer a modernidade religiosa no Brasil, por meio da concorrência e pluralismo no campo religioso do país (MARIANO, 2011).

Para Mariano (2003), no Brasil, o pluralismo e a concorrência religiosa, principalmente entre os pentecostais, impulsionaram a necessidade de ampliar sua doutrina e conquistar mais fiéis em uma lógica de mercado; adotando mecanismo empresarial, como a centralização administrativa, econômica e um proselitismo com uso intensivo do marketing⁴³.

A trajetória feita até aqui, com relação à separação entre Igreja e Estado, com advento da República, jamais privatizou o religioso e nem excluiu as relações entre religião e política, que a laicidade não é fator de princípio da República brasileira. Que a sociedade brasileira não é secularizada como a inglesa e francesa. E por último, que existe um vasto mercado religioso competitivo no Brasil, onde a disputa se acirra entre católicos e pentecostais, que se estende para a esfera política partidária, se valendo de recursos midiáticos

⁴² Estigmas, para Goffman, são identidades deterioradas por uma ação social que representa algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado, nesse sentido, “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (CF. Goffman, 1975:13).

⁴³ A Igreja Universal do Reino de Deus encara a igreja como uma empresa no mercado e “advoga a legitimidade do uso da igreja como um fator gerado de auto-sustento de pastores, evangelistas e membros”, para eles esses processos não geram contradições ou problemas éticos ou morais. (CF. MARIANO, 2003).

como forma de extensão de seus proselitismos. E que o discurso do Estado laico só é válido quando são posto em xeque, interesses individuais de grupos majoritários, como o caso dos católicos e evangélicos. Então, é arriscado pensar e afirmar que o Brasil seja um Estado laico, pode até apresentar alguns aspectos de laicidade, mais não uma totalidade.

2.2. A irrupção pentecostal na política partidária brasileira.

O pluralismo religioso no Brasil e a competição entre as principais religiões em debates nos anos de 1950 estavam longe de constituir um parâmetro de ação institucional dentro do campo religioso brasileiro. Este teria sua consolidação no último quarto do século, com o processo de redemocratização, com o crescimento dos pentecostais e seu ingresso na TV e política partidária (MARIANO, 2011).

Desta maneira, é de conhecimento, que hoje os evangélicos representam uma grande parte do eleitorado brasileiro, representados pelas denominações pentecostais e neopentecostais. No legislativo e no executivo, a presença dos evangélicos é forte, bem como sua expressiva participação na Câmara dos Deputados e Senado Federal⁴⁴.

No entanto, relação dos evangélicos com a política não é fato recente. Campos (2006) constata a presença de políticos “evangélicos” em cargos legislativo e executivo desde a década de 30. Existe uma diferença, se hoje a representação se dá pela maioria pentecostal, antes a cúpula era composta pelas Igrejas históricas: metodistas, presbiteriana e batista. (FREESTON, 1993).

No início, os primeiros protestantes a se instalarem no Brasil, no século XIX, tinham uma postura de afastamento da sociedade e de temas relacionados à política. Principalmente os grupos pentecostais com posturas mais ascéticas e de negação do mundo. Defensores de uma ética relacionada aos valores e afirmavam sua postura apolítica. É o caso dos fundadores

⁴⁴ Frente Parlamentar Evangélica, ou simplesmente bancada evangélica, é um termo aplicado a uma frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil composta por políticos evangélicos de partidos políticos distintos. Diferentemente dos evangélicos, que compõem a maioria da bancada, os parlamentares católicos não participam da frente. A frente parlamentar se articula contra temas como igualdade de gênero, direito ao aborto, eutanásia e casamento entre pessoas do mesmo sexo, além de também se opor à criminalização da violência e discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais e de castigos físicos impostos por pais aos filhos. O grupo também tenta derrubar resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que impedem que psicólogos tratem a homossexualidade como uma doença. Onde a maior atuação se concentra na atuação da Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus.

da AD no Brasil, Gunnar Vingren e Daniel Berg⁴⁵ que achavam a política desnecessária. No entanto com o crescimento e expansão dessas denominações trouxeram modificações.

Porém, o processo de institucionalização dos grupos protestantes brasileiros, principalmente a partir da primeira década do século XX, iria provocar o surgimento de um estilo de Igreja ou de Denominação, conforme a nomenclatura de Niebuhr (1992), na qual passava-se a existir uma maior integração com a sociedade em seus vários níveis. (CAMPOS, 2006, op. cit., p. 35).

Campos (2006), afirma que as primeiras experiências dos evangélicos na política brasileira podem ser remetidas a finais da década de 1930, contudo, estes aspectos estavam relacionados aos protestantes das grandes cidades, até porque nas áreas rurais era mais difícil a mudança de mentalidade, sendo que os que se candidatavam eram principalmente aqueles de família tradicional, em função da transformação do capital econômico em capital político, o que foi sendo acumulado por suas famílias ou por eles mesmos, por meio da prática de profissões liberais como médicos, advogados ou engenheiros .

Para Baptista (2007), os poucos protestantes que marcaram presença na política tiveram dificuldades, no que diz respeito, ao convencimento dos seus membros da importância de ocuparem cargos públicos. Tanto isso é verdade, que o autor informa que houve apenas um constituinte evangélico, em 1933-34 e em 1946, que foi o pastor metodista Guaracy Silveira.

Nesse contexto, o período getulista é assinalado pela expressiva representação dos Católicos, que voltam a gozar de alguns espaços e privilégios que perderam com o advento da república⁴⁶. Sobre esse cenário, Freston (1993) demonstra que a era Vargas abre novas possibilidades de participação para os protestantes, mas ao mesmo tempo, estreitas relações com a Igreja Católica. Uma das medidas pretendidas era de instituir a neocristandade⁴⁷.

Neste período, a Igreja Católica conseguiu avançar de tal maneira na retomada de sua privilegiada relação com o Estado que alcançou o status de religião “quase oficial” (ORO

⁴⁵ Daniel Berg nasceu em 19 de abril de 1884 na cidade de Vargön. Oriundo de uma família de batistas, pobres, Berg viajou aos 18 anos de idade para o estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América, onde trabalhou como operário; Gunnar Vingren nasceu em Ostra Husby, em 8 de agosto de 1879. Assim como Berg, veio de uma família pobre, de crentes da Igreja Batista (CAMPOS JR, 1995).

⁴⁶ A instituição do casamento civil, a entrega dos cemitérios às prefeituras, o fim do ensino religioso nas escolas públicas e o não pagamento do salário do Clero por pelo Estado (FONSECA, 2011).

⁴⁷ O conceito de neocristandade estava baseado nas ações para a formação de um grupo de fiéis comprometidos com os projetos desenvolvidos pela Sé Romana no início do século XX. Com isso, seria possível entusiasmar a sociedade para as atividades católicas, que tinham o objetivo de evitar o anticlericalismo, no caso português, ou continuar com as relações amistosas com setores do governo, no caso brasileiro. Um dos pontos principais do projeto era efetivar o Estado cristão no mundo luso-brasileiro, com a presença do espírito católico em suas estruturas governamentais e civis (AZZI, 1994, p. 60).

2010). Dentre as conquistas que foram obtidas pela Igreja católica, estão as seguintes: o reconhecimento do casamento religioso para efeitos civis; a autorização para cemitérios religiosos; a presença de capelães nas forças armadas; a lei que garantia a propaganda contra movimentos subversivos e o voto de religiosos nas eleições civis (BANDEIRA, 2000). Até esse período, a atuação evangélica permanecia tímida e quase nula.

Somente em 1946 os evangélicos conseguiram um avanço maior na política partidária, devido à participação e visibilidade alcançada. Estes atuantes incluíam os protestantes históricos. Freston aponta o período de 1946 – 1964 como o período que favoreceu a participação protestante na política. Algumas mudanças foram importantes para este favorecimento, dentre eles: o crescimento da população evangélica, que atingia os 4% em 1960; obrigatoriedade do voto feminino em 1964; participação eleitoral mais livre; a aceleração do crescimento urbano após 1950 que livrava maior percentagem da população do coronelismo rural. Em 1950, os protestantes elegeram pela primeira vez mais de um deputado federal, de 9 passaram para 13 deputados (FRESTON, 1993).

Os anos de 1950 marcam ainda a participação pentecostal através da Igreja Pentecostal O Brasil para Cristo, cujo líder Manoel de Mello, apoiou Adhemar de Barros como candidato a prefeito de São Paulo, onde recebeu alguns benefícios para a construção do templo de sua igreja, que depois de algum tempo foi demolido pelo próprio Adhemar (BAPTISTA, 2007). Já a AD nos anos de 1960 em Minas Gerais a instituição contava com o Deputado Estadual João Gomes Moreira⁴⁸. No Pará, o Deputado Estadual Antônio Teixeira e o vereador Sebastião Bronze, ambos da chamada igreja-mãe da Assembleia de Deus (BAPTISTA, 2007).

No entanto, ilustro e fortifico a partir de Freston (1993) que as Igrejas Pentecostais até 1980 assumiam uma postura apolítica, não misturavam religião e política, seus interesses estavam voltados para práticas evangelizadoras, empreendedoras e midiáticas. Uma das frases recorrentes utilizadas por uma parte dos evangélicos era “crente não se envolve em política”.

Os pentecostais demonstravam maior resistência:

⁴⁸ João Gomes Moreira foi um político brasileiro do estado de Minas Gerais. Foi deputado estadual em Minas Gerais durante o período de 1959 a 1967 na 4ª e na 5ª legislatura, pelo PSP. João Moreira voltou à Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 1971, atuando por três mandatos consecutivos, durante o período de 1971 a 1983 (da 7ª à 9ª legislatura), pelo MDB. Ele foi um dos primeiros políticos evangélicos do Brasil, membro da Assembleia de Deus em Belo Horizonte e residente à Rua Leopoldo Gomes 576, no bairro Pompéia. Foi uma das primeiras residências a ter uma linha telefônica em Belo Horizonte cujo número era 24.02.09.

Já os pentecostais demoraram mais tempo para entrar na política, pois foi somente na metade dos anos 60 que conseguiram eleger, em São Paulo, os pastores Levy Tavares e Geraldino dos Santos, da Igreja Pentecostal “O Brasil para Cristo” respectivamente deputado federal e estadual, e, em Minas Gerais, deputado estadual, João Gomes Moreira, da Assembleia de Deus. (CAMPOS, 2006, p, 44).

Percebo que a mobilização evangélica para a atuação nos espaços públicos mostrava certo avanço, embora tímido e com maior aceitação. Freston (1993) identifica alguns motivos que levaram aos evangélicos a se insurgir na política: 1) demanda por igualdade de status com a Igreja Católica; 2) Fortalecimento de lideranças às Igrejas um objetivo ligado diretamente à criação e 3) o aumento de legitimidade dentro das organizações religiosas.

Nos anos de 1960, quando se presenciava diversas mobilizações populares, o movimento da *contracultura* e a figura populista e emblemática do presidente João Goulart assustavam a maioria dos evangélicos, que se mobilizavam numa ação contra Goulart, onde o objetivo era livrar o Brasil da “ameaça comunista”⁴⁹ (BAPTISTA, 2007). “Para eles, os grandes inimigos eram o catolicismo romano e comunismo ateu” (BAPTISTA, 2007, p, 183).

2.3. A mudança de postura política dos evangélicos e a participação Assembleiana a partir da década de 80.

No entanto, essa tímida presença evangélica na política tem a década de 80 como um divisor de águas. No que tange a participação na política-eleitoral do país, Reis (2011) informa que os protestantes através de suas Instituições e denominações tiveram importante figura na arena política brasileira a partir da redemocratização ocorrida no país na década de 80. No que se refere a esta redemocratização, é importante esclarecer que o golpe militar de 1964 é fator preponderante para a nova configuração política que surge a partir da década de 80 e o AI N° 2 que trouxe transformações para a atuação dos partidos políticos. Surge na década de 1980 o multipartidarismo que leva a uma fragmentação do sistema partidário, culminando na criação de dezena de partidos. Compreendo que este período a Igreja Católica tem suas estruturas abaladas com o Estado e os evangélicos aproveitaram para se insurgir na arena política com força total.

⁴⁹ Os evangélicos foram além deste apoio ao regime militar. Alguns pastores, inclusive da Assembleia de Deus, fizeram cursos na Escola Superior de Guerra (ESG) e na Associação de Diplomados desta, a ADESG. (CF. BAPTISTA, 2007).

É importante também citar o “centrão” como propulsor para a insurgência política dos Evangélicos. O “centrão”, segmento formado por parlamentares do PMDB, PFL, PDS, PTD e outros partidos menores, apoiado pelo poder executivo e representantes mais conservadores da sociedade, teve papel essencial na regulamentação dos trabalhos e na duração do mandato de Sarney de quatro para cinco anos⁵⁰; fato que suja a imagem dos políticos pentecostais. Em troca de votos, Sarney abria concessões para canais de rádio e tv para estes grupos religiosos expandirem a prática evangelizadora. Observo que as alianças e os interesses desses grupos evangélicos objetivavam a conquista dos votos e sua expansão através dos canais de rádio e TV (REIS, 2011).

Bonh (2004) atesta que 1980, existiam 7.8 milhões de evangélicos no país. Registra ainda, que esse segmento religioso também crescia entre os legisladores e membros eleitos do Poder Executivo. Ocorreu no século XX o aumento de adeptos ao protestantismo que facilitou a vinculação de políticos as igrejas e a setores evangélicos da população, o acesso ao campo político e acirrou as disputas entre católicos e evangélicos (FONSECA, 2011).

Os pentecostais apresentam uma mudança abrupta nas eleições de 1986, com destaque para a AD, e também IQ e IURD que resolveram investir na eleição de representantes para o congresso constituinte (BAPTISTA, 2007). Assim, o ano de 1986 é marcado pela efetiva participação dos evangélicos na arena política brasileira momento em que a AD sozinha elegeu 14 deputados (PIERUCCI, 1989).

A principal mobilização evangélica em prol do envolvimento na política surge por parte da AD, considerada a maior igreja evangélica do país, que alegava que após a ditadura militar o Governo poderia declarar o país como católico. Com isso, a AD resolveu lançar as primeiras candidaturas que atingiram todos os Estados do Brasil. Nesse período de mobilização a AD conseguiu eleger 14 deputados em 13 Estados (BAPTISTA, 2007).

O principal motivo da AD era de fazer oposição a Igreja Católica e ter expressividade e reconhecimento na esfera pública. Com relação a esse período, a característica fundamental é a entrada em peso de Deputados pentecostais, sobretudo provenientes da AD. Essa novidade implica em nova dispersão geográfica e partidária, novo perfil social e nova trajetória política (FREESTON, 1993).

Para Baptista (2007), o ingresso institucional da AD para formar a bancada no congresso nacional explorou o sentimento de medo dos fiéis. Um dos argumentos utilizados

⁵⁰ Jensen (político ligado AD). Elegeu-se para a Câmara Federal por duas vezes consecutivas e foi autor da emenda que assegurou a permanência de José Sarney como presidente da República em 1985 (CF. CAMPOS, 2005).

era que se estabeleceria no Brasil a religião católica como oficial; boatos de conspirações contra a liberdade religiosa alertavam para o reconhecimento legal de novos costumes, que para os evangélicos ameaçavam a instituição familiar. Lideranças da AD ressaltavam que a nova constituição poderia acolher a legalização do aborto, o casamento de homossexuais e a liberação da maconha (FREESTON, 1993).

Pierucci (1989), afirma que os parlamentares membros das denominações pentecostais e não pentecostais compõem uma espécie de “nova direita”, na medida em que, além da defesa de bandeiras socioeconômicas direitistas tradicionais, eles se autoproclamam como os guardiões de uma moralidade familiar e social. Com a formação da bancada evangélica em 1986, as igrejas pentecostais, até então com postura apolítica, voltaram suas atenções para projetos evangelizadores e midiáticos (FREESTON, 1993).

Autointitulados fisiologistas e com práticas fisiologistas, os evangélicos através de conquistas de canais de Rádios e TV onde vinculavam temas ligados a família patriarcal, foram benéficos para que estas Igrejas formassem estratégias para atração de novos fiéis. Assim sendo:

... Concessões de TV e rádio têm sido importante moeda política, fruto do sistema político que incentiva a prática fisiológica e da lei da comunicação. A bancada evangélica ganhou pelo menos duas concessões de TV e sete de rádios. Em alguns casos, as rádios foram transferidas para as respectivas igrejas. Mas como nos disse Daso Coimbra “mais ou menos cem deputados tiveram estações de rádio, e se sete evangélicos receberam, isto não é nada dentro do Universo”. Ou seja, os evangélicos estão bem adaptados à cultura política e não são vilões, como também não são o “sal da terra” de que fala sua própria retórica (FREESTON, 1993, p 158).

Conhecidos como “Políticos de Cristos”, essas igrejas lançam mão do slogan “irmão vota em irmão” como estratégia para conseguir votos, alegando que os seus candidatos estavam aptos para governar. Defensores da moralidade política, os eleitores evangélicos eram induzidos a votar nesses políticos:

Em outras palavras, os eleitores evangélicos são instruídos a depositarem sua confiança em políticos que teoricamente, defenderiam os interesses da doutrina professada nas instâncias públicas. Esse discurso foi uma maneira de os políticos religiosos formarem, e posteriormente, consolidarem uma base eleitoral a partir do apoio de lideranças evangélicas que, em troca, exigiriam benefícios públicos para suas denominações religiosas (REIS, 2011, p. 22.).

O crescimento constante do protestantismo no Brasil demarca o tempo da imersão pentecostal na política, que está ligada ao fato de 1986, momento em que havia 33 parlamentares evangélicos na bancada parlamentar. Contudo, a eleição presidencial de 1989 é

um momento de forte envolvimento político. Segundo dados do IBGE, em 1980 os evangélicos cresceram muito e passaram de 2,6% para 6,6% da população. A partir da década de 1980, o protestantismo ultrapassou significativamente o crescimento de outras religiões no Brasil alcançando mais de 15% da população em 2000.

A participação na política dos pentecostais pós-1986, como explica Baptista (2007), causou impacto pela articulação das corporações eclesiais, pois revelava objetivos de clara instrumentalização do espaço político, que visava a obtenção de recursos e privilégios para as instituições religiosas, através de práticas clientelistas manifestadas sem constrangimento (BAPTISTA, 2007).

Conforme Mariano & Pierucci (1992), havia por parte dos pentecostais um forte entusiasmo em lançar a candidatura de um representante protestante a cargo de presidente do Brasil. Íris Rezende, Ex-Ministro da Agricultura do governo Sarney, foi indicado pelo (PMDB), que recebeu apoios da massa evangélica e de importantes empresários. Contudo, a candidatura de Rezende não foi adiante, pois foi derrotado pelos convencionais que escolheram o presidente do (PMD) na época, Ulysses Guimarães (MARIANO; PIERUCCI, 1992). Com esta atitude, as lideranças se frustraram diante dos esforços de eleger um presidente, como eles próprios chamavam “homem de Deus”.

O que entendo a partir de Mariano & Pierruci (1992) é que as eleições de 1989 tinham dois nomes de destaque à presidência do país, que por acaso, foram para o segundo turno. De um lado Collor de Melo (PRN) e outro Lula (PT), eleições que geraram embate e forças a favor e contra os respectivos candidatos. De um lado Collor, apoiado pelas principais lideranças evangélicas do período; e Lula, que tinha apenas uma parcela desse segmento ao seu favor. Os que defendiam a candidatura de Collor argumentavam que ele era a melhor opção para o Brasil, pois era um homem temente a Deus e que não ameaçava a liberdade religiosa no Brasil. Diversos pastores de várias denominações pentecostais ofereceram apoio ao candidato, que ia desde mobilização pelos meios de comunicação ligados a esses grupos até o apoio com boca de urna e atos que buscavam satanizar a candidatura do concorrente.

A respeito de Lula, as lideranças evangélicas, principalmente os da AD e IURD argumentavam que o candidato do PT era comunista e que pretendia acabar com a liberdade religiosa no Brasil, perseguir os evangélicos e institucionalizar a religião católica como oficial, além de beneficiar os líderes desse segmento religioso (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Toda a ideologia construída mobilizava os evangélicos a votar contra Lula e a ver em Collor um caminho para que seus ideais fossem defendidos e continuassem a ter

representação no país. Collor também aproveitava para se promover e conquistar mais eleitores evangélicos, indo a templos religiosos e fazendo alianças com seus principais representantes (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

A esquerda evangélica declarou apoio à Lula, principalmente os líderes das igrejas protestantes históricas e os principais apoiadores do candidato Leonel Brizola no primeiro turno. A citação abaixo é esclarecedora para o entendimento desta afirmação:

Foi no dia 9 de dezembro durante um almoço na churrascaria Rodeio, em Nova Iguaçu, que evangélicos de diferentes denominações participaram de um suculento churrasco num encontro com os líderes dos dois maiores partidos políticos de oposição à direita reacionária do País: Leonel Brizola e Luís Inácio Lula da Silva. Nesta ocasião, o pastor Silas Malafaia criticou aqueles que usavam de boatos de que Lula era marxista e iria acabar com as igrejas (O Alerta, jan. 1990) (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 6).

Lula tinha alguns líderes evangélicos a seu favor que tinham a plena convicção de que ele não acabaria com a liberdade religiosa e nem tornaria o Brasil um país comunista; pânico que foi instaurado na cabeça de outros representantes pentecostais que não mediam esforços e argumentos para dizerem que o candidato Lula iniciaria uma perseguição contra eles, tal como em países comunistas. O que esses líderes mais temiam era perder o poder político e que os privilégios fossem únicos e exclusivos dos católicos, uma vez que existe e sempre existiu um embate entre essas duas religiões no campo político e religioso no Brasil (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Iniciou em todo o país, por parte dos movimentos evangélicos, o movimento contra Lula e uma movimentação em massa para eleger Collor. Esse movimento contou com pastores entrando em contato com representantes de outros Estados para que convencessem os fiéis a votar em Collor, alianças políticas, além de divulgação em programas de TV e Rádio mostrando que Collor era a melhor opção para os evangélicos (MARIANO; PIERUCCI, 1992). E tudo isso regimentado pelo temor dos evangélicos em perder autonomia e representação política. “Crucificar” Lula em 1989 não passou de ideologias exageradas dos evangélicos, pelo medo de perder a liberdade religiosa e autonomia conquistada no país (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Já em 1994, os evangélicos se dividiram no apoio a Lula e a FHC. Praticamente todas as igrejas evangélicas e pentecostais declararam apoio ao candidato do PSDB à Presidência, o tucano Fernando Henrique Cardoso (FONSECA, 2002).

Fonseca (2002) revela que em 1998 a fragmentação do campo religioso e seus interesses específicos fizeram com que a IURD seguisse caminho contrário ao caminho

seguido pelas demais igrejas pentecostais e com que não apoiasse a reeleição de Fernando Henrique. Muitos atribuem essa recusa ao fato da IURD ter recebido várias investigações da Receita Federal e uma multa no valor de aproximadamente 98 milhões de reais (FONSECA, 2002).

No seu estudo sobre o caso do Rio de Janeiro, Machado & Mariz (2004) evidenciam que as eleições de 2002 confirmaram o fortalecimento da presença evangélica na disputa por cargos políticos no Estado do Rio de Janeiro, e revelaram um deslocamento de vários setores dessa tradição religiosa em direção aos partidos de esquerda. Neste período da história, a figura de Antony Garotinho (PSB) como representante da categoria evangélica, acirrava as competições com ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela vaga de presidente do Brasil (MACHADO; MARIZ, 2004).

De acordo com Machado & Mariz (2004), Garotinho se apresentava como um candidato populista e sua simpatia favorecia a obtenção de votos, além de já desenvolver uma política assistencialista que deu muito certo no seu Estado de origem. Muitos viam nele o melhor para o Brasil, pois o povo já estava cansado das figuras políticas e corruptos do país e ansiavam por mudanças. A identidade religiosa contribuiu muito para promover o candidato, já que teve a maioria dos votos do movimento pentecostal.

A oposição de Garotinho, representada por Benedita da Silva e Lula (PT), também formulava suas estratégias e alianças de campanha na conquista da presidência. A primeira é evangélica e o segundo católico, assim, indicavam as dificuldades de articular os interesses das lideranças regionais com os das nacionais e a ambivalência no trato da identidade religiosa como atributo eleitoral (MACHADO; MARIZ, 2004). Ocorreu, assim como nas eleições de Collor, um segundo turno em 2002. Alguns discursos foram utilizados pela oposição para desfavorecer e levar uma imagem negativa de Garotinho. Os petistas tinham um panfleto que davam 13 argumentos para não votar no candidato do PSDB (MACHADO; MARIZ, 2004).

Contudo, a estratégia de Lula não estava em difamar o candidato oposto, preocupou-se em se articular e formar alianças. E uma delas foi com o Partido Liberal, feita no segundo turno, que tem como alguns representantes políticos membros da (IURD). Fato curioso é que nas eleições de Collor umas das denominações de oposição à candidatura de Lula foram líderes da IURD. No entanto, dentro do Partido dos Trabalhadores, havia os que eram contra essa aliança. Uma das exigências do PL para a concretização da aliança com o PT no estado do Rio era que o nome do Bispo da IURD, Marcelo Crivella, fosse indicado como um dos candidatos a uma das duas vagas para o senado, pretensão que encontrou muita resistência

entre os petistas locais e acabou inviabilizando o apoio no primeiro turno (MACHADO: MARIZ, 2004).

Os candidatos à presidência da República de maior evidência nas eleições de 2002 contaram com o apoio expressivo de grupos políticos evangélicos, em destaque a membresia da AD e IURD, que tiveram relevância para acirrar as disputas no campo político neste período.

É evidente que as igrejas evangélicas com maior atuação no campo político Brasileiro, estão representadas pela AD, IURD e do Evangelho Quadrangular (IEQ). Sobre a IURD, entende-se que:

Desde 1997 (a Igreja Universal do Reino de Deus) adotou, no âmbito nacional, o modelo corporativo da ‘candidatura oficial’, cujo número de candidatos para os distintos cargos eletivos depende do capital eleitoral de que dispõe. (...) nas eleições de 2002, a IURD apresentou algumas novidades em relação às eleições passadas. Como nas demais, ao final dos cultos mais concorridos, sobretudo os dominicais, não somente eram mencionados o nome e o número dos candidatos da igreja aos cargos eletivos, mas, algumas vezes, os próprios candidatos eram apresentados aos fiéis/eleitores ou, em caso de sua ausência, os bispos ou os pastores faziam subir no “palco/altar” alguns banners com fotos dos candidatos (ORO, 2003, p. 53-69).

A IURD realiza, segundo os estudos de Ari Pedro Oro, uma definição e divulgação bastante clara dos seus candidatos, procurando determinar em quem os adeptos devem votar. Igrejas como a AD e a IEQ, não apresentavam, até 2002, candidatos claramente definidos, nem procuravam determinar o voto dos adeptos. Elas apoiavam determinados candidatos e permitiam aos seus seguidores a escolha livre. Em 2002 essas denominações do pentecostalismo, ao verificar o maior sucesso da IURD nas urnas, passaram a buscar uma organização política mais próxima à da IURD, sem com isso tentar criar um sistema idêntico (ORO, 2003).

O que essas Igrejas estão se empenhando em realizar é uma definição prévia dos candidatos e uma tentativa de indicá-los de forma mais clara aos adeptos, podendo, como ocorre com a IEQ, chegar a exercer pressão, de forma semelhante à IURD, sobre seus eleitores. No caso da Igreja Quadrangular há ainda a realização de reuniões prévias, semelhantes às realizadas pelos partidos políticos, para a indicação de seus candidatos (ORO, 2003). Caso semelhante ocorre também na AD no Estado do Amapá, no qual seus líderes realizam reuniões prévias para a escolha dos candidatos.

Oro (2003) vai além e esclarece que o sucesso da IURD na política provoca um efeito mimético, no qual leva a outras igrejas e religiões que procuram, como ela, também

expressar o seu capital político e poder institucional – como no campo político, provocando um interesse de alianças por parte dos partidos políticos.

Sobre a IURD, Campos (2005) afirma que esta tem se constituído como o ator que mais tem se esforçado para construir uma identidade evangélica, para criar uma unidade da Igreja Cristo do Brasil no Brasil.

Machado (2012) declara que as últimas três décadas a sociedade brasileira foram marcadas pela volta da democracia, pelo acirramento de competições do campo religioso e pela crescente participação dos pentecostais na política partidária e nas disputas eleitorais.

O ano de 2010 é assinalado pelo aumento dos evangélicos, como aponta os dados do IBGE, que também significou maior atuação e articulação política de líderes de algumas denominações que saíram em defesa de seus interesses, como o caso da AD, IURD e Igreja Batista. Tratando-se de período eleitoral em curso no país esses segmentos religiosos buscam se movimentar para salvaguardar suas inclinações. Defensores de uma agenda conservadora, alguns desses segmentos defendem a “*família tradicional*” e a “*moral cristã*”, e são contra a legalização do aborto e o casamento homoafetivo. No entanto, neste período houve uma divergência quanto ao apoio aos candidatos deste período, as assistências se concentraram entre os candidatos Dilma Rousseff do PT, Marina Silva do PV e José Serra do PSDB.

Machado (2012), ao escrever sobre esse período elucida que as lideranças da AD, que se caracteriza pelo maior grupo pentecostal do Brasil, no primeiro turno se via dividida entre as candidaturas de Marina Silva, Dilma Rousseff e José Serra, ao passo que IURD engajava-se na campanha petista ao mesmo tempo em que travava duros embates com outras denominações pentecostais na mídia eletrônica, impressa e digital, onde buscava desconstruir a imagem da candidata Dilma aos temas polêmicos como a descriminalização do aborto e da união civil de pessoas do mesmo sexo.

Rememoro para o leitor que este período eleitoral no Brasil estava sinalizado pelos discussões sobre gênero e o papel político das mulheres. Sobre esse cenário, Vital da Cunha & Lopes (2012) nos fazem recordar que além da participação de duas candidatas mulheres ao cargo de presidente do Brasil, que reforçavam as possibilidades de ser eleita a primeira presidente mulher do país, estavam ocorrendo ainda às conquistas eleitorais e os governos liderados por mulheres em outros países latino-americanos que favoreciam e tornavam essa imagem mais viva e forte. Nessa perspectiva, as mulheres estão exercendo papel cada vez mais representativo na político-partidária.

Conquanto não só a presença feminina foi marcante, mas também temas como o aborto, sexualidade e pesquisas com células tronco geraram debates calorosos que alteraram

os ânimos tantos dos políticos a cargos da presidência, como dos evangélicos conservadores. Assim, Machado (2012), acrescenta que temas como esses sempre foram alvo das análises de atores religiosos cristãos. No entanto, a autora aponta que, as iniciativas dos dois governos Lula (PT) de instalar uma Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005), a realização da Audiência Pública sobre o Aborto em 27 de junho de 2007, o lançamento de um novo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)⁵¹ em dezembro de 2009, teriam intensificado as ações e a reação coletiva de segmentos tradicionalistas (MACHADO, 2012).

Nesse seguimento, Machado (2012) explica ainda que o PNDH3 causou fortes reações tanto aos católicos quanto aos evangélicos conservadores, gerando controvérsias entre pastores, militantes dos movimentos sociais e os responsáveis pela elaboração do programa. “Em virtude da forte pressão das igrejas, a proposta original foi revista, mas as modificações não foram suficientes para eliminar as desconfianças dos grupos confessionais em relação ao PT e à sua futura candidata” (MACHADO, 2012, p, 30). Mediante esta conjuntura, creio que havia, por parte de alguns líderes, religiosos certa hostilidade à candidata Dilma, caso que também foi visualizado neste ano (2016), uma vez que atrelavam a imagem dela como a favor da legalização do aborto, união civil de pessoas do mesmo sexo e outros temas correlacionados.

Vital Cunha e Lopes (2012) indicam que, meses antes do pleito de 2010, teve início uma série de conversas e negociações procurando estabelecer composições políticas que, entre outros agentes, tenham como parte atores e instituições que são mobilizados a partir das identidades religiosas (VITAL CUNHA & LOPES, 2012).

Ao se debruçar neste período eleitoral, os autores se empenham em demonstrar o apoio evangélico aos candidatos. Em relação a candidatura de Marina Silva, Vital Cunha e Lopes (2012) corroboram que a candidata se converteu a AD em 1990. Ainda que ela defenda causas de cunho ambiental, a filiação religiosa foi um elemento central nas caracterizações da formação do seu perfil durante a campanha.

Dentre os apoiadores de Marina Silva, estava à liderança da AD, Sóstenes Apolo da Silva, que era responsável pelo diálogo religioso da campanha, lideranças do MIR (Ministério

⁵¹ O primeiro ponto a se destacar é que o PNDH3 foi precedido pelo PNDH-1 (1996), que enfatizou os direitos civis e políticos e pelo PNDH-2 (2002), “que incorporou os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais”. Subscrito por trinta e um ministérios diferentes, o PNDH3 aborda distintos e controversos temas, como: a descriminalização do aborto; a criação de uma Comissão da Verdade para investigar os crimes cometidos na ditadura militar; a criação de redes de proteção dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais; a regulação governamental dos meios de comunicação, tendo como ponto de referência os direitos humanos, entre outras coisas (CF. MACHADO, 2012, p, 28-29).

Internacional da Restauração), o conselho Internacional de Pastores e Ministro do Estado de São Paulo, Assembleia de Deus dos Últimos Dias e, por um determinado período da campanha, contou também com o pastor Silas Malafaia, da Igreja Assembleia de Deus Ministério Vitória em Cristo (VITAL CUNHA & LOPES, 2012). Para Machado (2012), o crescimento da candidatura de Marina no primeiro turno é resultado dos ataques dos líderes evangélicos ao PNDH3 e às posições do PT e de Dilma sobre o tema aborto.

Outro fato importante evidenciado pelos autores, refere-se às últimas semanas do primeiro turno, na mudança de posicionamento do Pastor Silas Malafaia, que no segundo turno resolveu apoiar o candidato José Serra. A mudança estava retificada sob a premissa de que Marina defendia um plebiscito que propunha possíveis mudanças na legislação do aborto (VITAL CUNHA & LOPES, 2012).

Acerca disso, Machado (2012) reitera que Malafaia, como formador de opinião pública no meio pentecostal do Rio de Janeiro, durante o primeiro turno, espalhou cerca de 600 *outdoors* em “favor da família e preservação da espécie humana”, além de postar diversos vídeos no meio digital contra o PNDH3, considerado por ele como “Plano Nacional da Vergonha Humana” e alertava aos evangélicos sobre a importância do voto, uma vez que as propostas ali inscritas seriam objeto de exame da próxima legislatura e sancionadas e/ou vetadas pelo poder executivo “(MACHADO, 2012, p. 33, 34). “Acionando *pânicos morais* através dessas demandas, os vídeos sempre traziam como imagens do absurdo casais gays se beijando ou abraçados, travestis e transexuais em festas ou na Parada Gay e imagens (reais ou não) de embriões após a realização de aborto” (VITAL CUNHA & LOPES, 2012, p, 76.).

Se as coisas pareciam ir bem para a campanha de Serra, que conseguiu constituir-se como um candidato contrário ao aborto, a campanha de Dilma não obteve o mesmo sucesso (VITAL CUNHA & LOPES, 2012). O pastor José Welligton Bezerra, presidente da convenção Geral das Assembleias de Deus, era um dos apoiadores fiéis do candidato do PSDB desde o lançamento de sua candidatura, que acionou os veículos de comunicação do seu grupo contra o PT e sua candidata (MACHADO, 2012, p, 33.).

Ainda de acordo com Machado (2012):

Além do engajamento desses dois importantes líderes pentecostais na campanha de José Serra, verificou-se na *internet* a articulação de pastores do segmento mais histórico do protestantismo para combater o programa do PT e as candidaturas desse partido político nas disputas pelos poderes executivo e legislativo. O vídeo postado no *YouTube* pelo pastor batista Paschoal Piragine Júnior, nos primeiros dias de setembro de 2010, associava

as iniciativas dos dois governos Lula com a destruição dos valores cristãos e teve uma grande repercussão dentro e fora da Igreja Batista, que é a segunda denominação evangélica em número de fiéis no Brasil. Vários pastores reproduziram em seus cultos dominicais o vídeo com imagens de fetos sendo agredidos por instrumentos cortantes, e o presidente e o secretário executivo da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil (OPBB) endossaram as críticas do pastor Piragine ao PNDH3 e ao projeto de Lei de nº122, que criminaliza a Homofobia, em nota enviada por *e-mail* a todos os pastores e posteriormente postada no *site* da OPBB (MACHADO, 2012, p. 34).

O pleito de 2010 foi marcado pelas controvérsias em torno do aborto. Também houve o apoio dividido entre os candidatos citados, porém, cabe ressaltar que esta eleição se encontrava bastante polarizada, tais como em anos anteriores, entre PT e PSDB, disputando forças na arena política que acionavam oposições já conhecidas, como também produziram outras (VITA CUNHA & LOPES, 2012). Os “boatos”, denúncias” ou “revelações”, como pontuam Vital Cunha e Lopes (2012), favoreciam um, em prol do enfraquecimento do outro.

Com isso, entendo que os atores políticos nas disputas eleitorais se organizavam de formas diferenciadas. Possuíam candidatos próprios ligados por ideologias do grupo que estão ligados aos outros por graus de correspondência e interesse maior ou menor e, ainda, com alguns que são apenas alvo de rejeição.

Defendo que o jeito de fazer política pelos evangélicos se mostra na história como um fator importante para as alianças, obtenção do voto e a conquista de poderio político. É importante frisar que o voto e o apoio pentecostal são dados mediante as conjunturas políticas e sociais de uma determinada época, onde uma das estratégias frequentemente utilizada é a do estabelecimento de uma relação de clientelismo com fiéis/eleitores em que se destacam ações em “centros sociais localizados em zonas mais carentes do Estado”. Esse é um expediente comum entre os políticos, que seguem a lógica das permutas entre pequenos serviços sociais e o os votos dos eleitores de pouca escolaridade e baixa renda (MACHADO; MARIZ, 2004). Esse modo de fazer política pelos evangélicos os auxiliam na fácil obtenção de votos ao candidato apoiado pela igreja, fazendo das instituições verdadeiros currais eleitorais, por meio de interesses específicos e individuais, que visam beneficiar somente seus pares.

Encaminhando já para o desfecho desse capítulo, reforço ao leitor que os evangélicos, através de suas instituições e denominações, tiveram maior expressividade na política brasileira a partir da redemocratização ocorrida no país na década de 80. Uma das denominações de destaques foi a AD, através de alianças partidárias, apoios, candidatos oficiais, estratégias midiáticas e ideológicas; mecanismos que lhes beneficiam tanto na representação político-social, quanto na atração de mais fiéis.

Neste segmento, o sucesso que o grupo evangélico alcança na redemocratização se dá em grande parte pela força interna que possuem e disso se valeu também a AD. As grandes somas de dinheiro público, privado e de arrecadações internas, bem como a intensa obediência dos seus membros aos seus líderes que manobram a massa eleitoral evangélica, em direção à realização de campanhas de sucesso e vitórias expressivas na corrida eleitoral (MACHADO, 2006).

Isto se reflete até os dias atuais, onde os evangélicos e a AD estão atuando fortemente para garantir seus interesses. Basta ligar a TV, ler o jornal diariamente ou acessar a internet para se deparar com as notícias relacionadas a relação entre evangélicos e política no Brasil, como a conquista da Câmara por Eduardo Cunha do (PMDB) que é membro da Igreja Sara Nossa Terra e que tem relações amistosas com a AD; a bancada evangélica que ultrapassa a feminista e sindical; não esquecendo do Pastor Marcos Feliciano, que presidiu a Comissão dos Direitos Humanos, pertencente a ala conservadora.

O pleito de 2014 também foi palco dos pentecostais da AD, não só elegendo representantes, como também votando a favor do impeachment da Presidente eleita Dilma Rousseff, da intervenção militar, além de atuarem fortemente na campanha em prol da “*familia tradicional Brasileira*” e “moral evangélica”.

No entanto, problematizo ainda que estes grupos acabam de certa forma, sendo responsáveis pela disseminação de ódio e intolerância aos LGBT's, fortalecem preconceitos, estigmatizam⁵² e hostilizam o outro que não faz parte do seu meio, se apoiam claramente na separação entre o “joio e o trigo” para definição do verdadeiro e do falso crente. Que vários de seus representantes políticos estão e estiveram envolvidos em escândalos de corrupção, caso do próprio Eduardo Cunha, investigado pela operação Lava Jato⁵³, além de seus

⁵² De acordo com Link & Phelan (2001, p. 377) “estigmas existe quando elementos de rotulação esteriotipização, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente em uma situação de poder que permite tais componentes acontecerem”. Link & Phelan (2001) falam que rotulação é um processo social de eleger uma determinada característica e aplicá-la a alguém, não indicando, necessariamente, que este individuo a possua. E é a partir dos rótulos empregados às pessoas estigmatizadas que os estereótipos são criados, gerando assim, o processo de esteriotipização. (Link & Phelan, 2001, p, 369).

⁵³ O Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, enviou denúncia ao Supremo Tribunal Federal em que acusa o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, de ter recebido propina no valor de ao menos US\$ 5 milhões para viabilizar a construção de dois navios-sondas da Petrobrás, no período entre junho de 2006 e outubro de 2012. Janot pede a condenação de Cunha pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro e da ex-deputada Federal Solange Almeida, por ter participado de pressão pelo pagamento de valores retidos, incorrendo em corrupção passiva. Segundo a denúncia, dentro do esquema ilícito investigado na Operação Lava Jato, Eduardo Cunha recebeu vantagens indevidas para facilitar e viabilizar a contratação do estaleiro Samsung, responsável pela construção dos navios-sondas Petrobrás 10000 e Vitória 10000, sem licitação, por meio de contratos firmados em 2006 e 2007. A intermediação foi feita por Fernando Soares, operador ligado à Diretoria Internacional da Petrobrás, de indicação do partido PMDB. A propina foi oferecida, prometida e paga por Júlio Camargo. O procurador-geral explica que, para dar aparência lícita à movimentação das propinas acertadas, foram celebrados dois contratos de comissionamento entre a Samsung e a empresa Piemonte, de Júlio Camargo.

interesses políticos egoístas, que atentam contra os preceitos das ideias de democracia brasileira.

Muitas de suas ações, sejam elas na política ou pelo viés midiático, atingem diretamente as subjetividades de muitos atores sociais, principalmente de grupos minoritários e contrários às suas inclinações. Não é válido contar somente a história dos evangélicos na política, é preciso compreender e refletir sobre a atuação política desse segmento religioso de forma crítica. Instigo ao leitor a pensar, a quem de fato, eles estão beneficiando com suas manobras e alianças políticas. E questionar a própria laicidade brasileira e os limites de relações entre Estado e Igreja.

No Amapá, evidencio que existe a preocupação da AD em se envolver com a política para garantir seus interesses, assim como de seus membros. Com relação à participação na política da AD no Amapá, o pastor presidente da Pioneira entende que:

E do político a Igreja ela não é um ente político, mas os seus fiéis são cidadãos... Seus fiéis pagam impostos, os seus fiéis ele serve a pátria servem né... Os seus fiéis eles cumprem com os seus deveres para com a nação, eles votam e são votados como cidadãos nós somos cidadãos, não somos pessoas diferentes então... A Igreja, ela tem projetos... Ela precisa... De leis que não venham contrapor as suas ações evangelística e opressora da maioria discriminadora que regem o Brasil... E como nós devemos fazer isso, nós temos a plena consciência, trabalhando no legislativo, o legislativo é que constrói leis... Leis de que? Leis do Silêncio, leis que restringem espaços... Espaços... Culturais, sociais, áreas de construção de Igrejas... Leis que restringem... A lei do silêncio! Nós temos que orar a Deus balbuciando o nome de Deus, porque se não o vizinho reclama que tá agredindo os seus ouvidos, tem a lei, fizeram lei então nos atentamos pra isso que não adianta gritar a lei está estabelecida e temos que cumprir, nós temos que estar no parlamento, no parlamento Municipal, no Parlamento Estadual e no Parlamento Federal com pessoas que comungam de nossas ideias, de nossas angústias, de nossos problemas, não são aqueles que a gente vota por votar que vai se envolver em nossos problemas, eles não se envolvem com os problemas dos outros, quanto mais dos evangélicos que é uma minoria... Essa nossa consciência faz com que nós... É... Postulemos pessoas que são evangélicas e que nós votemos nela, então é por isso que os evangélicos eles têm setenta e poucos deputados federais, então essa fatia tem sido útil para defender os pleitos dos evangélicos lá no parlamento... Se não fosse assim pior estaria... É... Queriam os deputados PT e os da esquerda colocar as Igrejas, nesse... Nesse novo código civil queria colocar as Igrejas como... Como uma agremiação, uma organização social, assim como o Flamengo, como o Trem, como Associação Recreativa Banco do Brasil... Queriam nos colocar nesse nível jurídico, então essa parcela de Deputados que é

Dessas comissões saíram às propinas prometidas a Fernando Soares, Eduardo Cunha e ao então diretor da área internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró, que levou a questão à Diretoria Executiva e obteve a aprovação dos contratos relativos aos navios-sondas, nos termos propostos pela Samsung. Ver: <http://lavajato.mpf.mp.br/todas-noticias>. Acesso em 22 de Fevereiro de 2016.

significativa brigou em Brasília e tirou dessa categoria jurídica e nos colocou numa categoria, quer dizer...

Este trajeto evangélico-pentecostal na política fortalece minhas motivações para desvendar a relação política da AD no Amapá que se aproveitou e acompanhou dessa imersão pentecostal na política, seguindo uma lógica nacional para eleger seus representantes caso que demonstrei com minuciosos detalhes no capítulo 4.

CAPÍTULO 3 - HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DE DEUS NO NORTE DO BRASIL

Neste capítulo, ocupo-me de dois elementos importantes para o entendimento desse estudo. São eles: a história da AD no Norte do Brasil e o período no qual este grupo religioso chega a solo amapaense. No entanto, faz-se indispensável, antes de tudo, descrever sobre o surgimento do pentecostalismo no Brasil e suas principais características, afinal de contas, a AD surge em meio a este segmento do protestantismo. Não procuro tratar com minúcias de detalhes o pentecostalismo, interesse-me em saber a sua chegada ao Brasil e as formas que esse movimento se estruturou.

3.1. O Pentecostalismo no Brasil.

No início do século XX chega em terras brasileiras o pentecostalismo⁵⁴, tendo como primeiros representantes duas igrejas: a Congregação Cristã⁵⁵ do Brasil e a Assembleia de Deus⁵⁶, movimentos estes que tiveram sua eclosão no pentecostalismo norte-americano, nos anos de 1906 (CAMPOS JR. 1995).

Para Mariano (1999), esse movimento religioso teve como centro irradiador da mensagem pentecostal para o mundo a Rua Azusa, em Los Angeles, no Estado da Califórnia (EUA), organizada pelo líder Seymour, de onde se espalhou rapidamente. A teologia pentecostal se caracteriza historicamente pelo Batismo no Espírito Santo, que se configura como eixo central. Para Seymour, havia três estágios na “vida espiritual” do pentecostal: a conversão, também definida como regeneração; santificação, que era necessário para “purificar o coração” e o batismo do Espírito Santo⁵⁷, tendo como sinal o dom de línguas

⁵⁴ A palavra pentecostal vem de Pentecostes, evento marcado pela efusão do Espírito Santo, cinquenta dias após a ascensão de Cristo. Pode-se considerar que a semente do pentecostalismo já estava plantada no protestantismo norte-americano através dos movimentos avivalistas dos séculos XVIII e XIX. O pentecostalismo teve origem nas doutrinas de John Wesley. O fundador do metodismo acreditava que o homem devia, após a justificação, dedicar-se à santificação. Desta concepção se apropriaram os evangelistas e teólogos que faziam parte do movimento de santificação, surgido nos EUA em meados do século XX. Esse movimento separou-se dos metodistas carismáticos, distinguindo conversão de santificação e denominando esta última de “batismo do Espírito Santo”. (CF.: Pentecostalismo, Sentidos da Palavra divina, de Luís de Castro Campos Jr. 1995).

⁵⁵ O surgimento da Congregação Cristã se dá juntamente com o AD, tendo como fundador Luigi Francescon.

⁵⁶ O pentecostalismo não ficou centrado apenas nos EUA, muitos missionários foram enviados a diversas partes do mundo.

⁵⁷ No pentecostalismo, o batismo no Espírito é para todos que professam sua fé em Cristo; que nasceram de novo, e, assim, receberam o Espírito Santo para neles habitar. O batismo no Espírito Santo é uma obra distinta e à parte da regeneração, também por Ele efetuada. Assim como a obra santificadora do Espírito é distinta e completa em relação à obra regeneradora do mesmo Espírito, assim também o batismo no Espírito complementa a obra regeneradora e santificadora do Espírito.

(Glossolália ou Xenoglossia⁵⁸) (CAMPOS JR, Luiz Castro, 1995). Passos (2005), aponta que esse impulso missionário era fortemente revigorado pela expectativa da iminente volta de Cristo ao mundo e alimentado pelas rápidas transformações que a sociedade passava naquele período.

Sob estes aspectos, as análises de Leonildo Silveira Campos⁵⁹ (2005) levam-me a pensar que para se entender pentecostalismo no Brasil é necessário que se entenda o fenômeno histórico, social, cultural e político por qual passou esse movimento nos Estados Unidos e sua consolidação no país no início do século XX. O que este autor propõe é que não se compreende a historicidade do pentecostalismo no Brasil sem revisitar suas origens. Ainda mais por “assumir formas socioculturais inusitadas aonde chegou e que há uma diversidade de portas de acesso” (CAMPOS, 2005, p, 102).

No Brasil, por exemplo, após a Segunda Guerra Mundial, foi fortemente influenciado pelo modelo americano e passou por um processo de redemocratização. Período pelo qual o país passava por transformações urbanas e industriais; do esvaziamento do campo, crescimento desordenado das cidades e forte presença migratórias de nordestino para o sul do Brasil (CAMPOS, 2011). É nesta conjuntura de mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas que o pentecostalismo entra em cena.

Antes, porém, da chegada do pentecostalismo, o campo religioso brasileiro tinha os protestantes históricos como principais expoentes do seguimento evangélico, representados pelas denominações Metodistas, Luteranas e Presbiterianas, que no início da chegada pentecostal apoiaram seus líderes por uma causa específica, de combate ao catolicismo, haja vista que os protestantes estavam perdendo a força que conquistaram na República Velha (1889).

Porém, na década de 30, os protestantes tradicionais parecem não ter se adaptado à nova conjuntura da sociedade, principalmente durante os anos do Governo Vargas que acarretou diversas transformações sociais, políticas e econômicas, um período pelo qual os protestantes passaram por uma série de investigações, no qual essas mudanças lhe causaram

58 Glossolalia é um termo do Novo Testamento que faz referência ao “DOM” que os Apóstolos receberam através da descida do Espírito Santo em Pentecostes, e eles, por sua vez, transmitiram a outros que também creram na promessa, por imposição das mãos para poder falar fluentemente idiomas estrangeiros sem ter aprendido, como no Pentecostes.

59 O autor se ocupa em demonstrar as origens norte-americanas do pentecostalismo, no qual analisa a lógica das rupturas e continuidades incluindo a análise de seus desdobramentos em território brasileiro. (CF. As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observação sobre uma relação ainda pouco avaliada. In REVISTA USP, São Paulo, n.67, p. 100-115, setembro/novembro 2005).

exaustão⁶⁰. Diferente dos pentecostais que pareciam adaptar-se a nova realidade cultural com maestria (CAMPOS, 2012).

Na tentativa de indicar o processo de formação do pentecostalismo no Brasil, o sociólogo Paul Freston (1993) propõe uma tipologia clássica para averiguar as três distintas fases que contribuíram para alavancar o pentecostalismo no país. No Brasil, Freston (1993) foi o primeiro a tipificar o movimento pentecostal a partir de um recorte histórico-institucional e da análise da dinâmica interna do pentecostalismo brasileiro (MARIANO 1999, p. 28).

Para Freston (1993), o pentecostalismo tem início com a AD e a Congregação Cristã no Brasil (CCB), que chegam quase que simultaneamente ao país, sendo que a primeira foi fundada em 1911 e a segunda, em 1910. Elas foram hegemônicas nos primeiros quarenta anos do pentecostalismo no Brasil. Por conseguinte, essa fase inicial de implantação de igrejas também recebe o nome de *pentecostalismo clássico*⁶¹.

Sobre esta primeira fase, Campos (2005) nota que os percussores desta fase no Brasil são o ítalo-americano Luis Francescon, que propagou o movimento para São Paulo e Paraná, e os suecos Daniel Berg e Adolph Gunnar Vingren, que expandiram o pentecostalismo para o norte do Brasil com início em Belém, no Pará.

A segunda onda pentecostal se inicia nos anos 50, período em que o campo pentecostal se fragmenta, momento que, nas análises de Freston, a relação com a sociedade se dinamiza e três grandes grupos surgem em meio de muitos outros menores, exemplo da: Igreja Quadrangular (1951), Brasil Para Cristo⁶² (1995) e Deus é Amor (1962)⁶³.

Essa fase é marcada por renovações no ascetismo pentecostal, que procurou enfatizar a cura divina, menor exigência nas questões comportamentais, casos da Igreja do Evangelho

⁶⁰ Para melhor entender esse processo (CF. CAMPOS, Leonildo Silveira. Pentecostalismo e Protestantismo “Histórico” no Brasil: um século de conflitos, assimilação e mudanças. In **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p.504-533, jul./set. 2011).

⁶¹ No livro “Neopentecostais: a sociologia do novo pentecostalismo no Brasil”, Mariano escreve: “Antes, porém, cabe dizer algo sobre o pentecostalismo clássico. Ele reina absoluto de 1910 a 1950, período que vai da implantação desta realidade no país, com a fundação da Congregação Cristã do Brasil (São Paulo, 1910) e da Assembleia de Deus (Belém, 1911), até a sua difusão para todo o território nacional. No início compostas majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja Católica, ambas se caracterizam por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na iminente vinda de Cristo, assim como na Salvação paradisíaca e pelo comportamento radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. Hoje seu perfil social pobre e poucos escolarizados, também contam com setores de classe média, profissionais liberais e empresários”. (CF. MARIANO, 1999, p. 29).

⁶² Seu líder, o pernambucano Manoel de Melo, começou como evangelista da Assembleia de Deus, assimilando a dinâmica do trabalho pentecostal. Depois frequentou a Igreja do Evangelho Quadrangular, onde aprendeu a usar as estratégias para evangelização, como a montagem de enormes tendas. Com isso, Melo iniciou seu trabalho de proselitismo junto aos segmentos populares utilizando-se do rádio. (CF. CAMPOS JR, 1995).

⁶³ Esta última denominação é marcada pelo rigor nas condutas comportamentais.

Quadrangular e Igreja o Brasil para Cristo, a realização de grandes eventos realizados nos estádios do país, construção de templos gigantescos, participação na política partidária, utilização da mídia que objetivava fins evangélicos.

Caracterizada pelas inovações, essa segunda onda é tida como uma fase de transição de um pentecostalismo mais ascético e sectário⁶⁴ para o pentecostalismo de acomodação do mundo que servirá de base para a terceira onda (FRESTON, 1993). No que concerne esta segunda onda Campos (2011) considera que este momento desestabilizou as relações entre evangélicos protestantes e pentecostais. Além de ser responsável por uma pluralidade e competição no subcampo evangélico que se acentua nos anos 70.

A terceira onda começa no final dos anos 70 e ganha força nos anos 80. Suas principais representantes são a Igreja Universal do Reino de Deus (1997) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (1980) (FRESTON, 1993). Além dessas duas, Freston menciona ainda a Igreja de Nova Vida, fundada em 1960, no Rio de Janeiro, pelo missionário canadense Robert McAlister. Estas três, ao lado de comunidade Evangélica Sara Nossa Terra (Goiás, 1976), Comunidade da Graça (São Paulo, 1979), Renascer em Cristo (São Paulo, 1986) e Igreja do Senhor Jesus Cristo (São Paulo, 1994), constam entre as principais surgidas nesse período (MARIANO, 1999).

Essa fase é marcada por práticas que podem ser consideradas contraditórias ao nascimento do pentecostalismo, isso é sentida tanto pelos evangélicos como para os não evangélicos. As instituições dessa fase investiram em um proselitismo voltado para o televangelismo, na mudança de costumes e na política. Aspectos que serão discutidos adiante. Contrários às posições cunhadas por Freston (1993), Campos (1997) & Mariano (1999) consideram que essa terceira onda nada mais é do que o “Neopentecostalismo”.

Análises mais atuais dão conta que hoje, no Brasil, assistimos a uma quarta onda pentecostal, na qual Conceição (2015), nas esteiras de Freston, entende que as igrejas se caracterizam por não possuir uma instituição religiosa modelar, ou seja, não possuem uma igreja como referência. Para Conceição (2015), as igrejas dessa quarta onda não se preocupam

⁶⁴ Essa fase propõe revisitar o conceito de ascetismo cunhado pelo sociólogo Max Weber (2013; 1982). Para ele, o ascetismo estava relacionado às religiões de salvação que direcionavam a conduta de seus fiéis negando os prazeres e estilo de vida mundanos. Por este direcionamento, o indivíduo vive em constante tensão com o mundo, na medida em que supervisiona seu estado de graça por intermédio de seu comportamento cotidiano, a fim de obter a certeza da salvação. Esse ascetismo ético é vivido em meio ao mundo e suas instituições, pois é no mundo e diante de suas provações que o cristão adquire os sinais de sua salvação.

com a expansão, são igrejas que possuem um único templo. São marcadas pela pulverização e dissidências (CONCEIÇÃO, 2015).

Mostrando-se plurais e diversificadas, essas Igrejas passaram a levar vantagens no campo religioso devido ao crescimento e ampliação de seus elementos simbólicos incorporados de outros universos religiosos, como os das religiões Afro-brasileiras e catolicismo sendo portadores de discursos híbridos e sincréticos (CAMPOS, 2011).

Ao mostrar essas tipologias, percebo e concordo com Campos (2011), que o pentecostalismo vem passando por transformações, rupturas e continuidades nas suas práticas e estruturas. Seus líderes buscam de alguma forma adaptar-se à sociedade e suas transformações, ao mesmo tempo em que buscam um afastamento dele por ideologias e posturas conservadoras.

As eventuais mudanças que ocorrem na sociedade, com o passar dos anos, leva as instituições do pentecostalismo a adotar novas formas de evangelização para poderem se acomodar aos novos contextos exigidos pela sociedade. Especifico, nesse caso, o assunto que abordo com mais profundidade nesta monografia que é AD que com o passar do tempo vem mudando o seu *ethos*⁶⁵ frente às novas configurações sociais, ou seja, a substituição de um *ethos* marcado pela ascese sectária por uma de afirmação de mundo. Isso implica nas mudanças de postura com relação à política, antes com posturas apolíticas, hoje entendem como meio de defender e garantir os direitos de seus membros.

Sobre o *ethos religioso*, evidencio a perspectiva de Geertz (1978), que entende como sendo um conceito que expõe aspectos morais, estéticos e que é definidor de valores sociais de uma cultura específica e é responsável por uma visão de mundo que possui aspectos cognitivos e existências. Nesse segmento, a religião é uma categoria que influi na estrutura social, responsável por estabelecer e conservar significados gerais, pelos quais o indivíduo interpreta sua experiência e se conduz na sociedade. Esses significados se expressam, no entanto, através de símbolos que, no caso da religião, são símbolos sagrados que fornecem um sentido ao real (GEERTZ, 1978).

Pantoja & Silva (2013), entendem a transformação do *ethos* pentecostal a partir das mudanças na sociedade:

Quanto mais moderna e urbana é a sociedade, menos profundas são suas raízes culturais e mais facilmente podem ser removidas e substituídas. Por conseguinte, o *ethos* religioso também produz suas novas leituras e assimila novos modelos éticos e morais, impondo-se como obrigação intrínseca capaz de acomodar sentimentos e emoções. Dessa forma, podemos então afirmar

⁶⁵ Deixo claro que entendo *ethos* aqui enquanto mudança de postura da AD frente ao novo modelo de sociedade que vivemos hoje.

que o *ethos* é a configuração, sempre em mutação, psicocultural de um indivíduo ou de uma sociedade. (PANTOJA. Vanda; COSTA. Moab Cesar Carvalho. p, 251, 2013).

Assim, com as mudanças nas estruturas da sociedade, os pentecostais que aqui chegaram precisaram se moldar às novas configurações dos espaços urbanos. Existe então, uma assimilação dos valores modernos-urbanizados por partes dos pentecostais. O que o pentecostalismo traz consigo, que ajuda nessa adaptação as grandes cidades é o que Berger (1985) chama modelo interdenominacional de concorrência religiosa, como o caso do pentecostalismo Americano, que conseguiu penetrar em diversas partes do mundo abrindo um modelo concorrencial com outras religiões.

As fases do pentecostalismo brasileiro se baseiam não apenas em um recorte histórico-instrucional dessas denominações no território nacional⁶⁶, tratam-se também das particularidades apresentadas por cada onda, marcadas pelas inovações e transformações em suas estratégias proselitistas, guiadas pelo processo de adaptação às situações sociais, históricas e políticas do país (FRESTON, 1993).

3.2. A implantação da AD no Norte do país.

Fazendo parte da primeira onda do pentecostalismo no Brasil, que possuía características pela forte oposição e crítica ao catolicismo, pela ênfase no batismo no Espírito Santo e no dom de falar línguas estranhas, pelo sectarismo e conduta ascética. Abster-se do mundano era, portanto, uma das normas propagada pelo grupo religioso da Assembleia de Deus. Os membros deveriam seguir as normas e doutrinas do grupo de forma a ter uma vida temente a Deus. Para (CAMPOS JR, 1995):

Esse ramo do pentecostalismo teve origem nos Estados Unidos. Começou a surgir em uma igreja batista, quando Daniel Berger presenciou as primeiras pregações do pastor Durham, em Chicago. À semelhança de Francescon, criador da Congregação Cristã, Berg e outro imigrante sueco, Gunnar Vingren, candidataram-se ao “serviço missionário” e sentiram-se chamados para trabalhar no Brasil. Quando aqui chegaram, em 1910, ainda eram batistas e ficaram hospedados no templo da Igreja, em Belém do Pará. (CAMPOS JR, 1995, p, 30).

⁶⁶ Ainda que a proposta de Freston (1993) sobre a tipificação pentecostal apresentem falhas e lacunas foi no Brasil um dos primeiros autores a se arriscar a categorizar as distintas fases do pentecostalismo no Brasil deixando assim sua contribuição neste campo de pesquisa.

As explosões religiosas pentecostais iniciadas nos Estados Unidos, em 1906, rumaram para o Brasil os missionários fundadores da AD os suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren. Nos escritos de Conde (2000) a data de suas chegadas ao Brasil foi em 19 de novembro de 1910, na cidade de Belém, no Estado do Pará. Estreitaram relações com o pastor metodista Justos Nelson, que os apresentou ao responsável pela Igreja Batista⁶⁷ Adriano Nobre no qual passaram a congregar-se e morar nas dependências da igreja. Até aquele momento, os missionários pertenciam à Igreja Batista americana. (CONDE, 2000)

Logo ocorreu a dissidência, porque os batistas consideravam a Bíblia como a palavra de Deus, e não admitiam influência humana em sua composição, em decorrência disso não aceitavam, em hipóteses alguma, qualquer tipo de interpretação feita por Berg e Vingren. Campos Jr (1995) pontua que o elemento catalisador para a discórdia entre os missionários e a liderança batista de Belém, foi a doutrina do Batismo no Espírito Santo.

Para Almeida (1997), embora tenha ocorrido a cisma, os missionários ainda continuavam cercando alguns membros da Igreja Batista, na tentativa de arrebanhar mais membros para o recém-criado movimento pentecostal no Pará. A empreitada deu certo, Vingren e Berg conseguiram dez membros.

Os missionários suecos chegaram em 1910 e já haviam provocado divisão e formado uma pequena igreja. Os dois imigrantes, no início, tiveram dificuldades com o idioma, no entanto, ao aprenderem as palavras, iniciaram seu trabalho junto aos membros (CAMPOS JR, 1995). O primeiro nome do novo movimento não foi AD e sim Missão Fé Apostólico. De início, as reuniões ocorreram na casa do paraense Henrique de Albuquerque Melo (CAMPOS, 1995, p, 31).

O movimento logo se estruturou e foi se espalhando pelo Estado do Pará. Apesar de ter sido implantada em 1910, a AD só inaugurou seu primeiro templo em 1914. Outros missionários Suecos também vieram para o Brasil, entre os quais Samuel Nystron e Joel Carlson que vieram com o intuito de auxiliar e dar suporte ao movimento pentecostal que se espalhava por todo o território. A influência desse movimento chegou à ilha de Marajó e percorreu a estrada de ferro Belém – Bragança. O nome Assembleia de Deus só foi adotado em 1918. Este ramo do pentecostalismo chegou primeiro ao norte do Brasil, de onde passou para os Estados do Nordeste e veio em direção ao Sudeste (CAMPOS JR, 1995, p 31).

⁶⁷ O protestantismo, caracterizado como tradicional, cujos representantes são os metodistas, batistas, presbiterianos, congregacionais e luteranos; que em meados do século XX, já estavam instalados no Brasil. Os batistas caracterizavam-se por uma evangelização agressiva e radical, não demoraram para atingir a região Norte.

Um dos fatores que contribuíram para o crescimento inicial da AD foi o declínio do ciclo da borracha na região da Amazônia brasileira⁶⁸. Sob esta perspectiva, é de bom tom considerar que a crise da borracha contribuiu para a expansão da AD, no sentido, que a crise fez com que os migrantes voltassem aos seus Estados de origem. Nesse sentido, a AD acompanhou esse fluxo. Deste modo, para Mafra (2011), a AD, ao seguir os fluxos da população trabalhadora nas diferentes frentes de trabalho fez com que, em poucos anos, a AD se firmasse como a maior igreja pentecostal em território nacional (MAFRA, 2001).

Em poucas décadas, a Assembleia de Deus, a partir de Belém do Pará, começou a penetrar em todas as vilas e cidades até alcançar os grandes centros urbanos como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. As Assembleias de Deus se expandiram pelo Estado do Pará, alcançaram o Amazonas e propagaram-se para o Nordeste (principalmente entre as camadas mais pobres da população). Chegaram ao Sudeste, pelos idos de 1922, através de famílias de retirantes do Pará, que se portavam como instrumentos voluntários para estabelecer a nova denominação. Nesse ano, a igreja teve início no Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão, e ganhou impulso com a transferência de Gunnar Vingren, de Belém, em 1924, para o então capital da República (CAMPOS JR, 1995).

3.3 A Implantação da AD no Amapá.

A priori, pelas dificuldades em encontrar obras relacionadas a implantação da AD no Amapá, as informações adquiridas foram em conversas informais com membros e do site oficial da AD a Pioneira. Tendo a partir desses informes recontar a trajetória desta denominação do pentecostalismo em solo amapaense.

Em 1917, Macapá era um município do Estado do Pará, esquecido pelo poder central. Doenças como a malária, febre amarela, tuberculose e hanseníase acometiam e

⁶⁸ Segundo o historiador Bóris Fausto (2002, p. 164-165): “O boom da borracha foi responsável por uma significativa migração para a Amazônia. Calcula-se que entre 1890 e 1900 a migração líquida para a região foi de cerca de 110 mil pessoas. Elas provieram, sobretudo do Ceará, um Estado periodicamente abatido pela seca. (...) Entre 1890 e 1900, a população de Belém quase dobrou, passando de 50 mil a 96 mil pessoas. As duas maiores cidades da Amazônia (Belém e Manaus) contaram com linhas elétricas de bonde, serviços de telefone, água encanada, iluminação elétrica nas ruas, quando tudo isso, em muitas cidades, era ainda um luxo. Entretanto, essas mudanças não conduziram à modificação das miseráveis condições de vida dos seringueiros que extraíam borracha no interior. Não levaram também a uma diversificação das atividades econômicas, capaz de sustentar o crescimento em uma situação de crise. A crise veio, avassaladora, a partir de 1910, tendo como sintoma a forte queda de preços. Sua razão básica era a concorrência internacional. A borracha nativa do Brasil sempre sofrera a concorrência da exportada pela América Central e a África. As plantações realizadas principalmente por ingleses e holandeses em suas colônias da Ásia mudaram esse quadro. A borracha era de boa qualidade, de baixo custo e seu cultivo podia estender-se por uma grande área. Enquanto isso, tornava-se cada vez mais dispendioso extrair borracha nativa nas regiões distantes da Amazônia”.

assustavam a população. Os habitantes de Macapá não chegavam a 700 moradores. Uma grande ressaca dominava a paisagem central, andava-se sobre pontes.

Foi nessa configuração espacial, que aqui aportou Clímaco Bueno Aza, no ano 1916 para evangelizar Macapá. Era a primeira vez que pisava em terras amapaenses um protestante com esta finalidade. Logo, o missionário foi acusado de trazer discórdia religiosa para o Amapá, fazendo com que o Padre Júlio Maria Lombaerd⁶⁹ ordenasse ao delegado geral que o encarcerasse na Fortaleza de São José de Macapá (LOBATO, 2014).

A fundação da Igreja AD em Macapá decorreu dos pastores Clímaco Bueno Aza e Manuel José de Mattos Caravela, considerado o fundador da Igreja AD em Macapá. A vontade de ser um evangelizador surgiu ainda quando frequentava AD no Pará. Chegou a Macapá em 1917 com o intuito de dar sequência aos trabalhos de Bueno Aza.

Ambos conviveram com os suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, os dois articulistas da implantação do pentecostalismo no Pará. Clímaco Bueno Aza era boliviano e atuava em Belém como comerciante. Converteu-se ao pentecostalismo em 1913 e destacou-se como auxiliar de Daniel Berg. Em 1915, na condição de co-pastor recebeu a missão de evangelizar moradores que residiam ao longo da Estrada de Ferro Belém-Bragança. Sendo bem-sucedido na empreitada, ele integrou o grupo que Daniel Berg criou para expandir a pregação do evangelho e implantar templos da AD em diversas localidades do interior paraense, inclusive Macapá. O dia 26 de maio de 1916 foi marcante para o pentecostalismo no Amapá. Foi neste dia que Clímaco Bueno Aza desembarcou em Macapá e imediatamente iniciou uma série de visitas às pessoas que se dispuseram a ouvir suas pregações.

Analisando desde os primeiros momentos de sua atuação no Amapá, a tentativa de implantação da AD causava mal-estar no segmento católico, que demonstrava certa resistência à penetração desse grupo em terras amapaenses.

As hipóteses que considero se debruçam no medo de a Igreja Católica perder o poderio religioso que exercia no Estado, como religião majoritária. Referente a isso, Lobato (2014), ao escrever sobre os aspectos da cidade de Macapá, nos anos de 1960, revela a força que tinha os padres no controle das ações das pessoas, com relação às formas como se comportavam.

⁶⁹ Dia 27 de fevereiro do ano de 1913, após passar por Belém do Pará, Padre Júlio Maria chegou em nossas terras e logo percebeu as deficiências que Macapá possuía, bem como a falta de amparo para a juventude católica feminina. O missionário é uma grande referência religiosa no Estado do Amapá. <http://www.jdia.com.br/portal/index.php/cultura/6227-pe-julio-maria-lombaerde-referencia-religiosa-no-amapa>. Acesso em 28 de fevereiro de 2016.

Para Lobato (2014), os padres eram contra os jogos a dinheiro e as condutas que consideravam desvios morais: os padres, juntamente com a polícia, tentavam manter o controle social (LOBATO, 2014). É possível pensar que as primeiras tensões no campo religioso amapaense se figuraram pelo medo do catolicismo em perder seus fiéis e seu poderio para os recém-chegados pentecostais da AD. O catolicismo, que até então se vigorava como um regulador social e que docilizava os corpos, se viu afrontado pelos pentecostais assembleianos que ameaçavam tanto sua autoridade religiosa como social.

A lógica desse ramo do pentecostalismo era de expansão, e nada mais viável, do que começar pelos lugares mais próximos de onde estavam localizados. Belém foi um local estratégico para que pudessem guiar rumo a outros lugares do Norte, e o Amapá, parece ter sido um bom lugar para a divulgação da doutrina, tendo em vista que o Amapá, até o início dos anos 40, era parte da província-do-grão Pará.

No Amapá, durante 32 anos (1918 – 1940), a AD ficou sem pastor e sem um líder a sua frente. Neste período, os cultos eram feitos e desenvolvidos de forma coletiva pelos próprios membros da AD. Suponho que os missionários, após estabelecerem suas relações e de alguma forma deixar sua marca em território amapaense, deixaram a Cidade e rumaram a outras localidades com a finalidade de evangelização e expansão da AD.

Considero lembrar que os anos de 1940, tanto o Brasil como o norte Brasileiro apresentavam já aspectos de urbanização e a industrialização no Sul e Sudeste despontavam desde década de 30. Nesses aspectos, a Amazônia Brasileira também gozava de aspectos de modernização e urbanização de seu espaço. O boom da Borracha impulsionava o processo de imigração para o norte do Brasil, além de despertar interesses dos governantes do Brasil para Amazônia e seu potencial econômico da região (LOBATO, 2013). Logo, todo esse processo pode ter despertados nos líderes da AD o envio de evangelizadores a outros Estados da região Norte.

Desde 1940, apenas dois pastores estavam residindo na cidade de Macapá, Flávio Monteiro e João Alves. Eles conseguiram adquirir o terreno, onde inicialmente construíram uma igreja de madeira, onde está erguido o templo pioneiro da Assembleia de Deus. Neste período a AD viu a necessidade de manter líderes fixos em suas dependências, devido ao crescimento populacional na capital Macapá. Nesse contexto, Lobato (2013) aponta que Macapá, em 1944, ganhou o status de capital, era uma vila com centenas de habitante e abalados pela crise da borracha. Lanço mão das vicissitudes, que a preocupação em manter pessoas fixas na AD esteja atrelada ao crescimento populacional no Amapá que ocorreu entre os períodos de 1940 e 1960. De acordo com (Lobato, 2013, apud Spiridião Faissol, 1996)

assinala que no ano de 1940 a população não passava dos 2mil habitantes, em 1950 se eleva para 10mil e em 1960 para os 40mil habitantes, e este crescimento foi consequência da consolidação do Amapá em território nacional.

Esse processo de crescimento populacional pode ter sido importante para a AD manter líderes fixos a frente da instituição e atuar mais fortemente em solo amapaense para a captação de fiéis, assim como obter maior representação social e política. Nessa lógica, a partir de 1948, a comunidade pentecostal passou a ser liderada pelo pastor Diocleciano Cabralzinho de Assis, que passou mais de quatro anos à frente da instituição, sendo substituído em 1954, pelo pastor Vicente Rego Barros, falecido em 1961.

Em 1962, após o falecimento de Vicente Barros, a liderança foi assumida por Ananias Gomes da Silva, que não demorou muito tempo no cargo (ainda em 1962, ocorreu a posse de Otoniel Alves de Alencar). Otoniel foi o pastor que permaneceu mais tempo à frente da AD, passando mais de 31 anos. Após seu falecimento, em abril de 1994, foi substituído pelo filho Oton Miranda de Alencar⁷⁰, que já ocupava o cargo de vice-ministro e é hoje presidente da AD a pioneira no Estado do Amapá, onde assume a liderança e tem figura social e política muito expressiva no Estado. É um dos articuladores, quando se trata de escolher candidatos que representem a AD no Amapá.

No início de suas evangelizações a AD deparou-se com a resistência de líderes católicos que pareciam não admitir competir com os pentecostais, temendo perder seu poderio e monopólio. Caso que ocorreu durante os anos que se seguiram a AD cresceu em números de adeptos e templos no Amapá e conseguiu seu espaço, se legitimou como a maior denominação pentecostal evangélica do Amapá.

Percebo, nesse sentido, com as novas configurações espaciais se desenhando no Amapá, a AD se estruturou e se organizou para se consolidar. E vem acompanhando o crescimento demográfico e urbanístico da cidade de Macapá, onde tem sua sede localizada.

⁷⁰ Informações Disponíveis em: <http://montorilaraujo.blogspot.com.br>. Acesso em 20 de agosto de 2015.

CAPÍTULO 4 – A ASSEMBLEIA DE DEUS E SEU ENVOLVIMENTO POLÍTICO NO AMAPÁ⁷¹.

Antes de aprofunda esse capítulo, no qual me ocuparei das análises dos dados coletados em campo para esta monografia, a fim de entender as relações da Assembleia de Deus com a política local, julgo necessário falar de forma sucinta de alguns aspectos do Estado do Amapá, a partir do momento que este deixa de ser Território Nacional e passa para a condição de Estado, tencionando que irei evidenciar a relação da AD com políticos em terras Tucuju⁷² desde 1990.

Informo que, ao que desconhecem a formação do Estado do Amapá, que a transformação de Território Federal⁷³ em Estado deu-se pela Assembleia Constituinte em 1988⁷⁴. A primeira eleição no Estado aconteceu na década 90, porém somente no dia 01 de janeiro de 1991 que o Amapá foi concebido como Estado, com a posse de 24 membros para a primeira Assembleia Legislativa. É desse momento em diante que os dados obtidos em campo através de entrevistas e fontes da internet denotam políticos com relações com AD.

Talvez até tenham outros candidatos anterior a esta temporalidade dado o tempo de atuação da AD no Estado, contudo o que me interesse é os anos 90 até a última legislatura (2014) e atento que existam bem mais candidatos além dos quais levantei para esta pesquisa, os que menciono foram apenas os que conseguir obter através de meus interlocutores e outras fontes de dados (sites).

4.1. Os candidatos, suas trajetórias no meio evangélico, político e o apoio Assembleiano.

Logo nas primeiras visitas que fiz à Assembleia de Deus A Pioneira, em Macapá, para estabelecer os primeiros contatos e tentar coletar as primeiras entrevistas, me deparei, ao

⁷¹ Esclareço que também houve algumas dificuldades na coleta de dados para entender a relação política da AD. Algumas pessoas se recusaram a dar entrevista, alegando que não se viam confortáveis em falas do envolvimento político da AD no Amapá. E apesar, de ter tentado contatar alguns candidatos não conseguir obter as entrevistas com os mesmos.

⁷² Nome utilizado por muitos amapaenses para se referir as terras do Amapá. Esclareço que foi uma etnia indígena que habitava a margem esquerda da foz do Rio Amazonas, onde atualmente localiza-se a cidade Macapá, capital do Estado do Amapá. (Ver: <http://www.dicionarioinformal.com.br/tucuju/>. Acesso em 07 de Agosto de 2016).

⁷³ Em 1943, pelo Decreto-lei 5.812, de 13 de setembro, o Governo Federal criou o Território Federal do Amapá. Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del5812.htm. Acesso em 10 de Agosto de 2016.

⁷⁴ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 10 de Agosto de 2016.

ficar por algumas horas na sala de uma das lideranças, que a relação entre a instituição e a política era o assunto em voga naquele recinto. Observei, neste dia, que alguns pastores falavam sobre a escolha de candidatos para apoiar na legislatura de 2016 para o cargo de vereador. Já haviam sido realizadas algumas reuniões prévias por líderes de congregações ligadas à Pioneira e que já tinham um candidato que possuía uma trajetória no campo assembleiano: trata-se do filho da maior liderança da AD a Pioneira, que nas eleições de 2016 está cotado para ser candidato oficial da igreja. O próprio pastor presidente, em entrevista, confirmou a candidatura e se mostrou ser bem consciente sobre a importância de manter relações políticas-partidárias. Nas palavras do pastor: “[...] Agora nós precisamos também é... Saber que a Igreja quanto instituição militante, quer dizer, aqui na terra é... Ela não é uma ilha, ela não pode viver... Desconectada é... com econômico, do político, do social... viu... [...]”.

Desta maneira, os trajetos da pesquisa me proporcionaram entender que a AD no Amapá acompanhou uma campanha feita a nível nacional a partir da década de 80 que foi a do slogan “irmão vota irmão” que tinha o intuito de votar e eleger políticos evangélicos que defenderiam os interesses do grupo. Além disso, fui percebendo o óbvio: para apoiar ou ter um candidato oficial, as lideranças assembleianas analisam se esse político faz ou fez parte do meio evangélico ou que ao menos tenha relações amistosas com a instituição.

Nesse sentido, o ator político precisa ao menos ter tido algum vínculo com a instituição, frequentar ou ter frequentado o meio pentecostal-evangélico, ocupar ou ter ocupado algum cargo de prestígio, seja na figura de pastor, na administração, ser um obreiro notável, ter feito parte de ministérios, ou seja, fazer parte da sua membresia privilegiada e para, além disso, ter propostas que coincidam com as demandas e posturas da igreja e de seus fiéis. Necessário ter proximidade com os membros e que este vislumbre certo fascínio por ele. Como mencionou a interlocutora “Marcia” a relatar sobre a escolha de um determinado candidato “*aquele que caiu nas graças do povo*”.

A seguir, apresentarei alguns candidatos que a AD já apoiou e apoia. Iniciarei por ordem cronológica, a partir dos anos 1990, evidenciando sua trajetória política e no meio evangélico pentecostal assembleiano.

Jefri José Braga Hippolyte, amapaense, nasceu no dia 10 de outubro de 1953. Iniciou sua carreira política nos anos 90, no Amapá, fazendo parte da primeira legislatura (1991-1994)⁷⁵ como deputado estadual eleito pelo extinto PFL – Partido da Frente Liberal. Possui

⁷⁵ Ver: <http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=historia>. Acesso em 07 de Agosto de 2014.

ensino médio completo. A vivência do candidato no assembleianismo teve início ainda na sua juventude, foi militante por muito tempo, fez parte do ministério de música com disco gravado, casou-se na igreja e apesar de não ser pastor tinha uma popularidade no meio evangélico⁷⁶ e ainda hoje exerce essa função de pastor de uma congregação da AD.

Sob este enquadramento, o referido ator político foi um dos candidatos que recebeu apoio das lideranças assembleianas, nos anos 90, devido toda a caminhada que desenvolveu na AD. Utilizo a fala do interlocutor “Valmir”, fiel da AD, que afirma ter acompanhado todo esse processo:

...Não era pastor mais era um obreiro aí a liderança da Igreja viu nesse nome, o nome do Jefri Hippolyte a possibilidade de eleger um candidato que era o argumento, que ele representaria os ideais da Assembleia de Deus... [...] isso foi em 90 e aí foi eleito, inclusive ele foi eleito para um mandato somente não ficou mais devido alguns descontentamentos assim internos mesmo na própria Assembleia e posteriormente apesar de ele receber apoio das lideranças a própria massa não o acompanhou...

Algo que parece ser comum acontecer, que falarei mais adiante, é o candidato receber o apoio em determinado momento e contexto em outras candidaturas não receber. Isso dar-se devido o político não ter atendido as expectativas de lideranças maiores ou mesmo por haver outros candidatos evangélicos que despertam maiores interesses dos eleitores.

Ainda nos anos 90, evidencio o candidato Valdenor Guedes Soares, nascido em Macapá, no dia 31 de Janeiro de 1954. Sua carreira política teve início em 1986, no qual concorreu a uma vaga para a câmara dos deputados pelo também PFL mais não foi eleito. Em 1988, tenta uma vaga para vereador pelo PDT onde novamente não obteve êxito. Somente em 1990 este candidato conseguiu eleger-se para deputado federal pelo PTB. Neste período, atuou no legislativo como membro titular das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e de Defesa Nacional, e como suplente da Comissão de Minas e Energia. O candidato exerceu ainda no Amapá a função de Diretor-Técnico da Caesa – Companhia de Água e Esgoto do Amapá, foi coordenador estadual do meio ambiente da Secretaria Especial de Meio Ambiente do Amapá (SEMA-AP). Em 1994 foi reeleito pelo PP, sendo bem votado na capital Macapá e no Município de Santana.

Ainda concorreu para alguns mandados nos anos de 1998, 2002 e 2008 pelo PSC, não sendo eleito. Durante algum tempo, foi pastor da AD e nos dias atuais assumiu a presidência do PSC no Amapá após a destituição de Moisés Souza, da ALAP- Assembleia Legislativa do Amapá, por corrupção na sua administração. Devido isso, o partido decidiu que

⁷⁶ Informações cedidas pelo interlocutor “Valmir” membro da AD em entrevista.

seria mais viável outro nome para a presidência e acabaram por escolher o ex-deputado federal Valdenor Guedes⁷⁷.

Sobre o apoio assembleiano ao candidato Valdenor Guedes, esclareço que houve uma polarização. Se de um lado, nesse mesmo período, Jefri Hippolyte recebeu apoio maior da AD a Pioneira, Valdenor, por sua vez, recebeu apoio de peso da Assembleia de Deus do Município de Santana, na figura do Pastor Presidente, que se empenhou para eleger o candidato. Além de ter recebido apoio da Assembleia de Deus do Avivamento e de outras igrejas menores. E assim, como o candidato anterior, apesar de ser lançada a candidatura em outros anos, Valdenor Guedes não foi bem sucedido. O interlocutor “Valmir”, explica:

... Valdenor Guedes ficou por dois mandatos, se não me falha a memória, já tentou outras vezes mais não se elegeu mais também... Por dois motivos eu percebo um é... Por não ter desenvolvido, eu penso assim um trabalho que tenha sido notório para a membresia, para os fiéis. Projetos de leis que beneficiasse os fiéis, que contemplasse os fiéis e os fiéis tiveram resistência em votar nele novamente...

Percebo assim, que meu interlocutor, na figura de fiel e frequentador da AD, compreende que o candidato, ao não atender as expectativas dos líderes maiores da AD e não formular projetos que beneficiassem a membresia, a AD abriu mão de oferecer seu apoio. Caso que aconteceu também com Jefri Hippolyte. Contudo, chamo a atenção de que somente o voto evangélico assembleiano não é capaz de eleger um candidato.

Nessa continuidade, a fala do interlocutor parece demonstrar que o candidato não foi mais eleito devido à falta de votos dos assembleianos. No entanto, existem outros fatores que podem fazer com que o candidato não seja reeleito, claro que os votos evangélicos fazem diferença na decisão política, mas como pontuei, não é capaz de eleger um político no Amapá para cargo de Deputado Federal, por exemplo, devido às próprias cisões que ocorrem no meio evangélico assembleiano e o voto por identificação evangélica em que o fiel vota não especificamente pelo candidato ser da AD, mas sim por ser evangélico e atuar no campo.

Saindo dos anos 90 e entrando nos anos 2000, apresento mais um candidato que recebeu apoio assembleiano. Ainda que o candidato não tenha recebido apoio em massa das lideranças das AD de maiores prestígios como recebeu Jefri Hippolyte e Valdenor Guedes o mesmo contou com o suporte de ministérios jovens, como o da UMDMA – União da

⁷⁷ Ver: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=74070&tipo=1. Acesso em 09 de Agosto de 2016; Ver: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/04/moises-souza-perde-presidencia-do-psc-apos-destituicao-na-alap.html>. Acesso em 09 de Agosto de 2016.

Mocidade Assembleiana lugar no qual o candidato realizou diversos trabalhos e possui forte engajamento.

Falo da figura de Anab Monteiro, nascido em Macapá, em 06 de Dezembro de 1973, casado, com ensino superior completo, além de exercer a profissão de policial civil. Em 2008, especificamente, concorreu ao pleito de Vereador pelo PSC, no qual conseguiu o mandato graças ao vereador de quem ele era suplente envolver-se em escândalos de corrupção e ter o mandato caçado.

Concorreu ainda aos pleitos de 2012 e 2014 como Deputado Estadual pelo PSC, não sendo eleito, ainda assim, continua mobilizando votos de fiéis da AD e do segmento evangélico. É possível ver nas redes sociais do candidato, vídeos voltados para o público assembleiano e de como muitos membros veem nele a figura de um líder e “bom político”. A fala a seguir, de um Pastor da AD do Avivamento, que na falta de ter um candidato específico da igreja, afirmou ter apoiado Anab Monteiro:

...A Assembleia de Deus falando um pouco assim, no caso a Pioneira eles têm vários candidatos, dentre eles eu conheço um que é muito meu amigo que é o Anab Monteiro. Anab Monteiro em todas as eleições que tem concorrido... Como o nosso ministério nós ainda não tínhamos decidido por um candidato nós estávamos apoiando Anab Monteiro que é da Pioneira, mas agora nos próximos pleitos nós queremos estar com o próprio candidato do nosso ministério...

O apoio desse Pastor e de sua congregação no candidato se dá claramente devido aos laços que possuem e por identificação. Nesse caso, lembro-me da afirmação de Fonseca (2002). Este explica que os “eleitores evangélicos votam em seus pares, seus irmãos e pastores”. Percebo assim, que “Os políticos de cristos” mantêm relação íntima com o meio do qual fazem parte. Esta fala ainda proporciona visualizar que existe já uma preocupação e articulação em andamento da AD do Avivamento em ter um candidato oficial que represente o ministério.

A candidata Fátima Lúcia Pelaes (PMDB), que foi recentemente nomeada para Secretária de Políticas para Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça, do governo em exercício do Brasil, na figura de Michel Temer. Ex-presidente nacional do PMDB Mulher. Ocupou mandato quase que vitalícios no Estado do Amapá como deputada federal desde 1991 só não se reelegendo em 2014 por conta do coeficiente eleitoral.

Nascida no Amapá em 13 de Fevereiro de 1959 tem ensino superior completo com formação em Ciências Sociais foi filiada ao PFL e ao PSDB. Foi reconhecida durante algum tempo

como candidata oficial da AD no Amapá desde que se converteu ao pentecostalismo e iniciou sua trajetória no meio Assembleiano. Como revelou o próprio presidente da AD a Pioneira e a sua ex-assessora e também presidente de um ministério da AD de Santana.

“Pra Deputado Federal nós já tivemos candidatos nossos, da Igreja, ultimamente nós não temos. No tempo nós tínhamos a Fátima Pelaes, evangélica, hoje ela não tá no... no...” (Pastor Presidente da Pioneira).

“Foi lançado, teve uma assembleia extraordinária e nessa assembleia viram que nossos irmãos ela talvez tivesse a perspectiva de ser aprovada, como foi!” (“Marcia”).

Fátima Pelaes, como é possível ver, foi candidata oficial da AD e isso pode ser explicado devido ela ser evangélica e comungar dos mesmos ideais dos grupos assembleianos. No parlamento, onde foi presidente da Frente Parlamentar da Família e Apoio a Vida, a Deputada se mostra contrária à legalização do aborto. Toda sua privilegiada representatividade na política nacional faz com que as lideranças da AD vislumbrem nela a candidata ideal para defender seus interesses no congresso nacional. Quanto maior prestígio tem o candidato, maiores possibilidades em ser um candidato oficial.

Dando continuidade as apresentações dos parlamentares que possuem envolvimento com AD, demonstro o caso do Pastor Oliveira, ainda que não seja assembleiano, recebeu apoio de fiéis isolados, mesmo não sendo apoiado pelas grandes lideranças.

Carlos Antônio Oliveira Santos nasceu no Estado do Pará, em 24 de Abril de 1970, casado, possui ensino médio completo e sua profissão é bancário⁷⁸. Em 2012, tentou uma vaga para vereador pelo PRB – Partido Republicano Brasileiro, não sendo eleito. No pleito seguinte, em 2014, nas eleições estaduais, ainda pelo PRB, consegue uma das vagas para Deputado Estadual por regra de coeficiente eleitoral. Saliento que a legenda do PRB possui diversos candidatos que possuem relações diretas com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)⁷⁹ tomando o partido a voz dos iurdianos no Congresso Nacional. No ano de 2014, alguns membros da AD votaram no candidato do PRB devido o candidato transitar no meio evangélico pentecostal e ter predileções em comum com os assembleianos. Sobre isso, o interlocutor “Valmir” relata que:

O Pastor Oliveira apesar de não ser da Assembleia de Deus ele teve assim uma votação expressiva por fiéis da Assembleia de Deus mais também não

⁷⁸ Ver: http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_parlamentar&iddeputado=61. Acesso 11 de Agosto de 2016.

⁷⁹ Ver: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>. Acesso em 11 de Agosto de 2016.

foi sob a orientação da liderança assembleiana. Nós tivemos aí um outro candidato da IURD também da Igreja Universal do Reino de Deus que era o candidato a Deputado Federal eu estava no dia no templo, como a Igreja não tinha nesse pleito, não lembro o ano um candidato para Deputado Federal o Pastor sugeriu para que votasse porque era um cristão também.

Sobre isso, entendo que no Estado do Amapá, ao mesmo tempo em que tem pastores de outras ramificações da AD que apoiam candidatos de outras denominações, existem aqueles que vão ao sentido oposto. Recordo que ouvi, nas dependências da Pioneira, pastores que falavam sobre a realização de cultos a noite para atrair fiéis da Igreja Universal, sendo assim não creio que a Pioneira ou a Assembleia de Deus de Santana, as duas maiores que já competem entre si apoiem candidatos do PRB. Além do mais concordo com Mariz & Machado (2004) quando afirmam que os atores políticos acionam a dimensão religiosa e desqualificam a capacidade de influência dos líderes dos grupos concorrentes com o intuito de aumentar seu potencial de negociação com os candidatos que buscam alianças ou apoios informais.

Evidencio outro caso curioso, de um político que tinha uma trajetória no meio evangélico Batista e passou a frequentar a AD, e lá recebeu apoio político. Contou ainda com o de congregações menores e da liderança maior da Assembleia de Deus de Santana na figura do Pastor Presidente.

O candidato em questão é Moisés Souza é ex-presidente da Assembleia Legislativa e ex-presidente do PSC, foi afastado de ambos os cargos, como já mencionei, devido há várias investigações por corrupção e algumas condenações por fraude e licitações⁸⁰. Moises Souza ocupa cargo no legislativo do Amapá desde ano de 2007⁸¹.

Sobre a candidatura do Moisés Souza nós acompanhamos porque nós trabalhávamos lá no Jornal do Mário Passos que era sócio dele do Jornal a Verdade... Ele era da Batista Memorial, então o projeto foi idealizado pela Batista Memorial quando ele se elege a primeira vez... Ele já era cristão lá da Batista declaro fiel, mas depois migrou para a Assembleia de Deus, mas não chegou a ser o candidato da Igreja... (“Valmir”).

Olha, nós temos vários candidatos um que foi apoiado e ganhou foi o... O deputado é... Meu Deus estava na minha cabeça agora e... Anab Monteiro foi um candidato que foi apoiado pela Igreja, mas que, no entanto depois perdeu

⁸⁰ Ver notícias relacionadas: <http://selesnafes.com/tag/mois-es-souza/>. Acesso em 11 de Agosto de 2016.

⁸¹ Ver: http://www.al.ap.gov.br/pagina.php?pg=exibir_parlamentar&iddeputado=20. Acesso em 11 de Agosto de 2016.

força porque a igreja buscou outros candidatos e ele que era um nome forte no período em que participou das eleições acabou não se reelegendo por conta da falta de apoio da AD que fechou parceria com candidatos que nem eram da igreja, como foi o caso de Moisés Souza... (Pastor da Igreja Batista e ex-assembleiano).

Análise nas falas dos interlocutores, na primeira está se referindo a AD a Pioneira, lugar no qual Moisés Souza não recebeu apoio e nem chegou a ser candidato oficial. Na outra chama atenção para a possibilidade do interlocutor está se referindo a AD de Santana e Igrejas Dissidentes menores. Assim trago para reforçar a fala da “Marcia” se referindo a Assembleia de Deus de Santana (ADSAN): “Como eu coloquei para você é... Há alguns anos atrás a igreja ela ajudou o Deputado Moisés tinha uma comunhão grande como coloquei outrora pra você...”.

Nesse caso, a “Marcia” relatou que, durante um longo período, a instituição de Santana apoiou o candidato Moisés devido há várias circunstâncias. Uma delas estava ligada ao fato do candidato ter oferecido bolsas para missionários da igreja no valor de dez mil reais mensais para custear despesas para seus deslocamentos para a evangelização em comunidades ribeirinhas do Amapá. Entretanto, a falta de cumprimento do candidato, em manter essa bolsa, fez com que a liderança cortasse os vínculos que tinha com ele e, arrisco a afirmar, que devido os escândalos de corrupção envolvendo o candidato, também foram fatores para o afrouxamento dos laços.

Abaixo, a “Marcia” demonstra a insatisfação com a aliança política firmada, pois se esperava ações que beneficiasse a igreja, mas o candidato não manteve a promessa. Reafirmando que o apoio assembleiano e evangélico dar-se pela relação do clientelismo político, trocas de favores possibilitando que os templos se transformem em verdadeiros currais eleitorais (MACHADO; MARIZ, 2004).

Por duas vezes nós tentamos fazer isso, mas não deu certo posso falar com convicção há uns anos atrás há dois anos, quatro anos, oito anos atrás! Tentamos fazer isso, um vínculo para ajudar os missionários que estavam no campo então devido o. O... O Deputado ser entre aspas da Igreja ele propôs uma proposta vamos colocar de liberar naquela época dez mil reais para se dar uma salário naquela época que devia ser uns quinhentos, seiscentos reais pra cada missionário é... Se manter no campo, mas infelizmente assim foi um fracasso, foi um fracasso porque um ano assim ele cumpriu com o contrato no outro ano meu filho o contrato ele... Não é que foi quebrado, ele não passou mais a verba então sabe o que aconteceu? Foram dez famílias que a gente teve como... É... Eu posso dizer assim se virar nos trinta para

manter essas famílias no campo, a minha Igreja em si ela tem uma grande área é... É... Missionária apesar de ser uma instituição pequena nós temos pra mais de quarenta missionários que são mantidos pela Igreja, pelos fiéis mesmo de Santana...

Por último, apresento o candidato Marcos Reategui Souza, nascido em 06 de Outubro de 1960, no Estado do Amapá, é irmão de Moisés Souza, e foi eleito em 2014 Deputado Federal pelo PSC. Possui nível superior completo. Profissionalmente, é servidor público federal⁸². Em 2013, foi afastado de suas funções de delegado da polícia federal devido acusações de acesso a sistemas que não faziam parte de suas funções, além de ter sido réu em alguns processos do STF (Supremo Tribunal Federal) em ações penais por peculato, organização criminosa e crimes contra o sistema financeiro nacional. Anterior a esta eleição que concorreu, Reategui ocupou apenas cargos no serviço público⁸³, sua trajetória no campo político amapaense é recente.

Segundo os dados coletados, Marcos Reategui só conseguiu apoio assembleiano graças à trajetória política e religiosa do irmão Moisés Souza, que já tem uma longa carreira política e peregrinou no meio evangélico da AD e da Igreja Batista Memorial frequentando os cultos e estando próximo dos fiéis eleitores.

Nesse contexto, o capital simbólico do irmão e sua atuação no campo possibilitou que o candidato tivesse sucesso na política partidária e caísse nas “graças” do meio evangélico-pentecostal. Como confirmou o interlocutor: “O... O... O Marcos Reategui que é Deputado Federal que é Irmão do Moisés Souza ele recebe uma quantidade expressiva de votos dos membros da Assembleia de Deus por meio do Moisés Souza também...” (“Valmir”).

Na tabela a seguir é possível visualizar todos os candidatos por ano de apoio, cargo, partido e profissão.

Tabela 3 – Candidatos apoiados pela AD de 1990-2014

NOME	ANO	CARGO	PARTIDO	PROFISSÃO
Valdenor Guedes	1990	Deputado Federal	PTB	Pastor da AD e Hoje Presidente do PSC Amapá
Jefri Hipolyte	1994	Deputado Estadual	Extinto PFL	Empresário
Anab Monteiro	2008	Vereador	PSC	Policia Civil
Moisés Souza	2010	Deputado Estadual	PMDB	Deputado. Ex-Presidente da ALAP e Ex-

⁸² Ver: <http://www.brasil247.com/pt/247/amapa247/124147/Marcos-Re%C3%A1tegui-sai-da-cadeia-e-fica-afastado-da-PF.htm>. Acesso em 11 de Agosto de 2016.

⁸³ Ver: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=178852. Acesso em 11 de Agosto de 2016.

				Presidente do PSC Amapá
Fátima Pelaes	2014	Deputada Federal	PSC	Socióloga
Marcos Reategui	2014	Deputado Federal	PMDB	Servidor Público Federal
Pastor Oliveira	2014	Deputado Federa	PRB	Pastor da IURD

Tabela desenvolvida pelo autor.

Como visto a AD oferece apoio e trabalha com candidaturas oficiais às parlamentares do legislativo no Amapá desde década de 90 seguindo a campanha feita a nível nacional dos evangélicos que priorizava a urgência de ter políticos no legislativo e no executivo. Assim, no Amapá é notório o esforço das lideranças da AD em se articular para eleger seus próprios candidatos a fim de garantir seus interesses seguindo a mesma lógica da mobilização da política nacional de grupos evangélicos que se articulam para eleger seus pares. Como evidencia a tabela 3 a maioria dos políticos é do PSC ou possuem algum tipo de relação, evidenciando o interesse que os assembleianos têm pelo partido, devido ser um partido que agrega diversos candidatos do segmento evangélico, assim como o PRB.

4.2. Como se articula o apoio assembleiano no Amapá.

Como demonstrei acima, as características e motivações que levam a AD a apoiar um ator político dar-se mediante alguns fatores, como por exemplo: vivência no meio evangélico e propostas que beneficiem diretamente o segmento. Sendo assim, desvelo que a AD organiza e estrutura esse apoio da seguinte forma:

a) *Realiza um pleito interno:*

Esse processo é feito quando já existem nomes cotados para o apoio, após isso, é feita uma reunião geral interna em que os pastores das congregações ligadas, seja da AD a Pioneira, da ADSAN ou até mesmo de outras dissidentes menores que seguem a mesma lógica das denominações maiores, se organizam e fazem o que denominam de *reuniões prévias*. Os nomes são colocados em votação e aquele candidato que receber maior número de votos é o candidato escolhido. Como relata o Pastor Presidente da Pioneira:

E no nível Estadual e municipal geralmente a gente indica candidatos da Igreja e esses candidatos nos vamos é... Divulgar o seu nome para que a Igreja escolha, por exemplo, nós fizemos uma prévia para escolher o candidato a vereador, não é uma escolha imposta é uma prévia entre os fiéis... Mais de quatro mil votaram e tem um nome já escolhido para ser indicado pra vereador, então veja esse vai ser o candidato da Assembleia de Deus a pioneira... é... Candidato a candidato né... Porque ninguém pode dizer

que... candidato a candidato para é... Ser apontado pela liderança a vereador, nós vamos apontar a gente não esta seciando a liberdade agora esse que é o escolhido e esse vai ter a cobertura da liderança porque foi o escolhido numa prévia...

Problematizo dois aspectos na fala do Pastor Presidente. Primeiro, para as eleições para vereador, em 2016, já tem um candidato escolhido por essa estrutura que é o seu filho que será candidato oficial da AD a Pioneira. Revelando que existe uma clara relação de influência e parentesco nessa escolha.

Outro ponto é que desconfio que seja de fato um “plesbicito democrático” que conta com a participação efetiva das massas de fieis da denominação. Pelas minhas análises e observações, percebo que ao ser aprovado o apoio pelos Pastores Gerais existe a certeza que os outros membros irão aceitar o candidato devido à escolha ser pautada naquele que tem mais simpatia e proximidade com os fiéis, muito mais uma imposição sutil do que de fato uma escolha democrática com participação direta e decisiva dos fiéis da igreja com baixa renda e escolaridade, que não possuem cargos de prestígios e notoriedade na instituição, os que arrisco a tipificar como *“fieis comuns”* ou seja os fiéis que vão apenas ao culto e não participam e se interessam pelas questões mais burocráticas da instituição. Os que não se envolvem nos assuntos de cunho político partidária. Acredito existir então uma minoria que decide e os que aceitam por acreditarem nas suas lideranças religiosas. No entanto, isso não anula o fato de ter membros com influências e que possuem algum tipo de participação.

Em contraposição a fala do Pastor Presidente. Apresento o relato da interlocutora “Marcia” com cargo dentro da ADSAN que informou sobre a estrutura do apoio, no entanto relatando apenas a presença de pastores nessas reuniões:

Na maioria das vezes quando aconteceu foi feita em Assembleia, o que é Assembleia? Nós temos as Assembleias gerais, onde os pastores gerais se reúnem e levam o nome dos irmãos vamos supor oito irmãos e isso é uma votação se aquele um lá você ver que teve mais... Tem Mais... A perspectiva caiu mais na graça do povo então foi aquele... (“Marcia”).

Nesse sentido, pelo campo religioso ser pautado numa relação de hierarquias onde uns possuem maior poder do que outros devido à posição que ocupam. Isso não é diferente na AD enquanto instituição em que todas as decisões perpassem antes de tudo pelas lideranças de maior prestígio representadas nas figuras dos pastores presidentes, pastores de congregações e membros com maior notoriedade (os que possuem capital econômico, os que tem cargo na Administração e os envolvidos no meio político e com trabalhos sociais) . Sendo

assim nessa hierarquia estabelecida alguns fiéis seriam os últimos a opinar e a tomar qualquer posicionamento decisivo de assuntos político-partidário.

b) O candidato precisa visitar os templos:

Posterior a concessão do apoio, o político escolhido deve visitar os templos assembleianos para manter uma relação de proximidade com os fiéis, no intuito de demonstrar sua disposição na defesa de seus interesses. Assim, os cultos, o ambiente das práticas religiosas é utilizado como mediadores da campanha política do candidato. Como detalha o interlocutor, pastor da igreja batista e ex-assembleiano:

Eles subiam nos altares da Igreja, aqueles que nem eram evangélicos, mas ainda assim saudavam os irmãos como se fizessem parte do grupo evangélico da Igreja e pediam votos e quando estes não pediam votos os próprios pastores das congregações faziam isso por eles, embora eles tivessem só lá sentando no altar da Igreja, mas os pastores mencionavam o nome deles e pediam votos sim em nome deles. Hoje não! Hoje eles visitam nossas Igrejas, eles sobem no palanque de festas de Igrejas eles não falam o nome, mas só o fato de eles estarem ali e a lideranças abraça-los isso na minha opinião já se define como um pedido de votos...

Fica claro, que as lideranças religiosas, juntamente com o ator político, acionam a dimensão religiosa como forma de obtenção de voto. Muitas das vezes, embora não seja feito o pedido direto apenas a presença do deputado ao lado da liderança ou transitando nas dependências da instituição já tem todo um significado, que é percebido pelos fiéis. No intuito de mostrar aos frequentadores em quem eles devem votar que aquele é o mais apto para defender seus interesses “o político de cristo” o “enviado por Deus” para salvar a política e lutar pelos os evangélicos.

4.3. A heterogeneidade no apoio e o voto por identificação.

No Amapá, percebo que existe uma heterogeneidade com relação ao apoio concedido a esses candidatos devido às próprias cisões internas que ocorrem na AD. Nesse caso, chamo atenção para as duas maiores instituições presente no Estado: a Pioneira, localizada na Capital e Assembleia de Deus do Município de Santana (ADSAN) que se mostram contrárias no que se refere ao apoio, enquanto uma apoia um determinado candidato a outra vai a sentindo oposto demonstrando simpatia por outro nome.

Ainda tem as igrejas dissidentes menores que apoiam certo candidato que foi descartado por essas duas grandes lideranças e o voto de grupos isolados da AD, a exemplificar grupos de jovens e outros ministérios.

Ademais, essas cisões são provocadas devido à falta de um poder centralizado, rompimentos ocorrem por questões políticas, ideológicas e administrativas. Por exemplo, é fácil o rompimento de congregação ligada a Pioneira se desmembrar e ter um líder próprio, como ocorreu com Assembleia de Deus de Santana que resolveu torna-se independente da Pioneira.

Seguindo essa lógica de rompimentos, a própria escolha do candidato é um fator para provocar rupturas. Isto ocorre devido ter mais de um candidato evangélico que lança sua candidatura e espera contar com o apoio das lideranças da AD. Nesse caso, por ser escolhido apenas um, os outros decidem buscar outras formas de apoio e demonstram insatisfação com seus líderes, ocasionando rompimentos por questões políticas-partidárias. Sendo assim, sobre esse assunto o interlocutor ao se referir ao plebiscito e a rompimentos por conta dele demonstra que:

...embora isso não funcione na prática porque você coloca cinco candidatos para concorrerem no plebiscito para ver quem a Igreja vai apoiar e aqueles que acabam não ganhando eles agem de forma... Eu poderia dizer de forma desleal, porque se você faz um plebiscito você quer ganhar força para um determinado candidato é na AD e isso não acontece. Por exemplo, se você é for pastor da AD eu for pastor da AD e nós dois estamos concorrendo no plebiscito e a Igreja me escolhe você se sente excluído, você vai firma parceria em um outro partido político e você acaba concorrendo também, nesse momento você divide a Igreja porque tem pessoas que são seus amigos que te acompanham, gostam do teu trabalho e tem aquelas que não acompanham nos final das contas nenhum dos dois ganham.... (Pastor Batista e ex-assembleiano).

Nessas circunstâncias, essas rupturas geram impasses e embates de forças entre os atores envolvidos, que procuram se articular politicamente de outras formas. Além do mais, isso parece ser um dos fatores que fazem com que AD não consiga eleger sozinha um candidato proveniente de sua membresia.

Em meio a isto, ainda tem o *voto por identificação* processo pelo qual o fiel e frequentador da AD não vota no candidato oficial da igreja ou naquele que recebeu o apoio da liderança. Devido a essas rupturas internas ele vota, por exemplo, em um candidato evangélico que não precisa propriamente ter relações com a AD, basta que o político em sua campanha demonstre preocupação com os evangélicos (é o caso, como destaquei do Pastor Oliveira que é da IURD, mas recebeu apoio de alguns fieis isolados da AD). Além disso, meus interlocutores apontam que existe uma mudança de postura daqueles fiéis com maior grau de escolaridade, esclarecimento e consciente das conjunturas inseridas que não votam no

candidato indicado pelo pastor e sim por interesses específicos. Fortaleço tais argumentos com a fala do interlocutor “Valmir”, que entende da seguinte forma:

...como eu falei o público da década de 80 e primeira metade da década de 90 é diferente do público que a gente tem hoje é um público muito mais esclarecido, muito mais politizado é o público que tem formação então ele já faz uma maior seleção na hora de escolher o seu candidato e por tanto a Assembleia de Deus atualmente não tem Deputado Estadual eleito pela Assembleia de Deus tem assim candidatos de Igrejas co-irmãs...

Compreendo, sob esta perspectiva, que a AD não se difere do segmento evangélico como um todo que é muito heterogêneo e por isso não consegue mobilizar-se para eleger um candidato. Desta maneira, somente o apoio assembleiano no Amapá não é suficiente para eleger um candidato, devido muita das vezes a falta homogeneidade e consenso que existe no segmento.

Assim os candidatos acionam outras categorias além de único e exclusivo voto assembleiano. Nesse caso, a maioria dos candidatos transita em outros grupos que não só os evangélicos. Contam ainda com os votos mobilizados pelos amigos, familiares e por outros lugares que frequentam como o caso no meio profissional do qual que fazem parte. Até mesmo pela forma da campanha que desenvolve e a extensão desta.

Com o apoio a essas candidaturas, os grupos de denominações assembleianas e seus líderes no Amapá se organizam para reivindicar interesses próprios e em prol do segmento religioso. Em que com as alianças e prestações de serviços a outros setores da sociedade, se obtém voto a partir do viés religioso.

Dada essas condições, os grupos evangélicos se valeram de elementos presentes na própria cultura brasileira. Para eleger alguns representantes como, explica Machado (2003), a presença dos evangélicos na política do país teria ainda se fortalecido a partir de práticas clientelistas e corporativas adotadas pelas lideranças religiosas junto a outros setores da sociedade, recorrendo a uma prática já existente na cultura brasileira.

Finalizo este capítulo, entendendo que, concebida como um fenômeno social⁸⁴, a religião possui tendências de transformar e refletir transformações em sua estrutura ligadas às mudanças da sociedade. Uma das mudanças, por exemplo, é o crescimento do fenômeno evangélico-pentecostal no Brasil e sua busca por legitimidade e representação política.

⁸⁴ Para Durkheim, as Representações Religiosas são representações coletivas, que exprimem realidades coletivas; os ritos são maneira de agir que só surgem no interior de grupos coordenados e se destinam a suscitar, manter ou refazer alguns estados mentais desses grupos. (CF: DURKHEIM, Êmile. As Formas Elementares da Vida Religiosa).

Ao se referir a esse comportamento e a forma de fazer política pelos evangélicos, Gruman (2005), busca ilustrar que o comportamento de lideranças oriundas desse segmento está vinculado, ao que ele chama de *corporativismo de véis religioso*. Para o autor:

A multiplicação de seu capital político seria consequência da constituição de uma base eleitoral estável que se utiliza dos serviços prestados em obras assistenciais administradas pela Igreja, numa espécie de "clientelismo corporativo", permitindo aos seus representantes a barganha de apoio e alianças políticas. (GRUMAN, 2005, p, 109).

Assim, algumas práticas, de forma gradual, foram se incorporando no meio evangélico e pentecostal a pontuar o “voto de cajado” que é orientado mediante a vontade e interesse do pastor, ou voto de “cabresto”, resquício do *coronelismo* que se consolidou como parte da cultura política nacional ao longo da história da república. Esse fenômeno “pressupunha uma superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura social e econômica inadequada” (LEAL, 2012, p.16).

E com o aumento de pentecostais no Brasil, surgiu a necessidade de políticos que pudessem mudar o modo de representação política. Essa nova geração de “políticos evangélicos” nasceu em um contexto de explosivo de crescimento pentecostal no Brasil, o que fez com que os evangélicos pentecostais saíssem do território marginalizado em que se situavam, para assumirem uma atuação mais sistemática e calculista tanto no espaço público como no espaço político (CAMPOS, 2005, p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, pela literatura selecionada, a metodologia utilizada e as técnicas aplicadas, foi possível entender o envolvimento político da denominação pentecostal AD no Estado do Amapá e quais seus interesses quando resolvem apoiar ou ter como oficial um candidato. Todo esse envolvimento político-partidário pentecostal assembleiano só foi possível devido a sua profissionalização na política e a emergência em ter candidatos que representassem seus interesses seguindo a mesma lógica presente no meio evangélico como um todo, fortalecido a partir da década de 80 com a redemocratização do Brasil, que possibilitou um aumento de representantes políticos evangélicos no cenário nacional.

Assim, compreendo apoiado nas bibliografias levantadas para este estudo, que apesar da separação formal entre religião e política, e do suposto Estado laico Brasileiro, ainda hoje a religião mantém fortes relações com o Estado. Vivemos em um país de caráter esmagadoramente cristão em que evangélicos e católicos travam embates no campo religioso, político e social. O Brasil não é um país secularizado, a modernidade apenas parece ter reorganizado e resinificado os dogmas e doutrinas das instituições para acompanhar as conjunturas.

Prova disso é um pentecostalismo assembleiano atuando com força total na arena política e agindo de forma que maneira contrária aos ideais de democracia representativa que vivemos no Brasil, além de constatar uma forte atuação política e relação direta desse segmento com o Estado Brasileiro, que infere diretamente na própria noção de Estado Laico. Nesse caso, vejo diluir o clássico discurso de que política e religião não se misturam, não só se discutem como estão coadunados.

O recorte histórico-social e político dos evangélicos possibilitou entender que AD, ao se insurgir na político-partidária, vislumbra maior representatividade política e social. Organizou-se para eleger seus pares, mudando sua postura ascética de rejeição do mundo para adaptação ao mundo. Inseriu-se na lógica moderna para garantir e salvaguardar suas inclinações, acompanhando os processos de urbanização e de crescimento populacional.

A AD tendo uma parcela expressiva de candidatos eleitos, tanto para a Câmara, quanto para o Senado Federal, são defensores de uma agenda conservadora pautada no combate a projetos que buscam beneficiar grupos minoritários e ações que contrariam seus interesses doutrinários, ideológicos e políticos. Assunto como o casamento homo afetivo, legalização do aborto, drogas e outros que agridam a “moral evangélica”.

Seus líderes se articulam, apoiam e lançam candidatos oficiais da igreja, com o objetivo de se insurgir no campo político no qual entendem como meios possíveis para a defesa e manutenção de seu *status quo*.

Destarte, a AD, como maior segmento pentecostal do Brasil, elege representantes em todos os Estados da Federação. Não seria diferente no Amapá, em que temos um crescimento assembleiano considerável nas últimas décadas, como demonstrei. Aqui também seus líderes buscaram e buscam se articular, apoiando e lançando a candidatura de políticos oficiais da igreja com intuito de eleger seus candidatos, a fim de obter benefícios para suas instituições e ter seus representantes políticos.

No Amapá, a AD oferece apoio aos parlamentares do legislativo nos anos 90 seguindo a campanha feita a nível nacional pelos evangélicos do slogan “Irmão Vota em Irmão”. No estado, a AD trabalha sob duas perspectivas tanto com candidaturas oficiais, como apoio político. Existe uma heterogeneidade com relação a este apoio devido às próprias fragmentações e cisões internas, fazendo com que AD não consiga sozinha eleger um candidato a partir de sua membresia.

Nesse contexto, conseguir responder as problemáticas que permearam o trabalho, conseguir cumprir com os objetivos propostos e os dados coletados em campo responderam as hipóteses levantada para esta pesquisa. No entanto, instigo futuras pesquisas no Amapá por considerar um terreno fértil para averiguar a relação entre evangélicos e política e até mesmo a investigação com mais profundidade dessa relação com AD que ainda tem muito a ser desvendado. Considero que esta pesquisa é apenas o começo do que ainda pode ser explorado nesse campo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos Avançados (18/52), 2004.

AZZI, Riolando. **A Neocristandade: um projeto restaurado**. São Paulo: Paulus, 1994.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na Virada da Questão Social (1930-1941)**. Petrópolis: Vozes & Educam, 2000.

BAPTISTA, Saulo de Tarso Cerqueira. **Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: a presença da Assembléia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)**. São Bernardo do Campo: Tese de doutorado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Ltda, 1977.

Bell, J. (1993). **Como Realizar um Projecto de Investigação - Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação**. Gradiva.

BERGER, Peter. **O Dose Sagrado Elementos Para Uma Teoria Sociologica da Religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

_____. **A Desecularização do Mundo: Uma Visão Global**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 21(1): 9-24, 2000.

BOHN, Simone R. **Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral**. Opinião Pública, v. 10, n. 2, 2004.

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BURITY, Joanildo A. (2001). **Religião e política na fronteira: de institucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica**. In: Teoria e Sociedade, Belo Horizonte, n° 08, p. 98 – 116. Dez.

CAMPOS; Leonildo Silveira. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro: observações sobre uma ralação ainda pouco avaliada**. Revista USP. São Paulo, número 67, p. 100-115, setembro/novembro de 2005.

_____. Del monopolio católico a la diversidad, el pluralismo y el cambio religioso en Brasil en el siglo XX. In: ODGER ORTIZ, Olga (coord.). **Pluralización religiosa de América Latina**. Tijuana-México: El Colegio de la Frontera Norte-Ciesas, 2011. p. 131-182.

_____. **De políticos de cristo – uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil**. In: J. Burity; M D. Machado. *Os votos de Deus: Evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife, Editora Massangana.

_____. **“DE POLÍTICOS DE CRISTO – Uma análise do comportamento político de protestantes históricos e pentecostais no Brasil”**. 2005.

_____. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. Disponível em: [file:///D:/MATERIAL%20TCC%20-%20POLITICA%20E%20RELIGI%C3%83O/\[REVER%20-%20Dezembro%20-%20Ano%208%20-%202008\]%20Texto%20-%20Leonildo%20Silveira%20Campos.html](file:///D:/MATERIAL%20TCC%20-%20POLITICA%20E%20RELIGI%C3%83O/[REVER%20-%20Dezembro%20-%20Ano%208%20-%202008]%20Texto%20-%20Leonildo%20Silveira%20Campos.html). Acesso 24 de Março de 2015.

_____. **Teatro, templo e mercado: Organização e marketing de um empreendimento neopentecostal**. 1. ed. Petrópolis: Vozes/ São Paulo: Simpósio e Umesp, 1997.

CAMPOS JR, Luiz de Castro. **Pentecostalismo Sentidos da Palavra Divina**. São Paulo: Geografica, 1995.

CONDE, Emílio. **História das Assembléias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro. CPAD. 2000.

DURKHEIM, Emille. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2002.

FILHO, Valdemar Figueredo. **Entre o palanque e o púlpito mídia, religião e política**. São Paulo: Anablume, 2005.

FONSECA, Alexandre B. C. **Relações de Privilégios Estados, Secularização e diversidade Religiosa no Brasil**. Rio de Janeiro: Novos Diálogos – Editora, 2011.

_____. **Secularização, Pluralismo Religioso e Democracia no Brasil: Um estudo sobre evangélicos políticos nos 90.** Tese de Doutorado, Sociologia (USP).

FRESTON, Paul. ***Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment.*** 304 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

FREYRE, Gilberto. ***Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.*** São Paulo: Global, 2006.

GEERTZ, Clifford. “**Ethos, Visão de mundo, e a análise de símbolos sagrados**”. In, *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

GIUMBELLI, Emerson. **O Acordo Brasil – Santa Sé E As Relações Entre Estado, Sociedade e Religião.** *Ciencias Sociales Y Religión/ Ciências Sociais e Religião,* Porto Alegre, ano 13, n.13, 119 – 143, Setembro de 2011.

_____. **O fim da Religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França.** São Paulo, Atar Editorial, 2002.

Goffman, E. (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.

GRUMAN. Marcelo. **O lugar da cidadania: Estado moderno, pluralismo religioso e representação política.** *Revista de Estudo da Religião – REVER,* N° 1. 2005.

<http://adpioneiramidia.webnode.com.br/>. Acesso em 20 de Novembro de 2015.

<http://www.alcilenecavalcante.com.br/alcilene/principais-liderancas-evangelicas-fecham-apoio-com-a-pre-candidatura-do-promotor-moises-ao-governo-do-estado>. Acesso em 30 de Setembro de 2015.

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=160030>.

<http://www.cpadnews.com.br/universo-cristao/24595/assembleia-de-deus-elege-23-deputados-federais-.html>. Acesso em 26 de Novembro de 2015.

<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/06/assembleia-de-deus-celebra-98-anos-de-criacao-no-ap-e-espera-reunir-30-mil.html>. Acesso em 18 de Agosto de 2015.

<http://monitorilaraujo.blogspot.com.br/2011/07/primeira-igreja-pentecostaldemacapa.html>. Acesso em 20 de Agosto de 2015.

<http://selesnafes.com/2015/10/entrevista-lider-da-assembleia-de-deus-fala-sobre-rachas-na-igreja-casamento-gay-e-politica/>. Acesso em 26 de Novembro de 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dados disponíveis no site: www.ibge.gov.br.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dados disponíveis no site: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ac&tema=censodemog2010_relig.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

Link, B. G. & Phelan, J. C. (2001). **Conceptualizing stigma**. *Annual Review of Sociology*, New York, (27), 363-385. Recuperado de <http://arjournals.annualreviews.org/>.

LOBATO, Sidney Silva. **A Cidade dos Trabalhadores: inseguranças estruturais e táticas de sobrevivência em Macapá (1944 – 1964)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MAFRA, Clara. **Números e Narrativas**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 13-25, jul./dez. 2013.

_____. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2001.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MACHADO, Maria das Dores Campos & MARIZ, Cecilia Loreto. **CONFLITOS RELIGIOSOS NA ARENA POLÍTICA: O CASO DO RIO DE JANEIRO**. *Ciências Sociales y Religion/Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, ano 6, n. 6, Outubro de 2004.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Existe um estilo evangélico de fazer política?** In: BIRMAN, Patrícia (org.). *Religião e espaço público*. São Paulo: Attar Editorial, 2003.

_____. **Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010**. Revista Brasileira de Ciência Política, n°. Brasília, janeiro-abril de 2012, PP. 25-54.

MARIANO, Ricardo. **Efeitos da secularização do Estado do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais**. *Civitas*, Porto Alegre, v. 3, n° 1, jun. 2003.

_____. **Laicidade à brasileiros Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. *Civitas*. Porto Alegre v. 11 n. 2 p. 238-258 maio-ago. 2011.

_____. **Mudanças no Campo Religioso Brasileiro no censo de 2010**. Debates Do NER, Porto Alegre, Ano 14, N° 24. p II9 – 137, JUL/DEZ. 2013.

_____. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MARIANO, Ricardo; PEIRUCCI, Flávio. **O ENVOLVIMENTO DOS PENTECOSTAIS NA ELEIÇÃO DE COLLOR**. NOVOS ESTUDOS N° 34. Novembro 1992.

MARTELLI, Stefano. **A religião na sociedade pós-moderna**. São Paulo: Paulinas, 1995.

MARIZ, Cecília. **O Que Precisamos Saber Sobre O Censo Para Poder Falar Sobre Seus Resultados? Um Desafio Para Novos Projetos De Pesquisa**. Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 39-58, jul./dez. 2013.

Negrão, Lísias Nogueira. **Pluralismo e Multiplicidades religiosas no Brasil Contemporâneo**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 23, n. 2, p. 261-279, maio/ago. 2008.

OLIVEIRA, D.C., **Análise de Conteúdo Temático- Categorical: Uma proposta de sistematização**. *Rev. Enferm. UERJ*, Rio de Janeiro, 2008 out/ dez; 16(4):569-76.

OLIVEIRA, Marcelo Leles. ROMARCO. Evanize Kelly Siviero. **FESTEJOS DO CATOLICISMO TRADICIONAL NO INTERIOR DO BRASIL**. In : <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tecap/article/viewFile/12051/9433>.

ORO, Ari Pedro. **A laicidade no Brasil e no Ocidente, Algumas Considerações.** Civitas, Porto Alegre, V.11, n. 2, p.221 – 237. maio – ago, 2011.

_____. **A política da igreja universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Oct. 2003, vol.18(53), pp.53-69.

_____. **Avanço Pentecostal e Reação Católica.** Petrópolis: Vozes, 1996.

PANTOJA, Vanda. COSTA, Moab Cesar Carvalho. **Faces Do Pentecostalismo Brasileiro: A Assembleia De Deus No Norte E Nordeste.** Debates do NER, Porto Alegre, ano 14, n. 24, p. 245-271, jul./dez. 2013.

PASSOS, João Décio. **Pentecostais: origens e começos.** São Paulo: Paulinas, 2005.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **“Bye bye, Brasil” – o declínio das religiões tradicionais no Censo de 2000.** *Estudos Avançados USP*, v. 18, n. 52, setembro/dezembro 2004, p. 19.

_____. **Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte.** *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, 11, p.104-32, 1989.

PRANDI, Reginaldo. **As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio.** Ver também: José Ivo Folmann. Trânsito religioso e o ‘permanente peregrinar’. *Cadernos IHU em formação*, Ano VIII, n. 43, 2012, p. 14.

PONTES, V.M. **Análises das metodologias e técnicas de pesquisa adotadas nos estudos brasileiros sobre balanced scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006.** São Paulo, 2007.

REIS, M. V. F. **Política e religião: o envolvimento dos católicos carismáticos na política brasileira.** Dissertação (MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

TEXEIRA, Faustino. MENEZES, Renata. **Religiões em movimento o censo de 2010.** Petrópolis, Rj, Vozes, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, E. R. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa.** Rev. Saúde Pública, São Paulo, v. 39, n.3, p. 507-514, abr. 2005.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012, 232pp.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo: Martin Claret, 2003.